

**Os Sentidos da Reutilização: Do Convento ao Não Convento
Mosteiro de Odivelas, S. Dinis e S. Bernardo**

José Maria Carreiras Mirrado

Orientador: Professora Margarida Valla

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitetura

Lisboa
2016

JOSE MARIA CARREIRAS MIRRADO

**Os Sentidos da Reutilização: Do Convento ao Não Convento
Mosteiro de Odivelas, S. Dinis e S. Bernardo**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura no Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 30 de Janeiro de 2017, com o Despacho Reitoral nº 431/2016, com a seguinte composição de Júri:

Presidente: Professor Doutor Pedro Carlos Bobone
Ressano Garcia

Arguente: Professor Doutor Vasco Maria Tabela de
Sousa Santos Pinheiro

Vogal: Professor Doutor João Filipe Ribeiro Borges da
Cunha

Orientador: Professora Doutora Margarida Helena De
La Féria Valla

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitetura

Lisboa
2016

Dedicatória:

In memoriam
Ana Maria (1964 – 2006)

Agradecimentos

À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pelo ensino, pelo conhecimento e pelo estímulo na percepção da realidade do Património Cultural e Histórico, quando inserido na consciência contemporânea.

À minha orientadora, Professora Doutora Margarida Valla, por ter aceitado orientar o meu trabalho, e acreditar que seria possível. Fê-lo com conhecimento e dedicação através de sugestões para as quais lhe estou muito grato.

À família, aos amigos e aos colegas pelo apoio, pela paciência e pela compreensão para a necessidade de subtrair algum tempo aos momentos comuns para terminar este projeto individual.

Resumo

O Património Arquitetónico cisterciense em Portugal assume um papel de elevada importância. Os seus testemunhos ensinam-nos a forma como aconteceu o povoamento do território português no período primário do nosso país como nação. Tal como em Portugal, também por toda a Europa estas marcas cistercienses são importantes.

As marcas deixadas pela arquitetura cisterciense em Portugal são constituídas por Mosteiros, Abadias e núcleos urbanos que se foram desenvolvendo em redor desse património. De entre os elementos que compõem esta herança, a nossa investigação irá destacar o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas. Para além de ser o edifício monástico cisterciense feminino mais importante, e de ser um exemplo vivo do Gótico primitivo que a Ordem de Cister fundou em Portugal, o Mosteiro foi determinante na consolidação do Lugar de Odivelas.

Apesar do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo ter visto serem-lhe acrescentadas novas formas e novos espaços ao longo dos últimos séculos, adaptando-o às novas necessidades, nunca deixou de patentear as características cistercienses. Tal como todos os outros edifícios monásticos, não ficou imune às evoluções políticas e sociais, nem ao terramoto de 1755, nem à extinção de 1834.

É neste sentido que parte a nossa investigação, para perceber a importância desta trajetória feita de reutilizações e adaptações a novas funções sem perder a sua identidade e história, recorrendo a metamorfoses como forma de encontrar “(...) um equilíbrio estável, instável, possível, (...)” (Collová, 2001, p. 64).

Palavras-chave: Território, Lugar, Ordem de Cister, Património e Reutilização.

Abstract

The Cistercian architectural heritage has a major role in Portugal. It teaches us about the territory settlement through the nation early years. Cistercian legacy is important in Portugal and across Europe, too.

The Cistercian architectural features are in monasteries, abbeys and urban centres and they developed surrounding them. Among several elements of this heritage, our research will highlight Monastery of Saint Dinis and Saint Bernardo in Odivelas. This is the most important female Cistercian monastic building. Thus, it's an example of the Cistercian Order early Gothic in Portugal, which was decisive in the consolidation of Odivelas.

The Monastery of Saint Dinis and Saint Bernardo added new shapes and spaces in the late centuries. It adapted to new needs, but it kept Cistercian features. Like all monasteries, it wasn't free from political and social enrolments, nor to the 1755 earthquake and 1834 extinction.

Our research aims to realise the importance of this path, its reuses and changes into new functions without losing its identity and history, using metamorphoses as its way to find "(...) a stable equilibrium, unstable, possible (...)" (Collová, 2001, p. 64).

Keywords: Territory, Place, the Cistercian Order, Patrimony and Reuse.

Índice

Resumo	1
Introdução.....	4
1. - Do Convento: Contextualização.....	9
1.1. O Convento, uma imagem Sacra.....	9
1.1.1. O Mosteiro como Lugar do Saber: Plano de Saint Gall.....	13
1.1.2. Ordem de Cister: Origem, Fundação e Desenvolvimento	20
1.1.3. A Arquitetura Cisterciense em Portugal	25
1.2. Portugal Liberal e a Extinção das Ordens Religiosas.....	40
1.2.1. A Imagem do Poder	40
1.2.2. A Extinção das Ordens Religiosas	47
1.2.3. O Impacto das Extinção na Função e na Imagem Arquitetónica	50
2. Do Não Convento: Mosteiro de S. Dinis, de Clausura a Colégio.....	57
2.1. O Lugar, Conceitos.....	58
2.2. Odivelas, O Lugar antes e depois do Mosteiro	64
2.3. O Mosteiro de Odivelas	73
2.3.1. Localização e Implantação	74
2.3.2. Organização do Espaço	76
2.3.1. O Colégio depois do Mosteiro.....	94
3. Do Não Convento à Nova Função	104
3.1. Intervenções no Património	105
3.1.1. Santa Maria do Bouro: De Convento a Pousada	110
3.1.2. Mosteiro de Novy Dvur	124
3.2. Do Não Convento à Nova Função: Mosteiro de Odivelas	130
Conclusão.....	142
Bibliografia.....	146
Apêndices.....	153

Introdução

Tema e objetivos

O património arquitetónico é um universo complexo, “(...) um conjunto imenso, heterogéneo (...)” (Choay, 2013, p. 10), vasto e muito associado ao desenvolvimento cultural da nossa sociedade. Engloba toda uma visão paisagística, que resulta da interação do homem com o lugar. O Estado português é proprietário de uma quantidade significativa de imóveis classificados como bens culturais, pelo que lhe compete a tarefa importantíssima de organizar, conservar e preservar esse legado inestimável.

Todo este património, nomeadamente os edifícios conventuais, é alvo de um interesse crescente, quer ao nível nacional quer ao nível mundial. Tal atenção prende-se ao fato de ser uma herança vasta e com um valor cultural muito elevado, além de, por toda a Europa, existirem programas de recuperação e de reconversão.

A arquitetura cisterciense, em particular, será tema deste trabalho de investigação, tendo como caso de estudo, o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, por ser um dos exemplos do património herdado das Ordens Religiosas, mais concretamente da Ordem de Cister. Importante, igualmente, pelos sinais e pelos ritmos, tanto em meios urbanos como rurais, que nos foram transmitidos e que marcaram a paisagem do lugar onde se foram implantando e desenvolvendo.

A distribuição deste património ao nível geográfico é muito díspar. A sua concentração acontece sobretudo a norte de Portugal e desenvolve-se até ao centro do país, ultrapassando o rio Tejo para sul apenas pontualmente. Este tipo de implantação no território está associado à formação de Portugal, e à primeira fundação da Ordem de Cister, em 1143. A partir dessa altura, as fundações dos Mosteiros de S. Bernardo foram acontecendo à medida que o território nacional se ia expandindo.

Deste modo, a abordagem deste tema, tendo em conta a sua importância na urbanização do território nacional, aliado ao fato de Portugal fazer parte integrante da “Charte des Abbayes et Sites Cisterciens d’Europe”, torna-se essencial quando analisamos os edifícios conventuais.

Paralelamente teremos em conta que o património do Estado foi adquirido na sequência de diversos acontecimentos históricos e, ao longo dos anos, continuou na sua dependência, em função do seu valor cultural. Na maior parte dos casos, apesar de edificados para funções

culturais, os edifícios foram reutilizados para a instalação de serviços administrativos do Estado. Igualmente a ter em conta será o fato de, após a sua apropriação e estabelecimento do seu valor histórico, o Estado foi promovendo a proteção e restauro do Património.

Assim, será importante refletir na relação que a extinção das Ordens religiosas possa ter tido no património cultural, principalmente no património arquitetónico, desde 1834 até aos nossos dias.

O trajeto percorrido desde o início do século XIX testemunhou alguma destruição e muita reutilização para diferentes funções, mas também a conservação, que contribuiu para o conhecimento da história da arquitetura. Neste caminho, estamos conscientes de que a valorização, salvaguarda e até sustentabilidade do património são preocupações primárias do século XXI.

Desta forma, o objetivo da presente investigação é procurar analisar a forma como se organizou e conservou o património arquitetónico herdado das Ordens Religiosas. Pretendemos investigar as dinâmicas urbanas provenientes das reconversões funcionais dos edifícios monásticos e da ocupação das cercas conventuais a partir de 1834, as suas memórias e os seus vestígios. Esta nossa preocupação, a importância dos edifícios monásticos na caracterização e desenvolvimento do Lugar, além de ser uma condição geral, centra-se, em particular, no caso de estudo do Mosteiro de S. Dinis e de S. Bernardo e no Lugar de Odivelas.

Esta estratégia leva-nos a explorar os conceitos de disfunção arquitetónica bem como de reutilização de edifícios e, de alguma forma tentar fazer a ponte para a reabilitação, enquanto ainda um conceito do século XXI. Norteados por estes conceitos, pretendemos aprofundar os conteúdos e as características específicos, procurando identificar pontos de encontro entre os mesmos. De igual forma, será importante o conceito de “lugar”, como espaço associado à identidade cultural.

O projeto desta investigação implica uma abordagem a casos específicos por forma a compreender que a extinção daqueles edifícios conventuais foi importante para o desenvolvimento urbano, e que cumpriu uma etapa histórica, depois da qual se partiu à procura de novos equilíbrios e foi adaptando os edifícios às necessidades, aos gostos e aos tempos. Será esta a linha de orientação que nos levará a um método interdisciplinar, mas que abrange, fundamentalmente, as vertentes urbanística, histórica e arquitetónica.

Estrutura e Estado da Arte

Ao longo desta dissertação desenvolveremos um trabalho de investigação que se decompõe em quatro elementos fundamentais, para que se atinjam os objetivos que nos propusemos:

- A envolvente histórica;
- O território ou lugar;
- A arquitetura;
- A reutilização funcional

O presente estudo desenvolve-se em três capítulos principais.

Num primeiro capítulo, o projeto de investigação trata da extinção dos edifícios religiosos, tentando enquadrá-la no contexto social, económico e político que Portugal vivia na época: as invasões francesas e as guerras liberais. Consideramos importante refletir, igualmente, sobre o impacto que este tipo de edifícios conventuais produziu no desenvolvimento urbano e arquitetónico, estabelecendo-se uma relação com o contexto internacional. Nesta vertente, e como nos refere José Augusto França, “Portugal está sempre numa situação de atraso e incompreensão aos valores da civilização” (França, 1980, p. 95).

Ao falarmos de edifícios conventuais abordamos o património herdado da Ordem de Cister, uma vez que o nosso objeto de estudo se ancora no legado que a arquitetura cisterciense nos deixou. Deste modo, dedicamos dois subcapítulos da nossa investigação à arquitetura de Cister em Portugal e à sua importância no desenvolvimento do território, tendo em atenção as principais características da Ordem e as características do Lugar entretanto herdado. Temos ainda em conta a origem e a fundação da Ordem, incutindo na nossa investigação o objetivo de caracterizar a arte cisterciense, sobretudo a arquitetura.

Neste primeiro capítulo referimos alguns dos inúmeros trabalhos realizados sobre o contexto histórico e social da época, que retrata esta investigação. De entre eles, destacamos a obra de Fortunato de Almeida, a *História da Igreja em Portugal* (1970), pelo trabalho desenvolvido acerca da Igreja em Portugal e a obra de António Filipe Pimentel, *A Arquitetura e o Poder*, (2002), pelas descrições que nos fazem perceber a sociedade e a história do século XVI e XVII, e, igualmente importante, pela forma como nos retrata o contexto que envolveu a construção do Palácio de Maфра.

Sobre a arte cisterciense, destacamos o monge cisterciense, Dom Maur Cocheril, pelos diversos trabalhos desenvolvidos sobre o tema. Importa referir obras como *Abadias*

Cistercienses em Portugal (1959); *Alcobaça, Abadia Cisterciense em Portugal* (1981) e *Notes sur l'Architecture et le Decor Dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal* (1972).

Ainda relacionado com a Ordem de Cister, desde a sua fundação até à sua implantação em território português, é de igual importância destacar a investigação e as obras desenvolvidas por Ana Maria Martins, de que salientamos a tese de doutoramento, já publicada, *Las Arquitecturas Del Cister En Portugal. La Actualidad de Seus Rehabilitaciones y Su Insercion En El Territorio* (2011).

Ainda neste primeiro capítulo atribuímos relevo à leitura das obras de José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (1977) e o *Urbanismo e a Arquitetura* (1980).

O segundo capítulo é dedicado à análise de um caso de estudo, o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, um Mosteiro feminino da Ordem de Cister. Subsidiariamente ao desenvolvimento do nosso estudo, comparamos o edifício a outras edificações da mesma Ordem em Portugal, nomeadamente o Mosteiro da Santa Maria de Alcobaça, pela sua importância no povoamento do território, na consolidação do lugar e pela importância e dinâmica que fez desenvolver o tecido urbano que o envolve.

Neste âmbito, o segundo capítulo irá desenvolver-se em torno do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, nas várias vertentes: história, contexto, importância do edifício conventual para a contextualização e desenvolvimento urbano do lugar, os cadastros da cidade e a sua relação com o mosteiro, reorganização funcional do mesmo após a extinção das Ordens Religiosas em 1834. Temos em atenção a curta história da cidade como concelho e as mais-valias que o Mosteiro lhe terá trazido e possa ainda trazer, sem nos esquecermos da passagem do Instituto de Odivelas pelo Mosteiro.

Para melhor compreendermos os conceitos de Lugar e de Património, a desenvolver neste segundo capítulo, convocamos Françoise Choay, em *Alegoria do Património* (2013) por nos permitir perceber a problemática em torno da conservação, reconversão e recuperação do Património Arquitetónico.

Da sua contextualização na cidade de Odivelas, resultou o confronto desses conceitos com os diversos estudos sobre a elaboração do novo Plano Diretor Municipal e respetivos Planos de Pormenor. Destacamos o Estudo de Orientação Para o Planeamento do Conselho de Odivelas.

Para nos apercebermos da importância do Mosteiro de Odivelas e pela descrição do seu espaço, da sua história e da sua vivência, são fundamentais os depoimentos quer através de dissertações quer através das publicações, de que são exemplo do *Real Mosteiro de S.*

Dinis de Odivelas (2001), de Maria Máxima Vaz; *Odivelas, um Mosteiro Cisterciense* (2001), de Maria Justina Tomé; *O Mosteiro de Odivelas, casos de Reis e memórias de Freiras* (1889), de Borges de Figueiredo.

Igualmente importante, pela descrição do espaço e da história durante o tempo em que o Mosteiro foi Instituto, será de realçar a obra de Carlota Abrantes Saraiva, *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas* (1995).

Num terceiro capítulo desenvolvemos as possibilidades para o Lugar de Odivelas. A relação entre o Mosteiro e o Projeto tem em conta o que se investigou no capítulo anterior, sempre atentos à dinâmica do Lugar. Neste contexto, foi essencial o confronto desses conceitos com os diversos estudos elaborados pelo Município, tendo em vista a elaboração do seu novo Plano Diretor Municipal e respetivos Planos de Pormenor.

Neste sentido contextualizamos as novas funções do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, com outras que entretanto foram realizadas. Estamos a falar do Convento de Santa Maria do Bouro que passou de Convento a Pousada, sendo um dos exemplos mais importantes na tramitação de um edifício conventual para uma nova função. Pensamos, igualmente, na reabilitação do Terreiro e da Ala Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Temos sempre em mente a importância que o Mosteiro teve e tem para o Lugar de Odivelas e somos conscientes de que uma nova função para o Mosteiro será, inevitavelmente, marcante para caracterizar o modo de vida, principalmente, do Centro Histórico de Odivelas.

1. - Do Convento: Contextualização

1.1. O Convento, uma imagem Sacra

Em Portugal como em todo o mundo, as Ordens Religiosas atingiram uma dimensão bastante notável e foram importantes no estabelecimento de uma relação íntima com o mundo urbano, na medida em que foram elementos incentivadores na criação de novos núcleos urbanos. Esta dicotomia iniciou-se com a construção dos primeiros conventos nas cidades medievais e reforçada, a partir do século XIV, com a chegada de novas ordens e funções religiosas, impulsionadas com a reforma da igreja. As cidades viam o seu processo de crescimento ser transformado por uma crescente onda de edificado monástico e assistiam a uma transformação espacial importante. De igual modo, não nos podemos esquecer a importância deste movimento religioso na relação com os Descobrimentos, tendo, nesses territórios, ajustado e estimulado, através da sua influência, os aglomerados urbanos.

Em Lisboa, particularmente, os edifícios conventuais ou religiosos foram construções que se transformaram em marcos simbólicos nos locais onde inseridos. Impuseram-se pela sua escala, pelo seu carácter monumental e pela sua importância arquitetónica. Em 1834, Portugal confrontou-se com inúmeros flagelos sociais e políticos que se traduziram no empobrecimento do país e na consequente falta de identidade. Foi a Revolução Liberal, a Guerra Civil e as Invasões francesas. Estes acontecimentos levaram o Estado a questionar os poderes que até então tinham sido o suporte do regime, como era o caso da Igreja. Com a legislação de Mouzinho da Silveira acabou por extinguir os edifícios pertencentes às ordens religiosas, masculinos e femininos, alegando falta de utilidade. Desta forma, muitos foram os edifícios conventuais, só em Lisboa foram dezenas, que receberam novas ocupações ou mesmo demolidos, contaminando novas realidades urbanas (Mattoso, 1997).

Mesmo depois de todo o processo que levou à desamortização deste património, conventos, mosteiros e outras casas religiosas continuam a ter um papel essencial para a interpretação da arquitetura e da sua relação com a cultura do lugar. Estes edifícios que são o resultado daquelas instituições continuam a marcar a dimensão da paisagem dum território, alterando o seu tecido urbano; um processo que decorre até aos nossos dias (Caeiro, 1989, pp. 8-13).

Os edifícios conventuais foram importantes e até influentes nas transformações sociológicas, económicas e urbanísticas que o país sofreu ao longo dos anos. Não só pela sua monumentalidade e pendor artístico, mas, fundamentalmente, pelos fatos históricos de precioso valor histórico porque retratam transformações sociais e económicas que rodearam a sua fundação, vida e extinção.

Antes de continuarmos a descrever a importância dos edifícios religiosos no contexto urbano antes da sua extinção, convém deixar alguns esclarecimentos sobre algumas das definições que por vezes aparecem com alguma distorção. Desta forma importa reter o significado de Mosteiro e de Convento.

O Mosteiro surge num período onde predominavam as Ordens de Cluny e de Cister e caracterizava-se pela adoração daqueles religiosos pelo isolamento ao mundo exterior. Principalmente na de Cister, havia a preocupação deliberada de fugir aos grandes centros e edificar estes edifícios em locais ermos e isolado, contribuindo para a construção de um grande número de Mosteiros em locais de difícil acesso.

Convento, tem a sua origem etimológica no império romano, do latim “conventus” para designar as reuniões entre os representantes romanos e indígenas no Conselho do Governador. “Em Portugal existiram também 3 «conventus»: em Braga, Santarém e Beja.” (Caeiro, 1989, p. 10).

No entanto, foi apenas a partir do século II, com a religião cristã (o conceito de amar a Deus) que os conventos, em Portugal, começaram a ser construídos e serviam como locais de solidão onde o Homem se poderia retirar do Mundo e enveredar pela vivência contemplativa. Embora este conceito de fuga ao mundo seja idêntica ao dos mosteiros, o convento surge numa perspectiva de mediação entre o mundo exterior e o mundo espiritual. Desta forma privilegiava o contato com as populações, e foi-se implantando em meios urbanos.

Depois desta distinção entre duas realidades, iremo-nos debruçar sobre o papel do homem religioso, quer tenha sido monge ou frade, ao longo da história. Assim, o trabalho da igreja continuou e levou, logo no tempo das Cruzadas, à implantação das ordens Militares e Medicantes, servindo sempre os princípios religiosos e de clausura. Foi nesta altura que os conventos começaram a exercer o seu papel, não apenas no culto religioso, mas igualmente como casas de assistência, de beneficência, asilos, hospícios e orfanatos. Tanto na cidade como no campo, os mosteiros e conventos iniciaram uma autoridade e influencia nas populações e na própria estrutura urbana do lugar.

Esta influência viria a comprovar-se na dicotomia da própria circunscrição territorial. Há laços entre as primeiras freguesias eclesiásticas e as designadas hoje por freguesias administrativas. Muitas destas derivam da fundação conventual à época da reconquista, como em períodos posteriores. A título de exemplo, refira-se que Lisboa, em 1940, possuía 43 freguesias administrativas, sendo a sua maioria corresponde à divisão eclesiástica. Mesmo no meio rural, os conventos representaram um importante meio de repovoamento, levando a que muitos dos lugares onde se ergueram edifícios religiosos hoje se designem por cidades (Caeiro, 1989, p. 10).

Da mesma forma, a função arquitetónica e artística foi marcante na construção conventual. Embora a sua estrutura base seja comum à maioria, na medida em que também os objetivos religiosos e de comunidade também os eram, não deixaram de ser uma realidade em todos os estilos arquitetónicos. Desta forma, ao percorrermos a história conventual, é-nos fácil sentir a importância e a força destas edificações, não apenas no seu cariz religioso, mas igualmente pelas ideias, políticas, económicas e sociais que de maneira muito determinante contribuíram para vivência das comunidades em determinado lugar.

Para percebermos a forma como se desenvolveu a ação da igreja, será importante conhecermos o seu modo de vida e a sua envolvimento na sociedade onde se inseria. O Clero era o primeiro braço do Rei, foi uma organização com a sua hierarquia própria, interna e dependente de Roma. Gozou de leis próprias (direito canónico), regras e comportamentos apropriados à sua função. Tal como Vitorino Godinho nos refere, era um Estado dentro do Estado. As suas rendas e bens não estavam sujeitos a impostos e deduções a favor do Rei, podendo auxiliá-lo com deduções em forma de apoios, mas apenas com autorização do Papa.

A partir do século XV e até 1834, ano em que foram extintas as Ordens religiosas e confiscados os seus bens, o clero aumentou de forma extraordinária o número de conventos, e são traços importantes na história social do país. Senão vejamos no quadro 1.1¹:

Ano	Nº de Edifícios Conventuais
1400	203
1500	396

¹ Quadro elaborado com base na obra *Os Conventos de Lisboa* de Baltazar Matos Caeiro e na obra de Vítor Magalhães Godinho, *a Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*.

1600	450
1700	477
1834	510

Quadro 1.1 – Numero de edifícios conventuais até 1834.

Dos 500 edifícios conventuais existentes em 1834, 380 eram destinados a frades e 130 a freiras.

Em meados do século XVII, Portugal possuía, sensivelmente, 25.000 frades e freiras e mais de 30.000 clérigos. Numa população de quase 2.000.000 de habitantes, teríamos, mais ou menos, 36 habitantes por religioso. Em termos de comparação com o nosso parceiro da Península Ibérica, os números não seriam muito diferentes: 33 habitantes por religioso.

A importância do clero não era apenas resultado do seu número, mas também fruto de laços que prendiam a população à comunidade eclesiástica. Para além dos benefícios e isenções que falamos anteriormente, arrecadavam 1/10 da produção nacional, designada de dízima eclesiástica ou a décima de Deus, instituída entre nós no século XII. Como refere Vitorino Magalhães Godinho, além disso, havia uma série de ofertas traduzidas, algumas em emolumentos obrigatórios, pela administração de sacramentos. Outras ofertas, embora de carácter voluntário, traduziam-se em importantes obras de assistência e beneficiação de igrejas ou capelas. Outras ainda, “...de início voluntário mas que o clero passa a exigir como devidas por lei.” (Godinho, 1975, p. 87).

Posto isto, não será muito difícil de percebermos que os rendimentos eclesiásticos são elevados e se os compararmos com os rendimentos nacionais á época, teremos:²

Valores em cruzados-ouro		
	Clero	Nacional
Século XVI	1.000.000	1.000.000
Século XVII	1.840.000	2.000.000

Quadro 1.2 – Relação entre os rendimentos da Coroa e do Clero

² Quadro elaborado com base em (Caeiro, 1989) e em (Godinho, 1975).

Interpretando o quadro acima, facilmente concluímos que os rendimentos da igreja eram muito semelhantes ao do próprio reino (Estado). No que diz respeito a rendas, e tendo como base de comparação o ano de 1832, as rendas auferidas pelo clero eram, sensivelmente de 1.162 contos de réis, enquanto as receitas públicas, as provenientes das alfândegas e dos restantes impostos diretos, somavam para o estado 1.600 contos.

Não nos parecem restar dúvidas que a sociedade do Antigo Regime caracterizava-se, de uma forma muito geral, por um sistema complexo de privilégios e isenções, onde a participação no poder e nas decisões do Estado estavam repartidas entre a Coroa, a Aristocracia e o Clero. O Clero surgia-nos populoso e muito heterogéneo. Esta situação levava ao enfraquecimento da classe mercantil em contrapartida com o favorecimento da capacidade económica dos setores não produtivos.

Numa conjuntura desta natureza e até ao início do século XIX a realidade da Igreja em Portugal e no mundo era esta. Este primeiro capítulo será dedicado a contextualizar esta dimensão, desde a sua ascensão até ao seu declínio.

Desta forma, e como premissas desta dimensão iremos abordar a Ordem de Cister e a sua importância, quer a nível arquitetónico quer a nível social, pela forma como paulatinamente foi enriquecendo o seu controlo pelo território, e sobre o qual foi exercendo uma enorme influência.

Mas ainda antes de abordarmos as implicações da Ordem de Cister no crescimento e na consolidação de Portugal, iremos investigar sobre o primeiro plano de mosteiros que se julga existir. Falamos do Plano de Saint-Gall e da importância, já no ano 820, para a fundação de um Mosteiro Ideal.

1.1.1. O Mosteiro como Lugar do Saber: Plano de Saint Gall

Ao encaminharmos o nosso estudo no sentido da importância dos edifícios conventuais no desenvolvimento do território nacional, tanto antes como depois da sua extinção em 1834, não podemos deixar de concentrar a nossa investigação no papel do Mosteiro na sedimentação do conhecimento e do saber aquando da consolidação do lugar por onde se ia implantando. Neste contexto e apesar da pouca informação escrita herdada dos seus antepassados, o homem do medieval encontrou nos mosteiros o lugar ideal para recolher, guardar e desenvolver o saber da Idade Média. Se aliarmos a este o fato o papel

fundamental que o Mosteiro desempenhou no desenvolvimento territorial, ficamos satisfeitos pela constatação da sua importância.

Paralelamente ao interesse despertado pelos mosteiros na caracterização do espaço, surge, igualmente, a representação do espaço motivado pela arquitetura. Desta dicotomia entre a arquitetura e a edificação religiosa surgiram os maiores testemunhos ao longo da história que representam e definem uma cultura, uma sociedade, e uma época num determinado lugar.

Uma sociedade debilitada e até arrasada, tanto territorialmente como culturalmente, levou o Homem da Idade Média a procurar modelos ou instituições capazes de a reestruturar. O Mosteiro surge desta forma como um espaço onde a herança do saber antigo pudesse ser guardado, multiplicado para depois ser aplicado em prol da comunidade. Surgiam assim como tabua de salvação para as incipientes estruturas culturais que envolviam o final do primeiro milénio (Diaz, 2000, pp. 94-98).

Poderemos dizer que o Mosteiro aparece como a primeira instituição cultural do mundo Ocidental. Caracterizado por ordens e regras muito hierarquizadas, “La regula de San Benedicto, estabelecida en el año 529 por Benito de Núrsia, fue mantida en la memoria monacal de los siglos sucessivos al ser la base de la impuesta a los monasteris (...)” (Diaz, 2000, p. 97). Ainda segundo Marta

Llorente Diaz, ao monge estava-lhe destinada a organização de cultivar a leitura da Bíblia Sagrada e as regras redigidas por Bento da Núrsia definiam a vida monástica e a forma

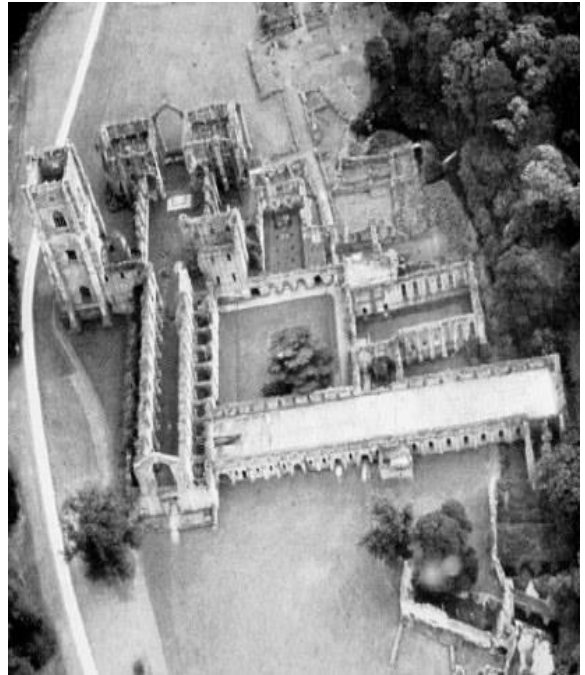


Figura 1.1 - Ruínas do Mosteiro cisterciense de Fontenay
Fonte: (Diaz, 2000)



Figura 1.2 - Claustro do Mosteiro de Poblet na Catalunha. Fonte: (Diaz, 2000).

como se organizavam: copiar os textos sagrados e clássicos, educar os filhos dos nobres, enterrar os mortos, cultivar as terras e nas mesma construir os edifícios.

A origem etimológica da palavra mosteiro remete-nos para uma vida em solidão: “(...) aquel que huye del estruindo de la vida em comum de la ciudad y se separa para realizar el proyecto de una salvacion individual (...)” (Diaz, 2000, p. 96). No entanto e com o decorrer do tempo e por força das congregações cristãs que se organizam em comunidade e seguindo as regras estabelecidas, desempenham um papel preponderante no seio das sociedades, tal como nos refere Georges Duby: “No seio dos grandes espaços mal desbravados, entre populações curvadas ao peso da sua miséria e que os espasmos duma ansiedade latente agitavam, erguiam-se ao lado dos castelos, onde velavam os soldados do século, outras fortalezas, lugares de asilo e de esperança, e o assalto dos exércitos demoníacos quebrava-se contra as defesas. Eram os mosteiros. (...)” (Duby, 1993, p. 66).

Não podemos deixar de a este respeito salientar o papel de referência que era conferido às instituições monásticas na ordenação do saber, principalmente durante a Idade Média. Aos monges, sempre com um papel ativo na guarda de toda a justificação da estrutura dessas instituições religiosas, juntamente com o seu carácter sagrado, conferia-lhes a legitimidade para, para além da guarda, também a propagação do saber. Desta forma, os mosteiros eram autênticos centros de poder que asseguravam o equilíbrio de uma sociedade³.

Num jogo de poderes, as instituições religiosas mostravam-se sempre ativas, ou através de reformas ou adaptando-se às necessidades das comunidades onde inseridas. Neste contexto a consolidação do poder monástico e a sua consequente expansão territorial aconteceu com o rápido desenvolvimento da Ordem de Cluny pela Europa Ocidental⁴. Mais tarde, já no século XII, com a reforma de Cister, identificada em Bernardo de Claraval (1090-1153)⁵, dá-se a definitiva consolidação do espaço monástico, assegurando a construção de um vasto território com a fundação de vários mosteiros. Justificava-se, desta forma, o conceito edificatório constante nas primeiras regras.

Não restam dúvidas que os mosteiros devem a sua construção à necessidade de unificar o saber num lugar onde fosse possível a busca na inspiração divina. Para tal, o seu programa funcional devia obedecer a uma procura constante entre o mítico e o transcendente para que o seu espaço estabeleça relações que levem à predisposição pelo saber.

³ Nos mosteiros eram guardados e mantidos os textos que justificavam a estrutura de um território; funcionavam como cartórios. Não nos podemos esquecer que à época o Clero exercia um poder efetivo e uma enorme influencia sobre os costumes. (Mattoso, 1997, p. 312).

⁴ Cluny foi importante na dignidade e na independência da Igreja. Para mais sobre a Ordem de Cluny (Martins A. M., 2011, p. 53 e 54).

⁵ “O nobre Bernardo de Fontaine (1090-1153) (...) tinha apenas 22 anos, mas já era (...) conhecedor das ideias de Cister (...)” (Dias, 2006, p. 385).

Desta forma Saint-Gall talvez seja o plano do mosteiro ideal. Esta planta elaborada no ano 820⁶ por um autor anónimo, mas que se julga fruto do trabalho de investigação dos monges na procura de um plano para o seu mosteiro ideal. Ainda que na regra de S. Bento não estivesse prevista qualquer plano para a construção de mosteiros, Saint-Gall está inserido na tradição cluniacense, embora com pequenas alterações. Este modelo em planta, completo em todos os espaços, iria repetir-se em quase todas as edificações monásticas que se seguiram.

O plano de Saint-Gall ilustra de forma paradigmática a importância do espaço do mosteiro quando o comparamos com as funções para as quais foi submetido. Desenvolvido ao encontro da vida contemplativa, a sua espacialidade que se estrutura na proporção geométrica e no número, vai submeter-se a essa determinação funcional de utilidade sagrada das práticas monásticas. O Plano de St. Gall é a utopia mais antiga sobre o desenho e o conceito arquitetónico de um convento, que ainda se preserva. É considerado um tesouro nacional para a Suíça e objeto de grande interesse para o estudo da cultura religiosa.

Produzido na Idade Média, julga-se que entre 816 e 837, foi o principal esboço para o que seriam as construções de mosteiros edificados posteriormente. Não se limitou unicamente a fornecer indicações quanto ao modo como se tipificava o espaço, mas igualmente a fornecer critérios e formulas para a construção modelar.

Inclui planos de estruturas, bem como de jardins, cercas, paredes e estradas. Inclui-se no Plano de St Gall⁷ trezentas e trinta e três inscrições que têm como objetivo identificar todo o edifício e as suas funções e usos, nomeadamente uma igreja, um scriptorium⁸, (...) pousadas para os monges visitantes, um dormitório monástica, refeitório, cozinha, assar e casa fermentação, casa de hóspedes, residência do abade, e uma enfermaria, e numerosos campos e out-edifícios industriais.” (UCLA, 2012).

⁶ Plano de mosteiro beneditino elaborado no seguimento do Concílio de Aix-la-Chapelle em 814 (Martins A. M., 2011, p. 215).

⁷ Desenhado em cinco pedaços de pergaminho “costurados” que medem 112 cm por 77,5 cm e a tinta vermelha. Julga-se que foi encomendado por Gozbert, abade de St Gall entre 816 e 837. (UCLA, 2012).

⁸ Uma divisão destinada aos monges com funções de escrever os manuscritos.

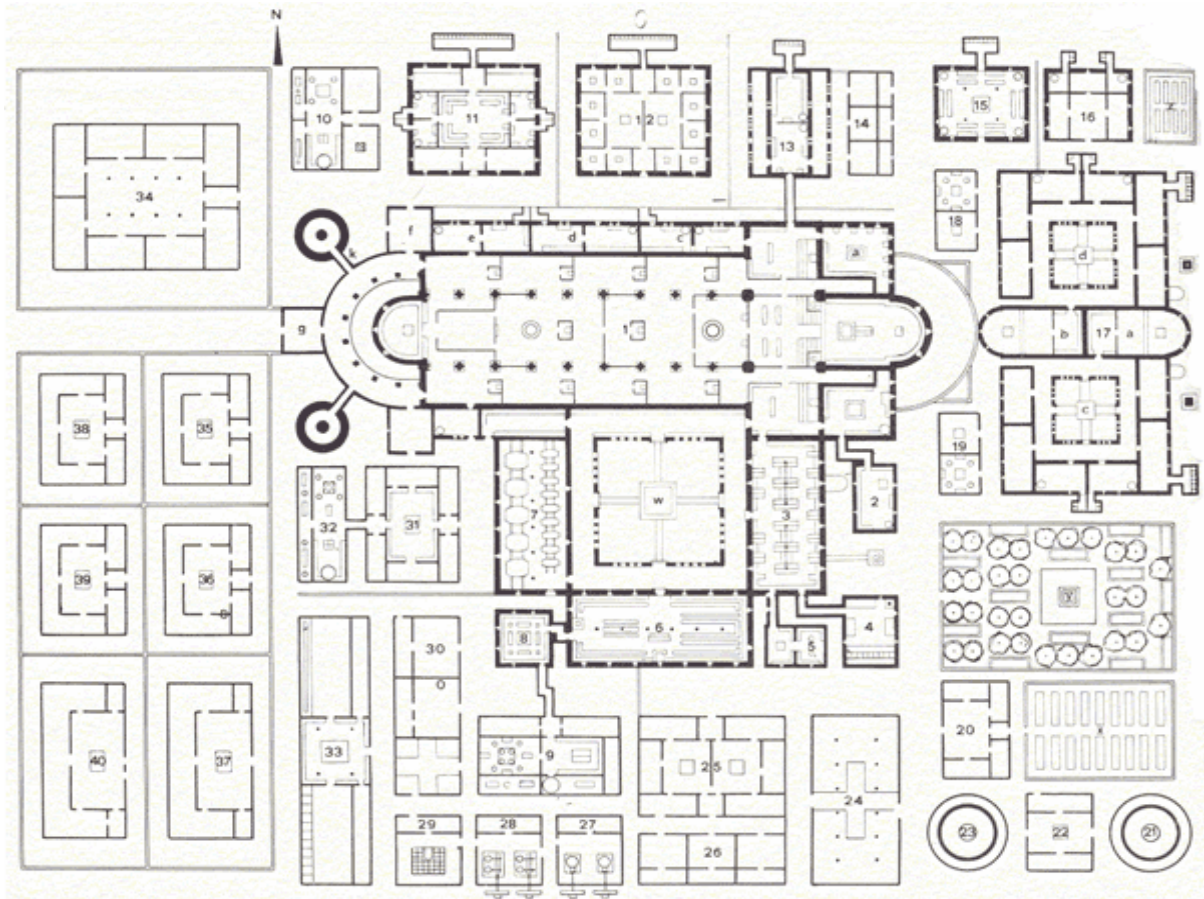


Figura 1.3 - Saint Gall, O designado plano ideal do Mosteiro. Fonte: (Roth, 2007)

Legenda da Figura 1.3

1. Igreja:

- a) Sala de escrever no piso térreo; biblioteca no piso superior;
- b) Sacristia no piso térreo; guarda-roupa das vestes litúrgicas no piso superior;
- c) Celas para irmãos da ordem que estiverem de passagem;
- d) Residência do reitor da escola externa;
- e) Residência do guardião;
- f) Sala de receção de hóspedes importantes e para a escola externa;
- g) Sala de receção para todos os visitantes do mosteiro;
- h) Sala de receção para a Casa do Peregrino, o Hospício e os edifícios administrativos;
- i) Residência do administrador da Casa do Peregrino e do Hospício;
- j) Locutório dos monges;
- k) Torre de São Miguel;
- l) Torre de São Gabriel;

2. Sacristia;

- 3. Dormitório de monges no piso superior; caldeira auxiliar no piso térreo;
- 4. Banhos dos monges;
- 5. Lavatórios dos monges;
- 6. Refeitório dos monges no piso térreo; guarda roupas no piso superior;
- 7. Adega de vinho e cerveja dos monges no piso térreo; dispensas no piso superior;
- 8. Cozinha dos monges;

9. Padaria e cervejaria dos monges;
10. Cozinha, padaria e cervejaria dos hóspedes importantes;
11. Casa para hóspedes importantes;
12. Escola externa;
13. Casa do abade;
14. Cozinha, despensa e banho do abade;
15. Casa para sangrias;
16. Casa do médico;
17. Noviciado e hospital;
18. Cozinha do noviciado;
19. Banho do noviciado;
20. Casa do jardineiro;
21. Galinheiro;
22. Frangos e gansos;
23. Cercado para gansos;
24. Ganadaria;
25. Atelier de artesãos;
26. Anexo do atelier de artesãos;
27. Moinhos;
28. Fornos;
29. Forno da cal;
30. Silo de cereais para cerveja;
31. Casa do Peregrino e Hospício;
32. Cozinha, padaria e cervejaria para peregrinos;
33. Estábulo para cavalos e bois, alojamento do estabuladeiro;
34. Alojamento para o exército do imperador (a identificação não é segura);
35. Curral das ovelhas e alojamento do pastor;
36. Curral para as cabras e alojamento do cabreiro;
37. Estábulo para as vacas e alojamento do vaqueiro;
38. Alojamento para os serventes das propriedades externas e para os serventes pertencentes ao exército do imperador;
39. Pocilga e alojamento do porqueiro;
40. Estábulo de águas prenhas e de potros e alojamento do cuidador;
- W. Claustro;
- X. Jardim de ervas medicinais;
- Y. Sementeira e horto;
- Z. Jardim de ervas medicinais.

Desenhado segundo os padrões romanos, o plano é detalhado quanto ao pormenor da construção. Desde o tamanho até ao material a utilizar estão sujeitos a inscrições, quer por imagem, quer por texto

Numa interpretação mais detalhada do plano, denota-se-lhe uma diferença entre o elemento básico e nuclear que é a igreja, e os outros elementos complementares. A igreja que,

contrariamente aos restantes elementos, não estaria sujeita a qualquer escala, ela teria de ser de dimensões grandiosas.

Adosado ao lado Sul da igreja encontrava-se o claustro que estava rodeado de algumas dependências. No sentido dos ponteiros do relógio e começado a Este, teríamos o dormitório dos monges que facilmente poderia comunicar com a igreja por forma a permitir “(...) los rezos de maitines (a las 4 de la madrugada (...))” (Roth, 2007, p. 293), refeitório, cozinhas e uma adega para os monges no piso inferior e dispensas no piso superior. Envolvendo todo este núcleo central estavam os diferentes edifícios com os diversos serviços de apoio a religiosos e visitantes, e demais alojamentos que completavam o que muitos denominavam como um plano de uma cidade auto sustentada.

A entrada publica estava no extremo Ocidental da igreja.

Este ambicioso projeto, próprio duma organização administrativa muito grande, seria o ideal para proporcionar uma influência estabilizadora. Só assim se explica a preparação de um plano diagramático e ambicioso. Nunca foi realizado mas ficou “(...) un notable documento por ser el plano más antiguo de estas características (...)” (Roth, 2007, p. 293) e foi, embora em menos escala, seguido em futuras edificações. Tanto os mosteiros da Ordem de Cluny como os da de Cister, apesar de algumas particularidades, recolheram no essencial o Plano de Saint-Gall.



Figura 1.4 - Cópia do Plano de Saint Gall, frente e verso.
Fonte: (UCLA, 2012).

1.1.2. Ordem de Cister: Origem, Fundação e Desenvolvimento

Ao pesquisarmos sobre a arquitetura Conventual em Portugal e a sua relação com a estrutura urbana onde ela se foi desenvolvendo e influenciando o território, e tendo em conta o caso objeto de estudo – o complexo monástico de São Dinis em Odivelas, não podemos deixar de abordar, nesta investigação, a arquitetura Cisterciense.

As marcas e testemunhos que a Ordem de Cister deixou no património cultural em Portugal são de valor elevado, e dos mais importantes deixados por aquela Ordem Católica em toda a Europa. São as Abadias, os Conventos, Mosteiros e toda a envolvente urbanística, artística e paisagista de sublime valor que nos vão pontuando o solo arquitetónico.

As funcionalidades da Ordem de Cister estiveram desde a sua fundação associadas à gestão do território durante a formação de Portugal. É natural que os seus elementos mais importantes estejam, predominantemente, ligados ao centro e norte, contrariamente ao que acontece a sul do Tejo. Desta forma, podemos destacar como elementos importantes da arquitetura de Cister em Portugal o Mosteiro de São João de Tarouca ⁹, o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, também em Tarouca, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça ¹⁰ e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro.



Figura 1.5 - Mosteiro de S. João de Tarouca em a) e o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões em b)
Fonte: (Martins A. M., 2011)

⁹ O Mosteiro de São João de Tarouca foi construindo sob a influência de D. Afonso Henriques em 1154. É o primeiro mosteiro Cisterciense masculino em Portugal e a sua construção esteve ligada à independência Nacional. (Almeida C. A., 2001).

¹⁰ O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi o primeiro ensaia do gótico em Portugal e como nos diz Paulo Pereira "(...) quando o Gótico chegou a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e "branco". Resta saber, aliás se a própria arquitetura portuguesa de outros séculos vindouros, não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou." (Pereira, 1999, p. 155).

Corporalmente separados por este mundo fora, mas indissoluvelmente ligados pela alma, é preciso que não haja divergência alguma nos nossos actos, e que vivamos todos dentro de uma mesma caridade, sob a mesma regra, e observando os mesmos costumes.¹¹

Este apego aos conventos e à regra foi a forma que o homem católico encontrou na procura da perfeição e no desejo da contemplação para desse modo ter acesso à união do espírito com Deus. Assim será necessário aclarar alguns dos significados do monaquismo, nomeadamente o que significa ser monge. Monge deriva do grego *monachós*, que designa aquele que vive só, isolado e solitário, logo autossuficiente. Podemos igualmente encontrar algumas derivações que nos levam a designá-lo, simplesmente, como um religioso que segue as regras de determinada ordem, na procura da solidão e afastando-se da indignidade térrea.

Contrariamente a esta realidade surge o frade que é o religioso que privilegia o contato com a população e assume o elo de ligação entre esta e o mundo espiritual. O Frade habita o convento e o Monge o Mosteiro. Os Mosteiros eram, assim, os edifícios próprios das Ordens Religiosas que isolavam os seus membros do mundo exterior, nomeadamente a de Cluny e, principalmente, a de Cister.

Para percebermos as regras e os princípios nos quais se baseou a Ordem de Cister, temos de recuar à sua fundação. Séculos X e XI, quando a ordem de S. Bento, por força das reformas a que se sujeitou, deu origem a duas outras ordens muito importantes para o desenvolvimento da historiografia católica. Assim, decorria o ano 910 quando surge a Ordem de Cluny, para posteriormente, em 1098, surgir a Ordem de Cister.

A Ordem de Cister surge no seguimento da crise despoletada pelas reformas de S. Bento e numa tentativa de solucionar os abusos que levavam ao desvio do caminho que levava o religioso, e não só, a Deus. Numa tendência eremítica, o monaquismo cisterciense exigia que as abadias se fundassem em lugares ermos, afastadas de qualquer cidade, castelo ou mesmo de aglomerado que fosse. “A preocupação com o isolamento, já patente no *Exordium Parvum*, anteriormente à fundação de Cister em 1098, veio a ser novamente afirmada no capítulo nono da *Carta de Caridade*, documento fundamental sobre o qual assenta toda a legislação da Ordem, (...)” (Cocheril, 1981, p. 26).

¹¹ Princípio de uniformidade formulado na Carta de Caridade da abadia-mãe de Cister (Cocheril, 1981, p. 35).



Figura 1.6 - Logotipo da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses. Presente em todos os mosteiros aderentes à Carta. Portugal faz parte desta Carta. Exemplar em Santa Maria de Alcobaça

Fonte: Autor, 2016

A Ordem de Cister surge então como a forma de regresso às origens da regra de S. Bento, no sentido de se caminhar na procura da solidão e da independência face ao poder secular entretanto instituído: as bases da formação cisterciense estavam na pobreza, na solidão e na penitência. As primeiras comunidades de monges teriam de ser capazes de desbravar o terreno de forma a poderem construir para habitar e trabalhar a terra para sobreviver.

Em Portugal a história não foi diferente, e na sequência da expulsão dos Mouros e do assolamento que a guerra deixou todo o território, este ficou propício à solidão que convinha aos monges cistercienses. Logo após a nossa independência em 1143, a Ordem de Cister já se instalava na Beira, perto de Lamego na Abadia de São João de Tarouco. Julga-se que em 1143 ou 1144¹².

Em Alcobaça, surgem inúmeras dúvidas sobre o assessoramento do território onde posteriormente foi construído o Mosteiro. São diversas as opiniões se o castelo construído numa colina fronteira ao Mosteiro se já existia em 1153¹³. Mesmo admitindo que o castelo já existisse, na altura deveria estar em ruínas, caso contrário os monges de Cister não se teriam estabelecido no lugar. Hoje em dia do referido castelo apenas restam as fundações, foi destruído pelo terramoto de 1755.

Voltando à evolução das Ordens de Cister, e segundo afirmações de Dom Maur Cocheril, desde a origem em 1098 até à sua afirmação, sensivelmente meio século depois com o abaciado de S. Bernardo, ao seu crescimento estiveram associados três momentos

¹² Dom Maur Cocheril tem dúvidas se a fundação da Abadia de São João de Tarouca ocorreu em 1143 ou 1144 (Cocheril, 1981, p. 25).

¹³ “A carta de fundação de Alcobaça tem a data de 8 de Abril de 1153” (Cocheril, 1981, p. 25).

essenciais: a sua origem está ligada ao abaciado de S. Roberto que corresponde ao impulso inicial da nova Ordem; um segundo momento, com o abade Alberico e que corresponde ao período da reação cluniacense, e finalmente, um terceiro com o abaciado de Estevão Harding que este ligado ao período de consolidação da Ordem.

Ainda com Harding, chega Bernardo a Cister e poucos anos depois é enviado, juntamente com alguns monges¹⁴, para fundarem uma nova abadia. Tratava-se de Claraval, muito associada ao nome de São Bernardo. “Bernardo deixou marcas profundas na arte do seu tempo, não só na arquitetura, simples e despojada de toda a ornamentação supérflua, mas também na arte do livro, (...)” (Martins A. M., 2011, p. 68).

São Bernardo foi uma das figuras mais importantes da Ordem, a ele se deve o seu impulso mais forte e o maior desenvolvimento em termos de expansão. S. Bernardo foi muitas das vezes entendido como se fosse o fundador da Ordem de Cister, mas pelo cunho da sua personalidade, pela sua devoção e pela sua doutrina, sempre teve um grande ascendente, não apenas no seio da Ordem, mas igualmente no universo cristão. Em Portugal os cistercienses são muitas vezes chamados de S. Bernardos.

Durante este período de afirmação (1115-1153) o desenvolvimento da Ordem é avassalador. Por exemplo em 1119 já existiam 12 abadias, para em 1134 passarem para 73, e á morte de S. bernardo, 1153, este número elevou-se para 392. Este desenvolvimento foi contínuo e mesmo após a morte de São bernardo e no final da Idade Média já existiam 742 mosteiros masculinos e cerca de 900 femininos (Martins A. M., 2011, p. 70).

Este desenvolvimento e afirmação da Ordem Cisterciense espalharam-se por toda a Europa, fundando-se inúmeros conventos e mosteiros. No quadro¹⁵ que se segue (Quadro 1.3) enumeram-se os primeiros edifícios conventuais edificadas pela Ordem, com o ano da fundação e o correspondente País.



Figura 1.7 – S. Bernardo na fachada do Mosteiro de Alcobaça
Fonte: Autor 2016

¹⁴ Pensa-se que seria doze os monges que acompanharam Bernardo na fundação da abadia de Claraval (Martins A. M., 2011, p. 68).

¹⁵ Relação das primeiras abadias cistercienses segundo Dom Maur Cocheril (Cocheril, 1972)

País	Ano	Abadia
Alemanha	1123	Kamp
Inglaterra	1128	Waverley
Áustria	1130	Rein
Valónia	1132	Orval
Flandres	1139	Ter Duinew
Espanha	1140	Fitero
Irlanda	1142	Wellifont
Hungria	1142	Cikádor
Portugal	1143	Tarouca
Polónia	1143	Lekno
Suécia	1143	Alvastra
Noruega	1146	Lysekloster
Dinamarca	1154	Esrom
Síria	1157	Belmot
Frísia	1163	Klaarkamp

Quadro 1.3 – Esquema com as primeiras abadias cistercienses

A morte de São Bernardo conjugada pelo rápido crescimento que entretanto a Ordem fora sujeita, levaram-na à adaptação a novas exigências. É nesta altura que os cistercienses rompem, em parte, com a antiga tradição e adotam outros tipos de tarefas pastorais, como foram o exemplo do ensino e do estudo.

Com o decorrer dos anos os ideais de São Bernardo sofrem profundas alterações aproximando-se das tendências cluniacenses e surge o conceito de propriedade em dicotomia com a ascensão de uma riqueza que começa a proliferar dentro dos mosteiros e na comunidade cisterciense. O produto do trabalho agrícola e manual tende a conferir ao monge um estatuto que não estava de acordo com as regras iniciais.

Após o século XIII, com o surgimento de uma nova conjuntura económica e espiritual, surgem novas ordens religiosas. A ordem de Cister transforma-se profundamente e é alvo de um recuo na sua expansão territorial, sendo simultaneamente apegada a um esgotamento na vocação que conduz a um menor número de filiações e fundações. No quadro 1.4 fica visível o decréscimo de fundações após o século XII, justificado com as adversidades inúmeradas nos parágrafos anteriores, e também motivadas pelos desvios aos princípios iniciais da ordem:

	Nº de Mosteiros
Século XII	525
Século XIII	169
Século XIV	18
Século XV	20
Século XVI	0
Século XVII	4

Quadro 1.4 – Numero de mosteiros construídos entre os séculos XII e XVII¹⁶

1.1.3. A Arquitetura Cisterciense em Portugal

Ao iniciarmos uma análise da história e da importância da Ordem de Cister em Portugal, somos tentados a começar em resumi-la em três ocasiões bem distintas:

- Um primeiro momento terá ocorrido entre 1143-1567, que corresponde à primeira fundação cisterciense em Portugal, e também a participação na elaboração do *Novum Monasterium*;
- Um segundo momento acontece quando em 1567 se dá a desvinculação da Ordem de Cister e a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça;
- Finalmente e em consequência da situação económica e política vivida em Portugal no início do século XIX, por isso não tendo a ver de forma direta com a história da própria Ordem, dá-se a extinção. Esta abolição acontece por força das extinções das ordens religiosas em 1834.

Como já foi referido no capítulo anterior, a Ordem de Cister chega a Portugal no seu período primário de expansão, o que coincide, igualmente, com o início do desenvolvimento de Portugal como nação. A sua primeira fundação aconteceu com a construção do Mosteiro de São João de Tarouca em 1143. Nesse mesmo ano o rei de Leão e Castela reconhece D. Afonso Henriques como rei da “Portucalensis Terra”, “(...) por ocasião da chamada «Conferencia de Zamora»” (Mattoso, 1997, p. 57)

Nesta altura, a capital religiosa do reino era Braga, Guimarães a capital política e Portucale (o Porto de hoje) era a verdadeira capital das trocas comerciais. Neste sentido, o território vai sendo conquistado de Norte para Sul. O que até 1147 ficava para Norte de Coimbra, após a batalha de Santarém alarga-se mais para Sul. Para fazer face ao povoamento e

¹⁶Quadro elaborado com base na obra de (Cocheril, 1972).

defesa do território, Afonso Henriques terá intercedido junto de S. Bernardo para que fundasse mosteiros. Em contrapartida o Rei terá doado aos monges de Cister o território onde posteriormente foi construído o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e onde se desenvolveu a arte da agricultura e as indústrias dos coutos.

Apesar da morte de Afonso Henriques em 1185, a Ordem de Cister continuou a responder ao seu desafio e foram implantando mosteiros e feito povoamentos à medida que o território ia sendo conquistado.

Neste contexto, o mosteiro e as comunidades cistercienses foram muito importantes durante a criação da Nacionalidade, não apenas a nível da ocupação do território, mas também pelo seu carácter cultural e civilizacional. Estas faculdades e preocupações são justificáveis pelo grande número de edificado que se foi erguendo pelo território nacional. Neste sentido os Mosteiros de São João de Tarouca e o de Santa Maria de Alcobaça destacam-se por serem autênticas Abadias-mãe de um elevado número de mosteiros. Destacam-se ainda os Coutos e as Granjas de cada um. A vertente feminina de Cister só viria a ter importância a partir do século XIII, estando sempre associada à Casa real.

Desta forma podemos, igualmente, resumir em três ciclos fundamentais na consolidação da Ordem de Cister no nosso País:

- **Ciclo de Tarouca**, associado ao território Beirã e à entrada da Ordem em Portugal, através da fundação do Mosteiro de São João de Tarouca em 1143 (Cocheril, 1972, p. 2). A Beira era uma zona propícia a acolher o espírito cisterciense por ter características austeras e favoráveis à solidão e ao contato com a natureza. A reunião destas premissas foi essencial nos primeiros anos da Nacionalidade, uma vez que ajudaram a consolidar o território e a protegê-lo das invasões inimigas;
- **Ciclo de Alcobaça**, associado à vila de Alcobaça e ligado à consolidação da Ordem de Cister em Portugal. Foi um elemento essencial dentro da Ordem, não apenas pelas suas dimensões mas também pelo seu plano. A igreja de Santa Maria de Alcobaça é a maior de Portugal e uma das maiores da Ordem de Cister (Cocheril, 1981, p. 43). Foi, igualmente, importante no desvinculo da Ordem através da criação da Congregação Autónoma de Alcobaça em 1567. São vários os mosteiros que estão vinculados a Alcobaça, sendo o exemplo do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, entre muitos outros;
- **Ciclo Real Feminino**, ligado aos membros femininos da realeza portuguesa. No início da Ordem não estavam contemplados este tipo de edifício conventual e apenas a partir do século XIII com a fundação do Mosteiro de Tart na Bélgica se

iniciou este ciclo. Constituíram um destaque pela inovação e também por se tornar um local de eleição para as mulheres de sangue real. O primeiro mosteiro feminino da Ordem em Portugal foi o de São Mamede de Lorvão, fundado entre 1200 e 1206¹⁷.

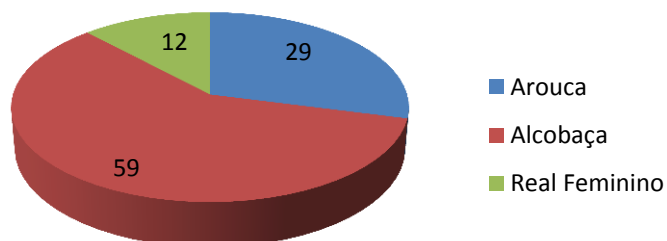


Figura 1.8 - O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em a), e o Mosteiro de São João de Tarouca em b). Exemplos dos três ciclos da Ordem de Cister em Portugal. Fonte: Autor 2016 e (Martins A. M., 2010).

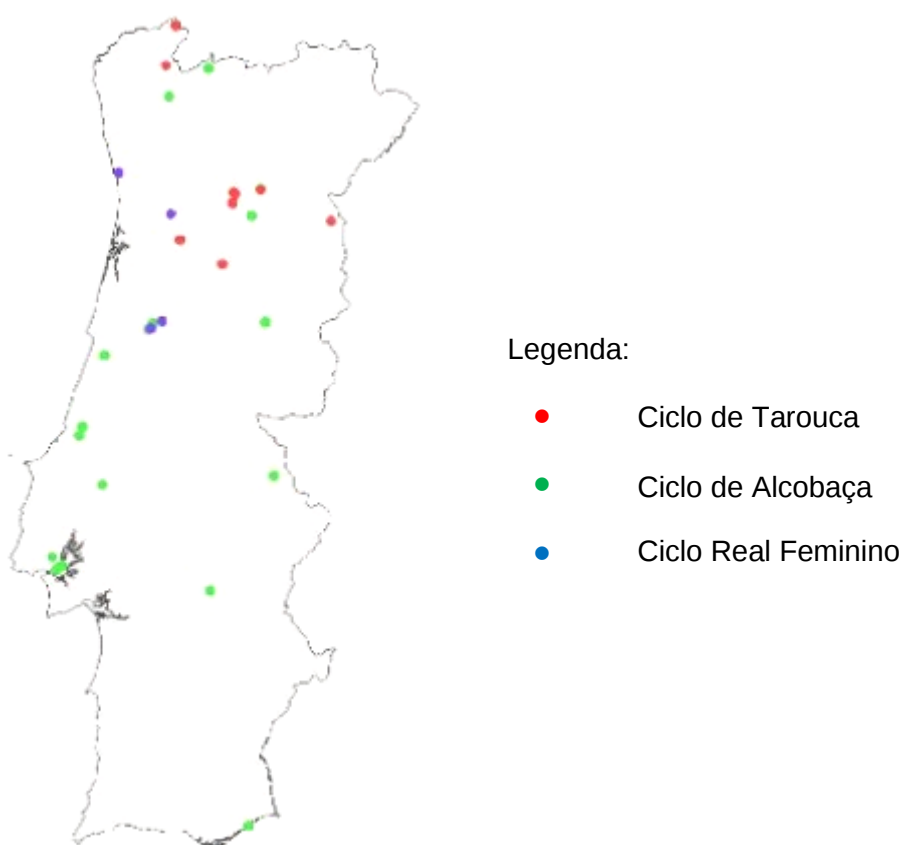


¹⁷ Mosteiro fundado no distrito de Coimbra, inicialmente masculino mas transformado entre 1200 e 1206 por D. Teresa, filha de D. Sancho I e neta de D. Afonso Henriques em mosteiro feminino da Ordem de Cister. (Martins A. M., 2011, p. 129).

Deste modo poderemos espelhar em gráfico (quadro 1.5) as percentagens e em distribuição (quadro 1.6) cada um destes ciclos na sua implantação em território nacional¹⁸.



Quadro 1.5 - Percentagem dos três ciclos da consolidação da Ordem de Cister em Portugal



Quadro 1.6 - Distribuição dos três ciclos da consolidação da Ordem de Cister em Portugal

¹⁸ Segundo dados da obra de (Martins A. M., 2011, p. 114).

Caracterizar e interpretar a arte cisterciense, nomeadamente na sua arquitetura, não se torna uma tarefa fácil. Se ao fato do seu aparecimento estar situado “(...) entre dois grandes momentos estéticos e arquitetónicos, o românico e o gótico (...)” (Gusmão, 1948, p. 63), juntarmos “(...) a diversidade formal, de planos, de alçados e de programas ornamentais que as suas abadias apresentam (...)” (Gusmão, 1948, p. 24), impossibilita-nos de identificar um estilo arquitetónico único numa obra cisterciense.

A fundação e implantação dos edifícios conventuais cistercienses incidiram, inicialmente, na região das Beiras, ocupando todo o espaço entre o Douro e o Tejo. A sua primeira obra em Portugal foi o Mosteiro de São João de Tarouca construída em 1143¹⁹, e a última foi o Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em 1692.

Expandiram-se depois pelo restante território nacional, e neste aspeto foi determinante, a partir da segunda metade do século XII, a ocupação do espaço que se veio a denominar de “Coutos de Alcobaça”. O desenvolvimento destas granjas teve um papel marcante no povoamento desta região, tanto na ocupação do espaço como na sua própria defesa. De referir que a fundação dos mosteiros cistercienses acompanhava a mesma cadência que Portugal ia imprimindo na sua conquista.

Desta forma e ao analisarmos o quadro 1.7, apercebemo-nos que a arquitetura cisterciense foi acompanhando as soluções arquitetónicas produzidas à época. Na primeira metade do século XII, que coincide com os primórdios da Ordem em Portugal, o Românico e depois o Gótico ajustavam-se à austeridade própria das exigências cistercienses.

As implantações femininas aparecem um pouco mais tarde que as dos monges, no século XIII. Tiveram um papel importante nestas fundações as netas de Afonso Henriques. O Mosteiro de Lorvão, fundado em 1206 por D. Teresa, o de Celas em 1214 por D. Sancha e o de Arouca por D. Mafalda em 1223 (Martins A. M., 2011, p. 169).

Ainda na referida análise, os mosteiros da Ordem de Cister apresentam, no que respeita ao estilo arquitetónico, uma forte presença do Renascimento e do Maneirismo, quando a sua edificação foi, na sua maioria, durante o reinado de D. Afonso Henriques e aí estar a génese do Românico. Esta alteração de tendências deve-se ao fato de no século XVI, com a Congregação Autónoma de Alcobaça, terem-se reconstruído e renovado um grande número

¹⁹ Segundo o monge cisterciense D. Maur Cocheril, (Cocheril, 1976) João de Tarouco foi a primeira fundação Cisterciense em Portugal. No entanto para Alves, Alexandre a primeira fundação em Portugal tem suscitado algumas dúvidas porque o Mosteiro de Lafões embora tenha pertença à ordem de Cister apenas em 1161, a sua construção pensa-se ser de 1138/1140. Parece ser consensual que a primeira Regra a que pertenceu foi a de Santo Agostinho para depois pertencer à de São Bento, para finalmente pertencer à de Cister. (Alves, 1995, pp. 11-12)

de edifícios conventuais pertencente à Congregação (que anteriormente pertenciam à Ordem de Cister).

Temos ainda que, a partir do século XVI, com as alterações produzidas na renovação e reconstrução dos mosteiros surge o Barroco. O esplendor da ornamentação e da talha destacam-se. No entanto, há os ainda que resistiram às mutações da arquitetura e mantêm a linguagem Cisterciense primitiva como são os exemplos de Santa Maria de Fiães e Santa Maria de Ermelo. Alcobaça continua a ser um edifício gótico por excelência.



Figura 1.9 - Santa Maria de Fiães em a), Santa Maria de Ermelo em b), e Santa Maria de Alcobaça em c).
Fonte: (Martins A. M., 2010) e Autor, 2016.

Edifício Conventual	Ano	Estilo Arquitetónico	Ocupação atual
Masculinos			
Mosteiro Sta Maria de Fiães	1194	Românico/Barroco	Resta a Igreja, MN 1993
Mosteiro Sta Maria de Ermelo	S.XII	Românico/Barroco	Resta a Igreja, MN 1997
Mosteiro Sta Maria do Bouro	1195	Românico/Maneirista/Barroco	Pousada
Abadia Velha de Salzedos	1150	Românico	Restam fundações
Mosteiro Sta Maria de Salzedos	1196	Românico/Maneirista/Barroco/Gótic	Museu/Igreja, MN 1997
Mosteiro S. João de Tarouca	1143	Românico/Renascentista/Maneirista e Barroco	Musealização das ruínas
Mosteiro Sta Maria de Aguiar	1169	Românico/Gótico	Turismo da habitação
Mosteiro São Cristóvão de Lafões	1161	Maneirista/Barroco	Turismo de habitação
Mosteiro Sta Maria de Maceira Dão	1188	Maneirista/Barroco	Propriedade privada
Mosteiro S. Tiago de Sever	1144		Destruída 1 Sec. depois
Mosteiro Sta Maria de Seiça	1195	Maneirista/Barroco	Abandonado/Ruínas
Mosteiro Sta Maria de Alcobaça	1153	Gótico/Renascentista/Barroco	Monumento Nacional
Mosteiro Sta Maria de Júnias	1247	Românico/Gótico	Musealização das ruínas
Mosteiro Sta Maria da Estrela	1220	Maneirista	Suprimido em 1579
Mosteiro de S. Paulo de Almaziva	1221	Barroco/Manuelino	Pertença Colég. E. Santo
Mosteiro Sta Maria de Tomarães	1217		Desaparecido
Colégio do Espírito Santo	1545	Renascentista/Maneirista	Habitação e comércio
Mosteiro de S. Pedro das Águias Novo	S. XIII	Românico/Maneirista/Barroco	Assoc.Prod.Vinho Porto
Mosteiro de S. Pedro das Águias Velho	1205	Românico	Pequeno monumento
Mosteiro Nossa Senhora do Desterro	1591	Maneirista	H. do Desterro/Devoluto
Femininos			
Mosteiro S. Salvador das Bouças	1228		Extinto seculo XIII
Mosteiro S. Pedro e S. Paulo Arouca	1223	Maneirista	Museu
Mosteiro de S. Mamede de Lervão	1206	Maneirista/Barroco	H. Psiquiátrico/Extinto
Mosteiro Sta Maria de Celas	1214	Românico/Gótico/Renascentista Manuelino e Barroco	Monumento
Mosteiro São Dinis de Odivelas	1295	Gótico/Maneirista/Barroco	Colégio Militar/Extinto
Mosteiro Sta Maria de Almoester	1287	Gótico/Maneirista/Barroco	Monumento
Mosteiro São Bento de Cástris	1275	Românico/Gótico/Mudéjar/Barroco	Casa Pia Évora/Devoluto
Mosteiro Sta Maria de Cós	1241	Maneirista/Manuelino/Barroco	Circuito Turístico/Ruínas
Mosteiro São Bento de Xabregas	1461	Renascentista/Maneirista	Espaço de Eventos
Mosteiro São João Vale Madeiro	1525	Renascentista	Extinto em 1560
Mosteiro São Bernardo de Portalegre	1518	Renascentista/Manuelino/Barroco	Escola da G.N.R.
Mosteiro São Bernardo de Tavira	1530	Maneirista/Manuelino	Em recuperação
Mosteiro N. Senhora Nazaré Mocambo	1653	Maneirista/Barroco	Museu da Marioneta
Mosteiro N. Senhora Assunção Tabosa	1692	Maneirista/Barroco	Circuito Turístico/Ruínas

Quadro 1.7 – Relação dos edifícios conventuais pertencentes à Ordem de Cister em Portugal

No que diz respeito ao espaço cisterciense, este era determinado tendo em conta determinados detalhes que fossem de encontro aos princípios enunciados pela regra que orientava a Ordem: desde a sua orientação, as características da própria terra, as linhas de água, a espiritualidade do espaço, tudo era importante na determinação do espaço. “Este plano cisterciense apresenta algumas particularidades. O mosteiro é sempre construído num terreno um pouco desnivelado, perto de um curso de água.” (Cocheril, 1981, p. 36).

A construção dos espaços cistercienses obedecia a uma orientação simples na sua forma, mas arrojada na maneira como dava primazia à simbologia do lugar de encontro entre o monge e Deus. O conceito deveria ser apenas o que proporcionasse apenas a liturgia. A arquitetura deveria ser capaz de expressar fisicamente este sentimento de relação e espiritualidade, assim deveria ser simples mas perceptível, “(...) a que poderíamos chamar a estética de S. Bernardo (...)” (Gusmão, 1948, p. 78).

São Bernardo renunciara à Ordem de Cluny pelo exagero nos ornamentos por eles exibidos nas suas construções. A reforma cisterciense foi no sentido de a despojar desses excessos, como tal teriam de ser simples. Nada poderia distrair a relação espiritual. Recusando a pompa monástica de Cluny, S. Bernardo desprezou a riqueza e guiando-se pelo Novo Testamento agarrou-se à antiga Regra de São Bento. Desta forma submeteu a origem dos mosteiros cistercienses a um rigor e adequação dos materiais, que se fundiu em “ (...) edifícios de uma simplicidade e de uma austeridade (mas não de aridez), de calma e plenitude (...)” (Cocheril, 1959, p. 24).

Ainda no que diz respeito às divergências estéticas entre a arte cluniacense e a cisterciense, destacava-se a fuga, por parte da primeira, à humildade artística segundo a regra de S. Bento. Esta consciência levava-a a atingir contornos de exuberância onde as expressões plásticas iam muito para além das exigências da vida monástica. Havia um programa artístico onde pontificava a arte figurativa e excessivamente decorativa.

Contrariamente, S. Bernardo elaborava um programa artístico por forma a não subjugar a espiritualidade aos sentidos e ao belo. Se para Cluny estava um forte impulso na procura do equilíbrio entre os sentidos, o belo e o esplêndido, para Cister era uma percepção estética “(...)segundo a qual é rejeitada a analogia entre a beleza terrena e o esplendor celeste, constituindo a ascese, e por consequência a renúncia dos sentidos, um meio de alcançar Deus (...)” (Martins A. M., 2010, p. 892). Assim a arquitetura destes dois tipos de abadias residia, não apenas em razões teológica e espirituais, mas também na sua arquitetura. “Só se utilizam linhas diretas. As paredes são espessas, reforçadas por contrafortes. O emprego

do arcobotante é reduzido a um mínimo indispensável. As naves laterais só servem para dar passagem porque a Ordem não admite procissões na Igreja” (Cocheril, 1959, p. 24).

Desta forma, dois aspetos muito importantes ressaltam da dicotomia que haveria de existir entre a arquitetura e o ideal cisterciense: Por um lado a implantação dos mosteiros da ordem teriam de obedecer a um contexto mítico e carregado de simbolismo, e que, simultaneamente, cumprisse escrupulosamente a Regra de São Bento, vales com terra fértil e em comunhão com a natureza; por outro uma arquitetura capaz de desenhar um conceito com caráter que refletisse aquele modo de pensar e viver. Deste modo, o conjunto arquitetónico onde se insere o espaço cisterciense teria de ser equilibrado, coerente e de acordo com um plano completo mas simples, de modo a responder às exigências das comunidades monásticas autossuficientes e sedentárias. Não nos podemos esquecer que o trabalho do monge era tornar a terra difícil em terra de cultivo e que fosse suficiente para a sua subsistência. “A Regra de Cister fazia do trabalho manual uma obrigação.” (Cocheril, 1981, p. 22). Assim, o espaço arquitetónico teria de ser capaz de se adaptar ao terreno e simultaneamente adaptá-lo às necessidades físicas e espirituais da crença cisterciense.

Se tomarmos os exemplos de Alcobaça, Tarouca, Arouca ou Salzedas, consciencializamo-nos da importância das fundações monásticas na criação de centros de civilização que hoje em dia temos conhecimento. O mosteiro era uma micro-cidade ideal, “(...) uma organização social, política e económica de uma comunidade humana.” (Martins A. M., 2011, p. 214). Não será difícil perceber que o espaço cisterciense era um organismo urbano, mutável e capaz de se adaptar ao território, e simultaneamente competente para satisfazer as necessidades de quem o habita. Poderemos desta forma, comparar este espaço criado pela Ordem de Cister ao de uma cidade; ela também resultou de um desenvolvimento urbano, com uma civilização própria e também ela complexa, mas que na maioria das vezes era considerada como a ideal.

Quando escrevemos sobre arquitetura e da sua importância na formação do espaço cisterciense, será aconselhável irmos à origem. Início do século XII, Idade Média e numa altura em que a espiritualidade da arte era defendida por duas correntes de estética com conceitos diferentes: Ordem de Cluny, com uma conceção sustentada por Sugério de S. Dinis²⁰. Sempre seguidor da magnificência cluniacense, propunha que o local de culto e homenagem a Deus se realçasse pela sua beleza e valor do edifício, que desta forma impunha autoridade, soberania e “(...) imperasse como critério absoluto.” (Dias, 2003, p. 303) (fig. 1.10). Por outro lado estava a espiritualidade da arte de S. Bernardo que rejeitava

²⁰ “Contributo especial para o avanço da liturgia forneceu o abade Sugério (1081-1151) de S. Dinis. (...), ainda viria a ser governador do reino no tempo de Luís VII, quando da ida deste à Palestina.” (Dias, 2003, p. 302).

a beleza e o esplendor como forma de se chegar a Deus (fig.1.11). Esta oposição entre as duas corrente estéticas não se limitava à arquitetura, mas, e fundamentalmente, estava na forma como se chegava a Deus, ou seja, era uma questão teológica.



Figura 1.10 - Abadia de Fontenay, França
Fonte: (Martins A. M., 2010).



Figura 1.11 - Abadia de S. Dinis, França
Fonte: (Martins A. M., 2010).

Seguindo a Regra de S. Bento, a arte de Cister para S. Bernardo deveria elevar o espírito favorecendo a contemplação, mas não se deixando envolver pelos sentidos, nem ao mundo das sensações. A simplicidade dever-se-ia ligar à razão e à clareza das relações geométricas puras. No entanto esta procura não deixava de se fazer com elementos arquitetónicos, mas teriam de ser simples. Assim, “(...) na nudez das igrejas, bastava-lhes a harmonia dos volumes, a simplicidade das linhas, a elegância das proporções, a esbelteza dos arcos, a pureza das paredes caiadas, o claro-escuro da luz para se elevarem para Deus (...)” (Dias, 1997, p. 15). Ou seja, para além dos princípios básicos da arquitetura patentes nas simetrias e proporções, esta devia-se preocupar com a função do espaço que se estava a criar. A funcionalidade, a estética e a espiritualidade deveriam formar um conjunto aprazível.

A arquitetura, ou mesmo a arte cisterciense caracterizava-se também pela utilização de materiais locais, associados ao modo de construir do lugar ou região onde o edifício conventual seria implantado. O movimento artístico da Ordem de Cister, como hoje em dia é conhecido, foi marcado pelo pensamento de S. Bernardo, não apenas a nível humano e espiritual, mas, igualmente, em termos da própria arquitetura. Esta circunstância levou muitos a considerar a estética cisterciense como a estética bernardina.

No entanto e apesar das arquitetura cisterciense ser simples, despojada de qualquer ornamento e seguindo um plano previamente definido, ela não era estática. Mesmo com a utilização dos planos e regras tipo, não é fácil encontrarmos dois mosteiros idênticos. Isto deve-se a uma adaptação constante às necessidades, tanto de quem habita, como do

contexto e condicionantes do local onde se inserem. A própria mão-de-obra da região imprime elementos característicos do próprio lugar. Os monges cistercienses sempre tiveram a sapiência de utilizar as premissas do lugar onde se encontravam.

Na construção cisterciense é comum a todos os mosteiros, seguia-se uma planta tipo beneditina. No entanto e como referido anteriormente, esta planta não seria imperativa, visto a arquitetura ser mutável e adaptar-se ao lugar e às funções. No que respeita ao estilo, a Ordem de Cister não inovou, seguiu os parâmetros da arquitetura da época. Isso sim, um programa e um papel específico que lhe permitiu assumir uma competência na arquitetura monástica medieval.

Desta forma também podemos resumir que no espaço cisterciense existiram determinadas premissas que tiveram um propósito de relevo na sua conceção, nomeadamente:

- A importância de existirem nos mosteiros dois grupos distintos de religiosos: os Professos e os Conversos. Aos primeiros, também conhecidos por monges, estava-lhes determinado o relacionamento entre Ordens e designado o Ofício Litúrgico; os segundos eram leigos, auxiliavam os outros e dedicavam-se ao trabalho manual e agrícola. Eram inferiores aos Professos. Esta convivência entre dois grupos denota a existência de estruturas diferentes para que pudessem viver de acordo com as orientações;
- Outro elemento era a água. Na escolha do lugar para a construção do mosteiro, os monges de S. Bernardo e segundo a Regra de S. Bento, escolhiam os terrenos que fosse férteis e com cursos de água. Só assim haveria condições para se viver. Quando fosse possível, o lugar para se edificar o mosteiro, essa edificação acontecia sobre um curso de água por forma a aproveitarem, também a sua força hidráulica. “(...) os monges desenvolveram em grande medida os conhecimentos de hidráulica, tornando-se mestres (também) nesta arte.” (Cunha, 2005, p. 451);
- De seguida o traçado. Depois de escolhido o terreno e de acordo com os parâmetros referidos anteriormente, o desenho da construção era o passo emergente. Em primeiro lugar e se estivessem a construir sobre ruínas de abadia existente anteriormente, manteriam a tradição encontrada, sem que efetuassem as reformas necessárias à funcionalidade. Mas sempre com os critérios previamente estabelecidos pela Ordem.

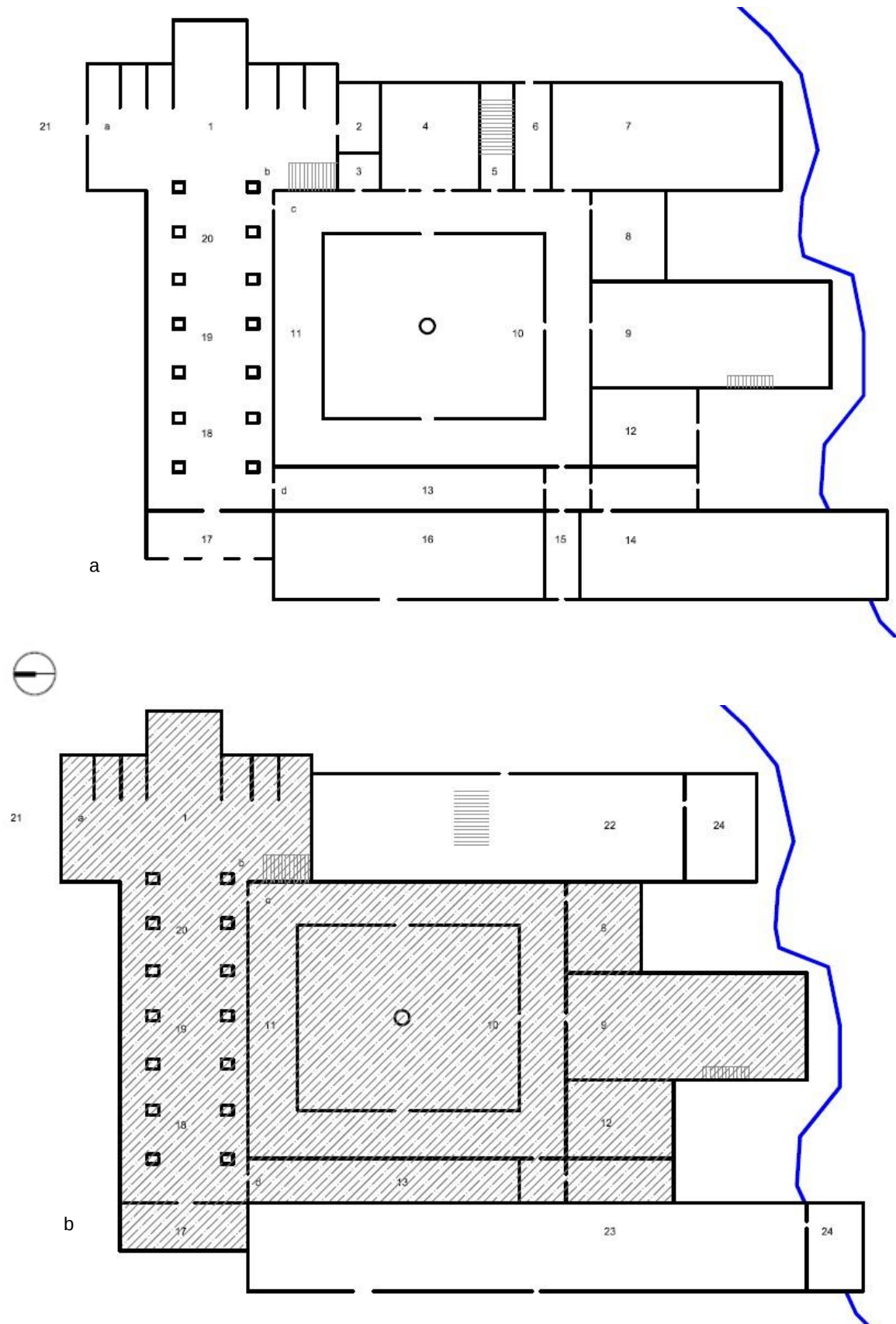


Figura 1.12 - Plantas tipo duma abadia cisterciense segundo Dom Maur Cocheri. Piso Zero em a) e piso 1 em b)
 Fonte: Autor, 2016

Legenda da Figura 1.12

1. Igreja;
2. Sacristia;
3. Armarium;
4. Sala do Capítulo;
5. Escada de acesso ao Dormitório dos monges;
6. Parlatório;
7. Sala dos monges;
8. Calefatório;
9. Refeitório;
10. Lavabo;
11. Claustro;
12. Cozinha;
13. Corredor dos conversos;
14. Refeitório dos conversos;
15. Passagem;
16. Celeiro;
17. Nartex;
18. Coro dos conversos;
19. Coro dos enfermos;
20. Coro dos monges;
21. Cemitério;
 - a. Porta dos mortos;
 - b. Escadaria das matinas;
 - c. Porta dos monges;
 - d. Porta dos conversos.

A arquitetura cisterciense utilizava, como já referido anteriormente, um plano tipo (fig. 1.12) para a construção das suas abadias. Estas desenvolviam-se a partir da igreja e em torno do claustro, ou dos claustros. “O claustro constitui o coração do Mosteiro. À volta dele ordenam-se os edifícios conventuais, (...)” (Cocheril, 1981, p. 35). Aqui estava o epicentro dos mosteiros, onde os seus lados correspondiam às funções essenciais. Todas as dependências monásticas eram construídas a sul da igreja para que pudessem apanhar mais horas de sol. Estas dependências surgiam em volta do claustro porque tinha a ver com a deslocação dos monges e com as necessidades de sol e calor.

A distribuição do espaço regia-se pela orientação solar, assim:

- A Norte estava a Igreja (*Spiritus*). O elemento mais importante, sempre “(...) orientada no sentido poente-nascente, ficando o *Presbyterium* a nascente.” (Cocheril, 1981, p. 35). De planta retangular sendo dividida a meio para desse modo os monges e conversos estarem separados. Sem fachada monumental nem torreões, era duma tipologia simples e sem decorações;
- A Este a sacristia, a sala do capítulo, salas de trabalho intelectual e o lado aberto aos monges (*Anima*). A nascente ficava a ala dos monges. No primeiro piso a sacristia e

a sala capitular. O piso superior era todo ocupado pelo dormitório dos monges que tinha uma ligação direta à igreja através de umas escadas. Virado a nascente para que os monges tivessem o sol logo ao nascer;

- A Sul tínhamos a cozinha, o calefatório, o refeitório e as latrinas (*Corpus*). O refeitório e a cozinha articulavam-se com o claustro e estavam sempre próximas de uma linha de água. A cozinha surgia a meio do refeitório por forma a separar os monges dos conversos.
- A Oeste tínhamos o lado aberto aos irmãos conversos (celeiro, dormitório, refeitório e latrinas) (*Domus Conversorum*). A ala dos conversos comunicava com a igreja, através da “(...) ruela dos conversos (...)” (Cocheril, 1981, p. 36) e fica a oeste, apanhando sol apenas ao final da tarde;

Este tipo de estrutura social, com a existência de dois tipos de grupos hierárquicos distintos; os monges e os conversos, onde as suas vidas não se podiam cruzar fisicamente mas que dependiam umas das outras, obrigavam a tipo de arquitetura capaz de responder às necessidades funcionais.

A esta estrutura respondiam dois corpos distintos no edificado, situados em lados opostos, oriental e ocidental, da igreja. Igreja, local de oração comum aos dois grupos, embora em zonas distintas. Desta forma, apenas a Igreja, a Cozinha e a sala do Capítulo eram espaços de vivência comum, embora com condições diferentes quer se tratasse de monges ou de conversos. A cozinha era utilizada em horários diferenciados e a sala do capítulo, local onde se reuniam os dois grupos para ouvirem o abade depois da missa, era ocupada apenas pelos monges. Aos conversos estava-lhes destinado o lado de fora da sala, ouvindo o abade através das aberturas.

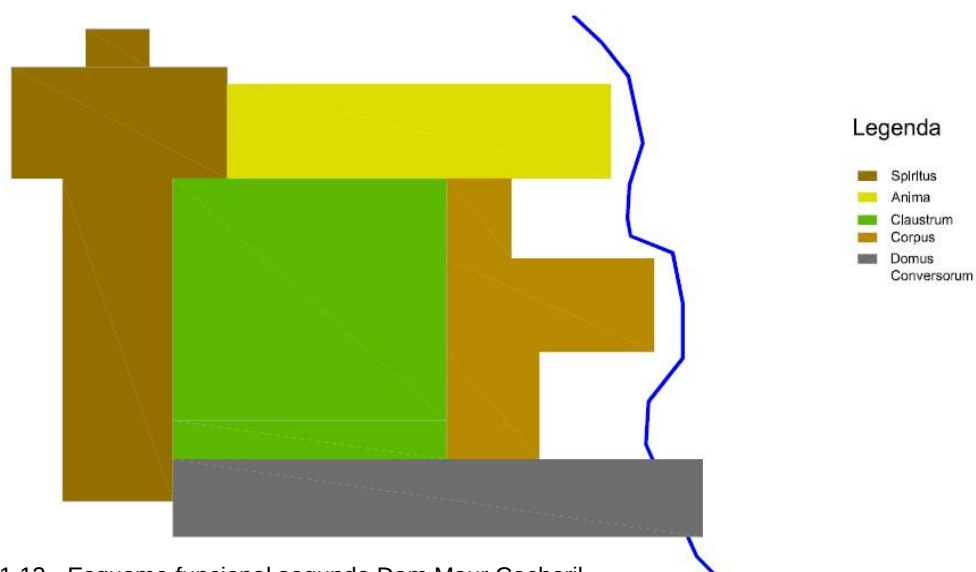


Figura 1.13 - Esquema funcional segundo Dom Maur Cocheril

Fonte: Autor, 2016

Ao terminarmos este subcapítulo sobre a fundação e o desenvolvimento da Ordem de Cister, fundamentalmente em Portugal, não podemos deixar de realçar a sua importância, não apenas pela arquitetura, mas por toda a cultura e arte que deles herdamos.

Para S. Bernardo, a arte deverá ser a forma de elevar o espírito e o conduzir à contemplação. No entanto a arte não deverá seduzir os sentidos e sim assentar na simplicidade. O mosteiro cisterciense deve estabelecer-se na ausência de decoração onde a arte não entra em princípios rígidos duma escola de arquitetura, por exemplo. Deve perseguir objetivos de espiritualidade e será nesta uniformidade que está a virtude do “Plano de Cister”.

A arquitetura Cisterciense foi a grande influenciadora para os conventos de Alcobaça e de Odivelas em termos de organização do espaço. Influencia, igualmente em termos da racionalização desse espaço, o que o torna fácil de adaptar a novas funções.

1.2. Portugal Liberal e a Extinção das Ordens Religiosas

1.2.1. A Imagem do Poder

O final do século XVIII e o princípio do seguinte foram determinantes na história de Portugal. Com a revolução, a ansia revolucionária francesa estende-se para lá dos seus muros e intenta contra uma Europa conservadora. A Revolução Francesa foi de tal forma marcante que a sua sombra ocultou os anos que se seguiram.

Na realidade a decadência nacional do século XIX teve origem numa atmosfera de pessimismo e crise de consciência que se instalara já em meados do século XVII. Criticava-se a realidade nacional, desleixo e dificuldades do presente com administrações irresponsáveis do passado. Não deixam de ser curiosas as memórias de Fr. João de S. Joseph, quando refere os gastos supérfluos do reino e acusa D. João V que “(...) se não fizesse um convento de arrábidos com tão enorme dispêndio, se não gastasse (...) Podia o seu filho, snr. Rei D. José, ter com que comprasse negros captivos em justa guerra, (...)” (Castello-Branco, 1868, p. 183). A imagem do país desenhava-se à imagem do Rei D. João V: um extravagante monarca sacristã, e um “(...) perdulário com uma enormidade maior: - a do vicio, (...)” (Santarém, 1827, p. V).

Esta política ao lado da igreja já tenha surgido delineada no reinado de D. Pedro II, é a partir de 1707, no reinado do seu filho D. João V que ela surge como estratégia de poder no sentido de conseguir uma imagem forte que o Estado necessitava para fincar a sua identidade. Não nos podemos esquecer que a ligação da igreja do Antigo Regime com os diferentes Estados europeus assumiu sempre um papel muito forte. Simultaneamente, se tivermos em conta que durante a restauração, Portugal isolou-se destas questões eclesiásticas, não será de estranhar o caminho de uma união entre a igreja e a política como estratégia de poder em D. João V e assumir-se como um modelo ideológico a adotar a seguir à Independência.

Aliás, o poder eclesiástico já se tinha afirmado nos séculos anteriores, mas será a partir do século XVIII que esta regularidade se acentua. Assenta-se, fundamentalmente, na cristianização maciça das populações. No entanto, para o Historiador Eugénio dos Santos, será a partir desta altura que a sociedade portuguesa é submersa por uma série de práticas

religiosas (missões, pregações, vias sacras, devoções, novenas) provocadas, principalmente, pelas novas Ordens Religiosas entretanto surgidas.

Para ter-se uma noção do que era o poder e o estatuto do Clero consideramos o quadro 1.8 que nos revela a forma como decorria o estudo universitário no Antigo Regime. Segundo o historiador A. C. Ribeiro de Vasconcelos, estariam matriculados na Universidade de Coimbra de 1573 a 1772 por faculdades:

Faculdade	Nº de Alunos	Percentagem
Teologia	10 138	3,2
Cânones	237 860	76,2
Leis	42 269	13,5
Medicina	21 842	6,9

Quadro 1.8 – Numero de alunos por curso na Universidade de Coimbra

De notar que o curso de Cânones habilitava a magistratura e a advocacia em cargos da Igreja e do Estado. O de Leis habilitava esses mesmos cursos mas só no foro civil. Ressalta ainda que estes dois cursos totalizam quase 90% do total de alunos matriculados, o que nos diz da importância dessas faculdades, principalmente a de Cânones.

No entanto, o século de Setecentos não foi completamente imune a tensões entre o poder política e a igreja. Ressalta a autorização dada por D. João V a alunos dos oratorianos a entrarem diretamente na universidade, regalia dada, até então, apenas aos jesuítas. O Rei Magnânimo, apesar do incremento que prestou à cristianização dos portugueses, não deixou que as relações com a igreja fossem calmas, mas a liberdade e o desafogo material proporcionaram-lhe privilégios, nomeadamente novos santuários e grandes igrejas, conventos com ricas bibliotecas, proteção real e isenções que “(...) forneceram ao Clero os adequados meios de acção.” (Santos, 1995, p. 211).

O final do século XVII parece ser o criador das raízes do que seria o século seguinte. Começa-se a sentir, embora ainda não revolucionária, uma corrente progressista e com concepções mais reformadoras. Ainda com algum receio do sistema política, e um pouco à sua margem, estas ações exercem-se timidamente com algumas trocas de ideias, agendamento de algumas conferências e com a circulação de novos livros. A influência do moderno estrangeiro tende a crescer e a mudança de mentalidade começa a emergir.

A realidade nacional parecia outra, até entre as Ordens Religiosas o movimento intelectual gerava alguma agitação: Já nas primeiras décadas do século XVIII, os Franciscanos

desviavam o seu ensino da filosofia de Aristóteles, e a Ordem de São Caetano reunia bibliotecas ricas em obras de cariz profano.

Perante este ambiente de renovação e progresso, o Rei ocupa uma posição central, uma vez que, e não obstante as forças do passado serem ainda poderosas, possibilitou a instilação de novas energias que, sem o seu consentimento, não teriam exercido quaisquer fundamentos.

Na verdade, toda a abertura, embora cuidadosa, controlada e prudente, só revela algum empenhamento sério por parte do Rei. Assim, é possível afirmar que o Portugal Joanino estava disposto a acolher o movimento cultural que agitava a Europa. “O reinado do *Magnânimo* (...) seria o ponto de encontro de todas estas correntes que a segunda metade do século veria emergir: O Portugal Esclarecido nasce do Portugal Restaurado e anuncia o Portugal Liberal.” (Pimentel, 2002, p. 43).

A sociedade do Antigo Regime, que corresponde, em termos políticos, à monarquia absolutista, apresentava-se declaradamente dividida, em termos de valores e comportamentos, claramente estereotipados em ordens – Clero, Nobreza e Povo, numa hierarquia inflexível, logo, muito bem definida. Uma sociedade tipificada com as viagens dos descobrimentos, que desenvolveu uma fixação além-fronteiras, e tem a sua contração no início do século XIX, numa altura em que a Europa acordava virada para o desenvolvimento tecnológico e se forja a economia do capitalismo moderno. Enquanto isso, Portugal permaneceu por mais algum tempo agarrado a uma estrutura rural, ligada ao Antigo Regime, recusando a modernidade.

O Clero, para além de gozar de uma jurisdição peculiar, com leis e comportamentos muito específicos, tinham, de acordo com a inerência à sua função, a subordinação da restante sociedade. Tal como a nobreza, era uma ordem não sujeita a impostos ou deduções a favor do Estado, sendo, por isso, detentora de um imenso património que lhe proporcionavam enormes fontes de rendimento, sujeitando, ainda, os rendimentos do estado à dízima de Deus (Godinho, 1975, pp. 85-89).

Contudo, uma grande parte destes rendimentos monásticos não é gasta exclusivamente pela igreja. Em Portugal os fidalgos nobres conseguiam chamar a si uma grande parte destas riquezas provenientes das diferentes funções pias. Para além da participação no rendimento alheio, a nobreza era detentora de um vasto rendimento vindo do Estado. Julga-se que em Portugal, no século XVII, 95% das terras pertenciam ao clero e à nobreza.

Durante os séculos XVI e XVII a economia portuguesa era dominada pela função do mercado. Estávamos num Estado mercador e detínhamos uma nobreza mercantil. Era o fidalgo negociante, exaltado e, convém que não o esqueçamos, ligado à propriedade do solo e que pelo sistema das comendas e vínculos, tinha ainda, acesso a rendimentos das ordens militares. “As comendas são conjuntos de bens cujos rendimentos estão concedidos a particulares nobres” e “um vínculo é um conjunto de bens que está vinculado, que está unido indissolivelmente a uma família” (Godinho, 1975, p. 94).

Desta forma, o quadro social que caracteriza o Antigo Regime define-se por uma aristocracia em grande número, mas variada quanto à sua influência e fortuna. O Clero, igualmente dissemelhante, mas ainda mais populoso e entregue à clausura. Pontuava ainda uma classe média composta por lojistas, funcionários e letrados, que sem grande capacidade para impor os seus valores, acaba por partir para o Brasil à procura de melhores ocasiões. Numa sociedade onde ainda nos aparece o setor terciário, que na época pouco ou nada tem a ver com o da sociedade contemporânea. O terciário antigo não produzia, mas pelo contrário, operava sobre os meios ativos uma pressão violenta de despesas sumptuosas.

Este contexto social vai perdurando. O rei, rodeando-se de burocratas e intelectuais, explora as vulnerabilidades daquelas ordens, e, subsidiariamente, assiste-lhe o emergir de uma nova burguesia mercantil, que atingirá o seu fulgor na época pombalina. O século XVIII surge-nos com uma nova abertura cultural que se transmite a uma nova socialização liberta de preconceitos. Ouvem-se as vozes femininas na tentativa de afirmarem os seus valores, e desse modo tornar a sociedade mais heterossexual, que, no entanto, e por estarmos na conjuntura de uma Nação conservadora, será um processo lento e muito cuidadoso (Pimentel, 2002, pp. 45-50).

O engenho do Rei na forma como parece ser capaz de cumprir a sua soberania assume-se numa dupla função: disfarçar a fragilidade do seu poder na teia de conflitos e resistências e, simultaneamente, reconhecer a falta de capacidade para os eliminar. É fundamental não esquecer que os últimos anos da Guerra da Sucessão deixaram marcas no descontentamento generalizado da sociedade. Este desagrado fomentou algum desrespeito pela autoridade e poder do Rei, era a penúria do tesouro que fazia denotar alguma carência de géneros e que levou à falta de pagamento de salários, tanto de militares como de alguns funcionários do aparelho de Estado.

São inúmeras as insurreições organizadas contra o poder, desde autênticos motins de fome desencadeados por soldados, até marchas sobre Lisboa de grupos numerosos de

camponeses em conflitos relacionados com problemas laborais. Outros ainda, foram os problemas criados com a falta de pagamento de salários com os operários deslocados para a vila de Mafra para a construção do Convento, isto já em 1731-1732.

Como é evidente, a edificação do Palácio Real não deixa de ser um dos focos da contestação popular, que faz intrometer no próprio reinado alguma tensão. Mesmo para os mais conservadores o mau estar aprontado pelo empreendimento régio era evidente, o que juntamente com as manifestações de insatisfações fazem ao longo deste período acumularem-se sintomas de insatisfação social que o poder oculta com dificuldade.

Outro tipo de sublevações, igualmente com alguma importância na sociedade da época, eram as caracterizadas no seio das congregações monásticas femininas. Desde as freiras do convento do Salvador a tentarem expulsar o sacerdote da igreja, até, em 1713, as freiras de Odivelas a recusarem receber uma nova religiosa presa pela inquisição. Para referir apenas o que se ia passando em Lisboa, lembrar apenas que em 1721 “(...) as Mónicas descem em procissão sobre o Terreiro do Paço, protestando passar fome e reivindicando a restituição dos dotes.” (Pimentel, 2002, p. 52).

Outros acontecimentos, talvez de natureza mais social e estruturante, são testemunhos do período conturbado manifestarem-se em momentos de delinquência e marginalidade, sobretudo na noite de Lisboa, onde uma contestação mais ampla à ordem leva aos desacatos com assaltos a igrejas e conventos, e onde nem a própria rainha fica imune. Estava patente nestas ações perversas a relação de ódio às congregações eclesiásticas. Numa altura em que a relação entre a igreja e a política estava muito próxima, poderíamos interpretar estas contestações como uma afronta à própria ordem vigente.

Da investigação abordada em parágrafos anteriores, ficamos cientes da importância de um Antigo Regime bafejado pelas luzes do laicismo e pelo programa reformador que nos leva, na introdução à história do nosso tempo, a amiudar todas as intervenções ocorridos nos finais do século XVIII e século seguinte. A reconstrução pombalina, uma política urbana coerente e reconhecida por muitos historiadores idealizada num regime absolutista e caracterizada por uma série de reformas necessárias e executadas de forma inesperada, não deixou de ser, para alguns um alvo sujeito a críticas.

No entanto, pese as censuras, Sebastião José “(...) com a reconstrução de Lisboa, com a expulsão dos jesuítas, com a severa domesticação da nobreza pelo poder régio, (...)” (Ramos, 1988, p. 12) não conseguiu transformar por completo a velha sociedade, mas pelas transformações ocorridas no tecido cultural e social, e pelas incursões que operou pela mentalidade, acabou por edificar os alicerces do Portugal contemporâneo em diminuir o

domínio tão importante como era o da igreja, e as reformas produzidas no ensino e no exército.

É no governo do Marquês de Pombal que se iniciaram algumas das reformas mais importantes na igreja. São vários os procedimentos que levaram a assumir-se intenções de corroer a influência do Clero no aparelho do estado. Para além de inúmeros decretos e leis denotando minorar as práticas religiosas, foi no enfraquecimento das relações com a Santa Sé que o reino deixou bem consciente a necessidade de independência relativo ao Papado. Seria a melhor forma de subordinar o poder eclesiástico ao poder absoluto do rei.

Promulgaram-se leis, propagaram-se doutrinas, sempre com a finalidade de subordinar os poderes das ordens religiosas, “(...) eliminou-se o poder canónico, apresentaram-se os eclesiásticos como inimigos das prerrogativas do estado e distintos do poder régio (...)” (Ramos, 1988, p. 14). Outras formas de subordinar a igreja ao poder do rei foram tributar os seus rendimentos, mesmo sem autorização de Roma.

Por altura do terramoto de 1755, foram extraídas algumas receitas eclesiásticas como forma de cobrir eventuais despesas com a reconstrução dos mosteiros e conventos e fazer face a dificuldades do Tesouro. Todavia, este conjunto de medidas, para além do cariz económico, tinha, igualmente, a finalidade de aplicarem medidas que se traduzissem em futuras reformas necessárias a debilitarem o poder do clero.

Por motivos de ordem ideológica, esta tendência em limitar a força do clero foi diminuindo de fulgor com reinado de D. Maria I, para mais tarde, e devido à crescente dificuldade do Tesouro, retoma-se a política do Marquês de Pombal, dando-lhe uma extensão, até então inigualável.

Primeiro, cessa o que ainda restava dos poderes eclesiásticos em termos administrativos e judiciais, para depois os rendimentos da igreja sofrer uma nova investida por parte do reino. Se já com D. José a preocupação de equilibrar as finanças publicas seria à custa dos rendimentos oriundos do património conventual.

Daí uma série de perdas em termos de isenções fiscais, agravadas com o lançamento de impostos diversos sobre essa propriedade. Em 1796 com a declaração de guerra a Portugal por parte da França, encontrava-se o Tesouro nos seus momentos de maior aflição, então a coroa para lhe fazer face, exige ao clero o pagamento de uma décima de todo o seu rendimento, para além da cessação de todas as isenções de sisas. Para além da dita décima, foi também instituído o quinto dos bens à coroa.

Em virtude desta situação inquieta em que Portugal se encontrava, quer em termos financeiros, quer em sociais, quer ainda devido às iminentes invasões francesas, outras medidas não menos surpreendentes foram implementadas com o intuito de melhorar a situação económica débil, mas, igualmente, numa tentativa de alterar a mentalidade relativamente à igreja.

Por exemplo, um aviso de 7 de Março de 1801, recorria às pratas das igrejas para manter o esforço da defesa. Embora este aviso tivesse como pretexto a segurança nacional, nos corações religiosos “(...) desconfiava-se que o fito era outro(...)” (Ramos, 1988, p. 16). Efetivamente, os corações pios e religiosos mais comoventes ficaram quando, decorrente da urgência da nação, o governo propôs a venda dos bens de ordens religiosas no Brasil.

Por exemplo, a congregação de S. Bento tinha sido notificada para inventariar todos os seus bens com o objetivo que o produto da sua venda entrasse nos cofres régios. Se com D. José a igreja vê algumas dos seus privilégios serem combatidos, outros atenuados e ainda outros limitados, com D. João VI recorre-se às personagens, civis e religiosas, do período pombalino, para prosseguir e acentuar a perseguição aos bens eclesiásticos e sujeitar o poder da igreja ao poder civil. Com o liberalismo eleva-se ao excesso esse combate “(...) de quase transformar os sacerdotes em funcionários públicos, quando não em agentes eleitorais.” (Ramos, 1988, p. 18).

Portugal no início do século XIX surge, assim, pasmado pela Revolução Industrial Inglesa e pela Revolução Social Francesa e sente-se na ansia por emergir dos ritmos desiguais em que o Antigo Regime se moveu debilitado. Será com alguma curiosidade que observamos a forma como o Estado evoluiu perante esta nova mentalidade estrangeira que se norteava pela multiplicação dos bens materiais, não esquecendo, no entanto, o ideal do cidadão.

Segundo Vitorino Godinho, os movimentos industrializados surgem para Portugal quando este se encontra no seguimento das crises, quer políticas, quer sociais, profundas. Assim aconteceu no final do século XVIII com a política Pombalina, onde a recuperação não deixava a industrialização ganhar raízes. Assim, “(...) só puderam iniciar-se a sério depois dessa vitória do estado Liberal e da política correlativa de extinção de privilégios e de encargos extremamente gravosos – logo, só a partir de 1834.” (Godinho, 1975, p. 143).

Era fácil de prever que estaria para breve a extinção e a apropriação por parte do Estado dos edifícios conventuais.

1.2.2. A Extinção das Ordens Religiosas

Já basta de destruir e assolar; já basta de perseguir o fraco, só porque o é: já basta d'esse vandalismo cruel, torpe e insensato, que vai para um século pesa sobre a terra de Portuga, (...) de duas uma: ou se ha de reabraçar aquelle sentimento profundo de Deos e da Religião; ou Portugal ha de passar ainda por grandes calamidades, até que venha a respeitar profundamente os direitos de Deos e da Egreja. (...) os Mouros, conquistadores e fanáticos, foram mais humanos do que eles, portuguezes, liberaes, o tem sido a respeito das Religiosas que n'ella habitam! No tempo dos Mouros, em Lorrão, não houve fome, nem miséria, nem desconsideração; (...) (Amado, 1859, pp. 3-4).

Num País onde o apego à conventualidade era por demais evidente, o período iniciado, principalmente, com a revolução liberal no início do século XIX, conduziu ao esmorecimento do fervor religioso. O historiador Fortunato de Almeida refere mesmo que "(...) a decadência, depressão e quase aniquilação, em que de presente se acha o episcopado português." (Almeida F. , 1970, p. 29) dava indícios sobre a congeminência desencadeada pela nova conjuntura política.

Da análise política, económica e social que fizemos nos capítulos anteriores, não será de estranhar que a extinção de alguns dos mosteiros e demais edifícios conventuais, tenha começado a ser idealizada ainda antes do Decreto que extingue todos os bens da Igreja em 1834.²¹ Este novo paradigma pode ser percebido dentro de um quadro de grande amplitude geográfica, mas que acontece em tempos históricos distintos. Em quase todos os países da Europa esta alienação do património pertencente às Ordens Religiosas surgiu fruto de contextos que emergiram de movimentos revolucionários: em Portugal moldou-se por força, inicialmente, com o movimento liberal e depois com a implantação da Republica.

Já em Outubro de 1567, com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça, e fruto de uma vontade de renovar a imagem cisterciense em Portugal, aliado ao estado económico e físico de muitos dos mosteiros existentes à época, levou a que alguns fossem anexados a outros da mesma Congregação. Mais tarde, já em plena segunda metade do século XVIII, marcada com uma enorme crença, por parte do Marques de Pombal, na identificação "(...)" de uma politica que subordinava à coroa os privilégios temporais da Igreja Romana, "(...)" (Serrão, 1995, p. 297). Este indício ficou provado com a expulsão dos Jesuítas e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, através do alvará de 3 de Setembro de 1759, confirmada por alvará de 1 de Abril de 1815. (Silva A. M., 2000, p. 232). Se juntarmos

²¹ Decreto de 28 de Maio de 1834 que extingue todos os Conventos, Mosteiros, Hospícios e quaisquer Casas de religiosos e de todas as Ordens Religiosas e os incorpora na Fazenda Nacional.

a estas premissas a destruição que o terramoto de 1755 faz assolar muitos dos edifícios conventuais, um pouco por todo o lado, continua-se a sentir que pairava o espectro de que nada de bom se adivinhava para o património religioso.

Os edifícios conventuais da Ordem de Cister mais próximos do epicentro do flagelo de 1 de Novembro foram, naturalmente, os mais atingidos. Falamos do Mosteiro de Nossa Senhora do Mocambo, da Nossa Senhora do Desterro, de S. Dinis de Odivelas, de Santa Maria de Alcobaça e o Colégio da Conceição. As dificuldades para os sustentar eram evidentes, e mais evidentes nos conventos femininos do que nos masculinos. Segundo o Abade Manoel de Mendonça²² a justificação estava no facto de “(...)estarem entregues a abadessas com pouca experiencia em matéria de gestão e de nem sempre serem bem aconselhadas por feitores ou mesmo confessores, (...) apesar de (...) disporem de um património invejável.” (Mota, 2004, p. 777).

Desta forma, são extintos alguns desses mosteiros de fracos rendimentos e em ruínas, como foram os casos dos Mosteiros de S. Pedro das Águias, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Seiça, Santa Maria de Maceira Dão, para serem anexados ao Colégio da Conceição. Utilizando o argumento económico e ainda segundo o Abade da Congregação de Alcobaça foram extintos os Mosteiros de S. Bento de Cástris, S. Bernardo de Portalegre, Santa Maria de Almoester, Nossa Senhora do Mocambo e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, a maior parte conventos femininos.” (Mota, 2004, p. 776).

Não bastasse a crise deixada, inicialmente, pelo idealismo de Sebastião José, e depois agonizada pelo terramoto de 1755, o início do século XIX trouxe as invasões francesas que contribuíram ainda mais para a delapidação do património eclesiástico. As ideias antimonásticas enraizadas nos princípios da Revolução Francesa levaram à destruição e saque de muitos mosteiros em Portugal.

Assim, em 1807 acontece a primeira de três invasões francesas e com ela a fuga da corte portuguesas para o Brasil. Embora a vitória sobre os franceses fosse um facto, no entanto ela aconteceu muito por força da ajuda inglesa, o que nos fez que mais uma vez ficássemos reféns, desta vez nas mãos dos oficiais ingleses.

Toda esta situação política conjugada com a instalação da corte de D. João VI no Brasil, levou os portugueses a sentirem a metrópole como uma colónia do Brasileira sob influência britânica. Estes fatores fizeram despoletar o descontentamento social e levaram à

²² Abade geral da Congregação Autónoma de Alcobaça e sobrinho de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. (Martins A. M., 2010, p. 143).

Revolução Liberal de 1820. Em 15 de Setembro em Lisboa e em 24 de Agosto no Porto (Saraiva J. H., 1980).

Com a Revolução Liberal de 1820, Portugal iniciou um período de mudança no paradigma social, político e económico que conduziu a um processo de desmantelamento de instituições que eram até aí a base do regime.

Na verdade, as primeiras Cortes Constituintes em 1820 foram o início de um período muito difícil para as Ordens Religiosas, já que dessas reformas saíram inúmeras restrições, nomeadamente a redução ao mínimo o número de conventos, “(...) por decreto de 18 de Outubro de 1822.” (Caeiro, 1989, pp. 12-13). A partir desse momento o Estado apropria-se do respetivo património, encontrando-se muito dele, nos dias de hoje, na sua posse e constituindo bens objeto de classificação no âmbito cultural.

Este processo de alinação dos bens por parte do Estado, não apenas os bens da igreja, ocorre em três momentos distintos:

- Numa primeira fase todos os bens da coroa são nacionalizados, por força da Lei de 25 de Abril de 1821, passando a designar-se de bens nacionais, ficando referido no ato da posse a possibilidade de venda a particulares se subsistisse dificuldade na sua manutenção. Este processo foi interrompido com a revolta absolutista de D. Miguel (Silveira, 1980);
- Pouco depois, com uma lei de 24 de Outubro de 1822, passavam à posse do Estado um grande número de mosteiros, hospícios e conventos, “(...) que assumia os encargos de natureza civil a que estivessem obrigados aqueles bens, mas onerava com os encargos pios da mesma proveniência as casas para onde passassem os religiosos dos conventos suprimidos. Era o prelúdio de 1834.” (Almeida F. , 1970, p. 49);
- A vitória do Liberalismo levou à extinção de todas as Ordens Monásticas. Com estas medidas podemos identificar o terceiro momento com a publicação do Decreto de 28 de Maio de 1834, que extingue todos os edifícios pertencentes a ordens religiosas quaisquer que fosse a sua denominação, instituto ou regra. Segundo Fortunato de Almeida “(...) o vandalismo foi revoltante, o exemplo em Alcobaça (...) o convento ficou abandonado, entregue à destruição dos habitantes da vila que o puseram em saque.” (Almeida F. , 1970, p. 52). Inicialmente as intenções dos liberais justificavam-se nas reformas que a igreja há muito necessitava, por isso até, de alguma forma, era previsível. No entanto o que surpreendeu foi a sua forma radical como de uma assentada extinguiu tudo o que era religioso. Ainda segundo o Professor António

Martins da Silva, em 1834 foram suprimidas 448 casas religiosas, sendo 356 do sexo masculino, cuja população rondava os 6289 religiosos.

- De realçar que contrariamente ao que aconteceu com os mosteiros masculinos, as monjas permaneceram, de forma ambígua, nos conventos até à morte da última religiosa. Esta situação foi-se mantendo até ao restabelecimento das relações com a Santa Sé em 1841 e a Concordata em 1857 (Embaixada de Portugal Junto da Santa Sé, 2009). Em 1861 com a publicação da Carta de Lei de 4 de Abril que decretava a inventariação de todos os bens pertencentes às freiras e monjas e a sua incorporação na Fazenda Nacional. Segundo o Padre José de Sousa Amado, em 1859 ainda existiam 124 conventos femininos com 1268 monjas.

Se antes do Decreto de Joaquim António de Aguiar, a atividade desenvolvida pelos religiosos era essencialmente dirigida para o ensino, que vivendo nos colégios conventuais, daí exerciam o professorado; as transformações operadas no decorrer da década de 30 do século XIX levaram a “(...) desorganizarem e encerrarem a esmagadora maioria das escolas de ensino eclesiástico.” (Silva A. M., 2000, p. 123). Com efeito, muitos destes membros da igreja continuaram a exercer o ensino, agora em colégios particulares ou mesmo praticando o ensino por conta própria. Poucos foram os que encontraram lugar no ensino público.

No entanto, a nova conjuntura política e social que se configurava, levava a que o Clero adequasse a sua mentalidade ao regime, por forma a permitir novas ligações orgânicas entre o Estado e a Igreja, para que dessa forma se quebrasse o vazio deixado pelo encerramento, principalmente, das escolas eclesiásticas. Assim, e “(...) passada que foi a tormenta liberal, foram timidamente regressando as Ordens Religiosas (...)” (Caeiro, 1989, p. 13). Desta forma era novamente perceptível o emergir do prestígio religioso que foi sentido na última década do século XIX, para em 1901, com o Decreto de 18 de Abril, conhecida pela Lei de Hintze Ribeiro, voltar de novo ao mau presságio do início do século.

De fato, a partir de 1901 move-se nova perseguição às Ordens Religiosas para em 8 de Outubro de 1910, o governo provisório da nova República decretar de novo a extinção das Ordens Religiosas. Fechava-se deste modo o ciclo iniciado em 1834 com o liberalismo.

1.2.3. O Impacto das Extinção na Função e na Imagem Arquitetónica

Seguindo uma ordem cronológica, há que definir a cidade, e tomamos Lisboa de José Augusto França como referência, antes do terramoto de 01 de Novembro de 1755. Há três

momentos de maior relevo que nos interessa abordar, de acordo com o estudo a que nos propusemos.

O primeiro momento, a Restauração de Portugal a coberto, fundamentalmente, de um D. João V que construiu a cidade tal como ela se encontrava antes da catástrofe; uma cidade de estruturas medievais, com monumentos faustosos e habitada por uma corte de gosto barroco. Um segundo momento, traz-nos a conjuntura que se seguiu a 01 de Novembro e perceber os seus danos e formas de os ultrapassar. Por fim, um terceiro momento que tem a ver com as alterações política sociais inerentes à extinção das Ordens religiosas e a sua contaminação na estrutura da cidade do século XIX.

O Arquitecto Filippo Terzi²³, caído nas graças do rei espanhol, aquando do seu domínio, foi, com os seus desenhos frios, mas de alguma forma ligados à moda italiana, o grande animador do figurino arquitectónico, principalmente o da capital. O século XVII, ainda sob influência filipina, ou mesmo já no início da independência, em Lisboa, segundo José Alberto França, viu-se erguer alguns palácios pertencentes a famílias nobres ou bem colocadas na corte, com arquitectura inculta. Foram raras as exceções em que os edifícios civis procuraram o atributo arquitectónico. Esta observação continuou a ser válida até final do século seguinte, altura do flagelo de 1 de Novembro.

Pelo contrário, a arquitectura religiosa conheceu um enorme desenvolvimento, mesmo durante o domínio espanhol. A título de exemplo, neste período, foi construído o convento dos Agostinhos de São Vicente de Fora²⁴. Este edifício conventual seria imitado no século seguinte, e “Encontramo-lo em Mafra, uns cento e vinte depois, e tornamos a encontra-lo em várias igrejas da Lisboa pombalina – e ainda, no final do século XVIII, na Basílica da Estrela.” (França, 1977, p. 33).

Segundo Miguel Pedegache²⁵, a arquitectura desse tempo pouco ou nada lhe despertou interesse, pois, segundo ele, nem os estrangeiros que por cá passavam, também nada, nesse campo, lhe despertava a menor atenção. Na verdade, salvo raras exceções, o que se construiu antes do terramoto e que a ele escaparam ilesas, continuaram a marcar o mesmo descrédito que as anteriores.

²³ Filippo Terzi (1520-1597) arquitecto Italiano que chegou a Portugal em 1557 e trabalhou para Filipe I. Foi o primeiro mestre da Escola de Arquitectura do Palácio Real. (França, 1977, p. 326).

²⁴ Segundo Afonso d'Ornelas, a designação São Vicente de Fora não quer dizer que a igreja se encontrasse fora das portas da cidade (ela encontrava-se fora da cerca mourisca, mas no interior da cerca fernandina), mas fora da jurisdição do arcebispo de Lisboa. Daí o Fora. (França, 1977, p. 327).

²⁵ Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo (1730-1794), Coronel e escritor português que se ocupou pelas artes em Portugal no período que antecedeu o terramoto de 1755. (França, 1977, p. 35).

As obras mais importantes que foram construídas neste período foram as traçadas por dois arquitetos estrangeiros ao serviço do rei: Johann Friedrich Ludwig, mais conhecido por João Frederico Ludovice (1673-1752), arquiteto alemão naturalizado português e quem projetou o Palácio de Mafra. O outro, Carlos Mardel (1696-1763), engenheiro e arquiteto húngaro, nomeado mais tarde arquiteto dos paços reais e das ordens militares. Ficou conhecido, sobretudo, pela reconstrução de Lisboa. A eles se devem as duas moradas mais interessantes deste período. A Ludovice a construção da própria casa em 1747, no limite do Bairro Alto, e a Mardel a casa de Lázaro Leitão à Junqueira²⁶.

Se nos recordarmos do que já escrevemos em capítulos anteriores, onde analisamos o contexto político, social e económico da corte durante os anos Setecentos, onde Portugal era regido por um rei faustoso, D. João V. Embora indigitado muito novo, depressa tomou consciência do seu poder e o desenvolveu, sem vacilar, até meados do século XVIII, tendo no ouro do Brasil, seguido pelos diamantes o suficiente para revolucionar, ficticiamente, as finanças do País.

No entanto, continuava-se pobre, pobre numa agricultura abandonada pela classe nobre mais interessada em encostar-se ao rei e ao clero, e pobre numa indústria que não havia. De positivo apenas o que conseguíamos extrair do Brasil. Por isso, já o testamento D. Luís da Cunha fazia sentir que em 1950 não se faziam repetir as queixas que em 1911 se faziam ouvir (França, 1977, p. 39).

Desde muito cedo que o magnânimo manifestou a sua inclinação para a grandeza. As embaixadas em países como a Áustria, a França e Roma, eram tidas como das mais ricas e sumptuosas, sendo exemplo disso mesmo a aquisição de faustosos coches do barroco romano. Mafra foi outra das vertentes da grandeza patenteada por D. João V. O conjunto Palácio-Convento-Igreja, onde o barroco de S. Pedro do Vaticano se misturava com a evidente influencia alemã de Ludovice, e graças, também à fachada de S. Vicente de Fora. Duvidas não existem que “(...) o ourives suábio que na obra se relevou arquiteto, deve bastante a Lisboa – que depois será credora desta vasta escola em que se formaram uma ou duas gerações de arquitetos e de artesãos.” (França, 1977, p. 42).

Durante o seu reinado, D. João V identificou-se com os monumentos ricos na sua decoração interior e na atmosfera sentimental, quase sensual. São exemplo deste prazer as duas obras

²⁶ Casa nobre de Lázaro Leitão Aranha, Principal da Sé Patriarcal. Edifício construído em 1734, e classificado de imóvel de interesse público e onde funciona, atualmente, a Universidade Lusíada. (Lisboa C. M., 2005).

mais importantes que mandou edificar durante o seu reinado: Primeiro, Mafra, diz-se que um “monumento maior que o reino”, e depois a capela de São João Batista²⁷.

A arquitetura no Portugal Joanino era ultrapassada pela decoração, o azulejo substituíu a pintura e a talha subtraía a escultura das artes na época do magnânimo. O azulejo era, sem dúvida, a arte com maior interesse na altura, assim como a talha, fruto do ouro que corria abundantemente do Brasil²⁸. Era comum assistirmos à criação portuguesas de igrejas todas decoradas a ouro.

Para D. João V, só fazia sentido o artesanato de luxo, toda a corte o imitava e faziam da primeira metade do século XVIII um período complexo e contraditório no quadro cultural português. Príncipe faustoso que herdara de Luís XIV o imponente e o gosto pela vida de um Luís XV, “(...) espírito fino mas mal formado num país pobre (...)” (França, 1977, p. 50). Torna-se também num homem solitário, que a morte ameaçou durante dez anos.

Na verdade, os últimos dez anos foram tristes para D. João V, atacado frequentemente por apoplexia, desdobrava-se em apoios à igreja, distribuindo avultadas quantias em dinheiro para a construção de conventos e outras construções religiosas, na esperança de se apegar à vida.

Em 1750, mais precisamente a 31 de Julho, morre o rei. Segundo A. Baldi, citado por José Augusto França, o rei morreu “(...) não deixando nas caixas públicas com que acudir às despesas do próprio funeral, nem crédito para fazer um empréstimo.” (França, 1977, p. 82). D. José sobe ao trono, embora sem a agilidade do pai, teve a sorte de poder contar com o apoio do futuro Marquês de Pombal, a quem lhe abandonou o reino.

Ainda embebido nas tradições do seu progenitor, de quem, segundo se disse, apenas herdou o gosto pela música, a sua primeira obra foi o grande Teatro da Opera do Tejo, também designado de Real casa da Ópera. Um conjunto arquitetónico inaugurado a 2 de Abril de 1755, que pela sua decoração e dimensões²⁹, concorria com os melhores teatros da Europa. Segundo José Augusto França, o decore ultrapassava a função arquitetónica, tal como a sua opulência ia muito para além da condição económica que o reino vivia à época. Passados poucos meses, com o terramoto ocorrido no ano da inauguração, ficou em ruínas.

²⁷ Capela encomendada por D. João V aos arquitetos romanos Luigi Vanvitelli e Nicola Salvi em 1740. Encontra-se assente no espaço da antiga capela do Espírito Santo na Igreja de São Roque. (Lisboa S. C., 2016).

²⁸ “Para que se possa avaliar a importância das novas descobertas; para que ninguém se iluda, supondo que os desperdícios faustuosos de D. João V traduzem um renascimento da riqueza natural do reino...” (Martins J. P., 1882, p. 148).

²⁹ O Teatro da Opera do Tejo tinha 60 metros de comprimento por 32,40 metros de altura (Martins J. P., 1882).

Com o cataclismo de 01 de Novembro de 1755, o balanço de perdas materiais foi enorme: dos cerca de setenta conventos que existiam, no que consideramos hoje, a área da grande Lisboa, a sua maioria ficaram destruídos quase na sua totalidade e queimados no incêndio que se seguiu ao terramoto.

De igual modo foram muitos os hospitais, igrejas e palácios das maiores famílias da corte que não escaparam à catástrofe. Se em termos de arquitetura a perda não foi muito significativa, no entanto o interior destes edifícios estava repleto de obras de arte, num valor muitíssimo elevado.

Dadas as condições deploráveis em que ficou Lisboa, a sua reconstrução foi essencial e tornou-se um fenómeno urbanístico. A reconstrução nasce de uma necessidade urgente de construir para alojar, aliando a esta rapidez uma exigência económica, natural num País que vivia uma situação débil. Esta estratégia levou à standardização num jogo de conceitos que definia um estilo arquitetónico, o dito «pombalino». Estudado para ser aplicado na Baixa a reconstruir, o prédio de rendimento depressa foi adaptado a outras paragens, sendo por vezes alterado e transformado.

Subindo um pouco e passando para outro tipo de construção, encontramos, principalmente, o Palácio da Ajuda e os muitos edifícios conventuais que foram sendo reconstruídos. Apenas nestes eram permitidos os grandes ornatos de arquitetura, tais como as colunas, os frontões e os pórticos. Era a norma da regularidade imposta pelo Marquês de Pombal, que apenas nas igrejas e mais tarde nos palácios, poderia ser transgredida (França, 1977, p. 176).

Em meados do século XIX, após a industrialização, a sociedade torna-se urbana. Este fenómeno leva a criarem-se grandes expectativas que rapidamente levam à produção de grandes metrópoles, cidades industriais e grandes conjuntos habitacionais. Estas são as condições psicológicas que a metrópole cria: ritmos, dinâmicas, quer sociais quer económicas, em quantidades suficientes para que o homem tenha consciência da diferença para a pequena cidade rural (Simmel, 1967).

O Urbanismo e a Arquitetura surgem com tentativas de resposta ao novo paradigma da cidade onde o homem se relaciona de forma emocional quando ligado à individualização, mas quando nas relações racionais surge como se fosse mais um elemento da engrenagem, objetivo e mensurável. Para José-Augusto França, Portugal está sempre numa situação de atraso e incompreensão dos valores da civilização, e assim não é de estranhar que os reflexos da industrialização comecem a fazer-se sentir apenas no final do século XIX.

O final do século XIX e início do século seguinte foram, para Portugal um período de alguma expansão na tentativa de ultrapassar a depressão de 1890: crescimento demográfico que conduziu a um crescimento urbano com o consequente aumento da edificação. No entanto, apenas uma pequena parte dos licenciamentos eram da responsabilidade dos arquitetos, sendo de observar que até aí e, apesar de alguns planos e comissões de melhoramento, as cidades, sobretudo Lisboa, continuavam a crescer de forma desordenada e sobre arruamentos já existentes ou até à margem dos mesmos. Lisboa, a título de exemplo, passara, ao longo do século XIX, de cerca de duzentos mil habitantes para cerca de trezentos e sessenta mil habitantes. Embora tenha resultado num crescimento considerável, confirmam um *deficit* em relação às principais cidades europeias (França, 1980).

Em termos arquitetónicos, o Tradicionalismo e o Modernismo foram duas tendências que condicionaram o papel da arquitetura portuguesa e estiveram ligadas a muitas das opções tomadas pelos arquitetos, principalmente nas primeiras décadas do século XX. O Tradicionalismo criava a apetência pelo valor nacionalista e monumental que impunha na sua conceção um carácter dignificante. O Moderno, como movimento e corrente internacional, era apetecido dos arquitetos portugueses porque dava-lhes a possibilidade de acompanharem as inovações técnicas que evoluíam externamente.

A defesa do Tradicionalismo surge na continuidade do contexto gerado por uma crise de identidade surgida no decorrer do século XIX, fruto das conjunturas políticas e económicas, e primeiros anos do século seguinte. Esta crise influenciou não só a arquitetura mas também toda uma consciência intelectual, moral, cultural e social. Figuras como os poetas Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1817) denunciavam a “(...) necessidade de uma recuperação de valores de identidade e dignidade nacionais (...)” (Almeida P. V., 1986, p. 43).

Em pleno século XIX e depois das invasões francesas e das guerras liberais terem destruído grande parte do património arquitetónico e uma grande parte da nossa identidade, o desenvolvimento da arquitetura portuguesa estava dependente das influências exteriores. A edificação vivia de dois tipos de habitação: os prédios de rendimento e as habitações privadas. Os primeiros dedicados exclusivamente ao rendimento, sem qualquer cuidado, quer em termos de estética, quer mesmo em termos de construção. O segundo, nesses sim, dava-se liberdade à extravagância artística (era o chalet, a vila e raramente a casa).

Em período de incertezas e de imperialismos ameaçadores, devido aos sucessivos problemas políticos, a instabilidade predomina até 1834, perdurando na memória os

vestígios da cidade antiga, valorizada pela organização dos seus bairros medievais. Era a nostalgia que mitificava o passado e tentava esquecer o presente.

Apesar de algumas hesitações e constrangimentos pela predominância do meio rural em detrimento das cidades, a economia mostra uma progressiva inserção no contexto internacional. Acompanhando este emergir económico, surge, em meados do século XIX, o manuelino. Segundo alguns historiadores representava o desejo de uma nova época de grandeza que recolocasse Portugal à imagem da Europa (Silva R. H., 1998).

Mais tarde surgem contrarespostas à grandeza do manuelino, justificando que espelhava uma imagem diferente da decadência económica que ainda se ia anunciando. Eleva-se o gosto pelo românico, único capaz de afirmar o primado da estrutura sobre a ornamentação e competente para assumir a pobreza com promessa de regeneração.

O debate pela identidade Nacional continuou, e na formulação de novos padrões acabou por conduzir à questão da “casa portuguesa”. Em termos construtivos e dentro dos contornos tipológicos assumia características de habitação individual. A questão da “casa portuguesa” na passagem do século XIX para o século XX assume um papel determinante no debate sobre a identidade artística, cultural, social e até política. Este conceito assume assim contornos de contestação às influências internacionais, nomeadamente o modelo de *Beaux-Arts*, oriundo da *École des Beaux Arts* de Paris. Havia com a “casa portuguesa” a vindicação de uma nova ascensão das vivências e da tradição nacional num perfunctório da procura da construção da identidade nacional (Silva R. H., 1998).

2. Do Não Convento: Mosteiro de S. Dinis, de Clausura a Colégio

Mosteiro de Odivelas, Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, Mosteiro de São Dionísio e Convento de Odivelas são as várias designações deste edifício conventual. Doravante iremos trata-lo por Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, ou apenas por Mosteiro de Odivelas.

Mosteiro de Odivelas, destinado, inicialmente, a enclausurar as monjas bernardas da Ordem de Cister, mais tarde acolheu, a que muitos denominaram, como as meninas da Nação. Destaca-se na imagem do conjunto formado pelo Núcleo Histórico do Lugar de Odivelas, funcionando como uma referência distinta na evolução do agora concelho. Insere-se na envolvente como todos os edifícios conventuais, impondo-se pela sua presença espiritual e pela sabedoria como se envolve no Lugar e na forma como consegue emergir em sua volta relações de equilíbrio.

O Mosteiro de S. Dinis funcionou ao longo dos anos como um estratega no modo agregador como definiu a expansão urbana do Núcleo Histórico. Mesmo tendo sido objeto de mutações funcionais, não perdeu o seu sentido orientador na qualificação e caracterização do espaço. Tal como nos refere Martin Heidegger no seu ensaio *construir, habitar e pensar* “(...) los espácios donde se desarrolla la vida han de ser lugares (...)” *apud* (Montaner, 1997, p. 41).

Esta cumplicidade do Espaço e do Lugar foi geradora de inúmeras transformações na sua envolvente, contribuindo para o desenvolvimento dos “(...) centros mais próximos e para o (...) local.” (Tomé, 2001, p. 10). A sua importância torna-se ainda mais relevante quando sabemos estar perante uma edificação fundada no século XIII, que ao longo da sua vida sofreu inúmeras modificações e ampliações, mas que nunca perdeu o seu caráter cisterciense sob a influência de S. Bernardo e as regras de S. Bento.

Teremos como principal objetivo realçar a importância do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo na consolidação do Lugar de Odivelas, no antes, no durante e no depois da Extinção das Ordens Religiosas. Tentaremos justificar a importância deste edifício monástico na sua caracterização e evolução. Neste sentido investigaremos, igualmente, diversos autores com conceitos diferentes de Lugar.

Finalmente e no último subcapítulo iremos olhar para o Mosteiro, na sua história, no seu espaço, na sua evolução e na sua mutação.

2.1. O Lugar, Conceitos

Os edifícios conventuais foram-se implantando nos lugares, procurando sempre a melhor forma de gerir a sua presença espiritual com o contexto do território onde se iam inserindo. Desta forma foram-se impondo como polos dominantes na paisagem, e, simultaneamente, traduziram-se em ações de equilíbrio. Segundo o arquiteto Fernando Távora “ (...) os nossos antepassados deixaram-nos excelentes lições quanto ao equilíbrio sitio-edifício, mas em face dos crimes que vemos cometerem-se aqui e ali contra a paisagem, não será difícil concluir que tal sentimento e equilíbrio abandonaram os nossos contemporâneos (...). (Távora, 1982, p. 59).

Em consonância com a falta de harmonia que nos atinge na contemporaneidade estão, igualmente, os ‘não lugares’ que a pós modernidade nos trouxeram e que segundo Marc Augé são ‘lugares’ efémeros, não históricos, sem caráter identitário e que em si mesmo não são lugares antropológicos. “(...) o lugar antropológico é histórico (...) construído por antepassados (...) (Augé, 2007, p. 48). Desta forma arquitetura dos nossos dias é um produto destes lugares e não lugares, onde o seu papel passa por interpretar os diferentes contextos para que a sua relação com o lugar seja determinante.

O conceito de Lugar tem sido interpretado de diferentes formas ao longo do tempo. Simultaneamente tem sido avaliado de diversas maneiras consoante diferentes são os campos do conhecimento a interpretá-lo. Na arquitetura a análise do Lugar também se baseia em múltiplas teorias, daí termos escolhido aqueles arquitetos como referências dessa pluralidade. Esta investigação tona-se importante, tanto neste capítulo como no seguinte, para que tenhamos a percepção da importância da arquitetura para o desenvolvimento do Lugar. Assim será importante que possa conjugar a relação de identidade entre o lugar e a arquitetura para que o equilíbrio que segundo Fernando Távora, e em face aos “(...) crimes que vemos cometerem-se (...)” (Távora, 1982, p. 59) foi abandonando a contemporaneidade, seja um retorno.

Embora este trabalho não pretenda investigar de forma exaustiva todas as interpretações acerca do Lugar e da sua contextualização quando em dicotomia com a arquitetura, irá debruçar-se, apenas, sobre o que pensam três historiadores de arte: Christian Norberg-Schulz, Kenneth Frampton e Josep Maria Montaner.

Christian Norberg-Schulz, O Fenómeno do Lugar

Thorvald Christian Norberg-Schulz foi arquiteto, professor e investigador no campo da teoria da arquitetura, mas dedicou muito do seu trabalho à fenomenologia³⁰ do lugar.

Começou a exercer a sua atividade arquitetónica numa altura em que a abordagem à arquitetura por parte do Movimento Moderno era feita de forma analítica, científica e incapaz de responder às novas complexidades, levando-a mesmo a perder o seu caráter de identificação quando envolvida com o contexto. Norberg-Schulz contraria o conceito até aí existente e defende que, desde há muito tempo, as diferentes lugares coincidem diferentes identidades e diferentes símbolos. Como tal e segundo o arquiteto Norueguês, o Lugar deve ser comprometido no envolvimento do Homem com o ambiente que o rodeia e o qual deve ser compreendido e aceite (Norberg_Schulz, 1975, pp. 20-35).

Desde muito cedo desenvolveu uma interpretação da obra do alemão Martin Heidegger (1889-1976), sobretudo no seu ensaio “Construir, Habitar, Pensar”. Para o filósofo alemão o Lugar é um lugar que pressupõe o habitar e para que seja autêntico ele terá de ser humanizado e onde participem a terra, o céu, os seres mortais e os seres divinos. As suas obras foram-se desenvolvendo e constituíram importantes textos pós-modernos. “Os últimos livros de Norberg-Schulz evidenciaram o seu interesse crescente pela fenomenologia.” (Nesbitt, 2010, p. 443).

A fenomenologia de Norberg-Schulz é aquela que permite o retorno “às coisas” em detrimento das abstrações e “construções mentais”. Para o arquiteto norueguês este fenómeno quando ligado à arquitetura terá de saber criar lugares a que ele denomina de específicos, lugares que estabeleçam um elo com o sagrado e que criem a ideia do espírito de um determinado Lugar³¹. Schulz interpreta estes lugares como os aptos a receberem o conceito de habitar.

Para este espírito do lugar focado por Norberg-Schulz na sua obra *Genius Loci* é determinante o papel da arquitetura na compreensão da sua essência por forma a aproximá-lo do Homem. Esse Lugar é muito mais que uma simples localização ou um simples espaço, ele é de fundamental importância no ambiente de vivências, e é constituído por elementos de carácter bem definidos. Já em tempos passados, ainda segundo o arquiteto norueguês, a

³⁰ O conceito de fenomenologia foi criado pelo filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938). Para Husserl a fenomenologia é uma descrição da estrutura específica do fenómeno. Ver (Husserl, 1965).

³¹ Ao que Norberg-Schulz determinou como “genius loci”. Cada Lugar tem o seu espírito, o seu genius, o seu espírito guardião.

sobrevivência dependia de uma boa relação com o lugar, onde este será (...) quelque chose de plus qu'une abstraite localisation. Nous voyons là un ensemble fait de choses concrètes qui ont leur substance matérielle, leur forme, leur texture et leur couleur. Tout cet ensemble de choses définit un «caractere d'ambiance» qui est l'essence du lieu.” (Norberg_Schulz, 1981, p. 6).

Norberg-Schulz criticava o Movimento Moderno pela sua falta de caráter arquitetônico, afirmando-o monótono e abstrato, valorizando-se apenas quando recorria aos elementos clássicos para apresentar alguma variedade. O arquiteto norueguês refere as experiências das cidades antigas, essas sim, indissolúveis na consolidação do Lugar.

Ainda segundo Norberg-Schulz, o conceito de Lugar organiza-se a partir do meio onde se envolve, ou seja, podemos estrutura-lo sob duas vertentes que se complementam: o Espaço e o Caractere. O Espaço não mais que as características morfológicas e físicas; e o Caractere a ver com as especificidades mais sensíveis, perceptíveis e sagradas do Lugar. Este caráter do Lugar já estava presente como prática antiga na escolha do sítio para se edificar. No seu Tratado de Arquitetura, Vitruvius aborda algumas noções sobre urbanismo, nomeadamente a distribuição das funções da cidade tendo em consideração as condições do Lugar (Vitruvius, 2006, p. 44).

Kenneth Frampton, O Regionalismo Critico

Kenneth Frampton distinguiu-se pelo seu trabalho como arquiteto, crítico, historiador e professor na Universidade de Columbia.

No seu ensaio *The Isms of Contemporary Architecture*, publicado em 1982, Frampton sintetiza a sua atitude crítica relançando o interesse pela fenomenologia do Lugar. Assume-se contra a arquitetura Moderna e Pós-Moderna quando concebida de forma efêmera, negando “(...) a expressão e identidade locais.” (Nesbitt, 2010, p. 503). É destinada às massas independentemente das características do sítio onde se envolve. Contrapõe com uma arquitetura autêntica que deverá assentar em dois aspetos essenciais: a consciência do Lugar e a importância dos materiais utilizados na construção.

Desta forma e na sua abordagem ao Regionalismo Crítico é importante o aproveitamento dos materiais locais, e até artesanais. Para além deles há também a receptividade ao clima e à luz da região por serem geradores de ambientes arquitetónicos especiais. Neste campo Frampton tece duras críticas à “ubiquidade do ar condicionado” (Nesbitt, 2010, p. 503), por

ser um dos principais responsáveis pela desvirtualização da arquitetura. Assim, surgem-lhe críticas quanto à própria industrialização dos materiais, porque, para ele, a valorização do detalhe de cada material está dicotomizado com o Lugar.

Apesar de tutelar o regionalismo crítico, o arquiteto inglês não defende a exclusividade dos elementos vernaculares nem, de uma forma mais geral, a arquitetura moderna. Tem como principal objetivo determinar uma visão teórica que se compadeça com o papel crítico da arquitetura e que seja capaz de condensar o potencial artístico de cada região. Ao arquiteto, segundo Frampton, pede-se-lhe que seja capaz de expressar essa identidade de modo a facilitar a compreensão do Lugar. No entanto, não significa que para Frampton esta promoção dos valores regionais encerre a arquitetura à universalização cultural. Pelo contrário, essa atitude crítica permite que os valores de cada região sejam conjugados com a consciência dos valores externos.

Tal como vimos na interpretação de Norberg-Schulz, também Frampton toca marginalmente na filosofia de Martin Heidegger. Por força do urbanismo acelerado pelo capitalismo preocupado unicamente com o lucro, Frampton propõe a fenomenologia do Lugar como solução para os problemas, tanto urbanos como ambientais, provocados pelo consumo exagerado do solo.

Josep Maria Montaner e os Paradigmas da Arquitetura do Lugar

Josep Maria Montaner aborda “Espaço” e “Lugar” e entende-os como conceitos destintos. Para si, o espaço é quantitativo, posiciona-se e pode-se basear em medidas, mas simultaneamente “(...) é abstrato, científico e matemático; é uma construção mental (...)” (Montaner, 1997, p. 32), mesmo que esse espaço possa ficar delimitado. O arquiteto espanhol dá o exemplo do espaço criado pelo Museu Guggenheim.

Pelo contrário, o Lugar é mais quantitativo, mensurável e pode ser avaliado pelos valores e símbolos históricos. Montaner assume as suas ideias de lugar pela presença da experiência humana quando sente o lugar e com ele se relaciona. Neste contexto relaciona o lugar com a própria experiência do corpo, e neste aspeto aproxima-se da fenomenologia de Merleau-Ponty.

Para o arquiteto catalão quando se desenvolve arquitetura num determinado lugar, ela terá de dar sempre significado e envolver-se com esse lugar. Dá os exemplos de obras desenvolvidas por arquitetos sobejamente conhecidos e na força que a arquitetura poderá introduzir na relação com o lugar. Refere que “(...) Wright perseguia um espaço que não

fosse indiferente ao lugar (...)” (Montaner, 1997, p. 34), e que “(...) a obra de Aalto também manifesta esta sedução pelo mundo da natureza viva como metáfora da arquitetura.” (Montaner, 1997, p. 35).

No seu ensaio sobre o *Paradigmas de la Arquitectura del Lugar*, Montaner revela-se interessado nas obras de arquitetos portugueses para reforçar a importância do lugar na arquitetura. Sobre a arquitetura de Fernando Távora (1923-2005), refere que na sua obra “(...) el saber constructivo de la arquitectura tradicional portuguesa (...) sabiamente adaptada al paisaje y exultantemente cualificada por objetos artesanales.” (Montaner, 1997, p. 40).

Fortalece a sua opinião com trabalhos do arquiteto português como a Quinta da Conceição em Matosinhos (1957) e a Casa de Verão em Ovar (1957-1958), sempre com intenções racionalistas, dando primazia à funcionalidade e à beleza da arquitetura tradicional portuguesa.

Para Montaner, Álvaro Siza Vieira (1933) dá continuidade ao trabalho de Fernando Távora e cita obras como a Boa Nova (1958-1964) e as piscinas (1961-1966), ambas em Leça da Palmeira. Em obras mais recentes destaca “(...) la nueva Facultad de Arquitectura em Oporto (1987-1994).” (Montaner, 1997, p. 40).

Em todos os casos citados por Montaner, e segundo ele, estão em sintonia e respeitam as concepções de Martin Heidegger, passando-se de uma arquitetura baseada no espaço para uma arquitetura baseada no lugar. Lembra o ensaio de Heidegger *Construir, Habitar, Pensar* de 1951 para o citar que “(...) los espacios donde se desarrolla la vida han de ser lugares.” *apud* (Montaner, 1997, p. 41).

A propósito de Heidegger, o arquiteto catalão insiste em Norberg-Schulz, quando este se opõe à teoria da mobilidade dos espaços transitórios e defende que eliminando-se o conceito de lugar, elimina-se também a arquitetura.

Relativamente à atitude preservativa que Kenneth Frampton coloca em torno do seu “*Regionalismo Crítico*” leva alguns arquitetos contemporâneos, incluindo Josep Maria Montaner, a tecerem-lhe algumas críticas.

Para o arquiteto catalão, este apego ao regionalismo crítico normalmente pode conduzir ao simplicismo e ao facilitismo perante as diversas potencialidades do Lugar. Sugere ainda que essa atitude de resistência e crítica pode levar à criação de barreiras entre o universal e o regional, que poderão, por sua vez, conduzir à limitação do conceito arquitetónico quando em confronto com as realidades contemporâneas, seus complexos e seus caos.

Poderemos concluir que foi intenção neste subcapítulo abordar o conceito de Lugar e da sua importância para a arquitetura e vice-versa. Abordamos vários autores, três arquitetos em particular, que pensaram sobre o lugar, escreveram muito sobre o tema, e muitos mais terão escrito, mas este trabalho não pretende investigar exaustivamente nesse sentido.

Deste modo, foi importante termos investigado sobre o conceito de Lugar: desde Norberg-Schulz até Josep Maria Montaner passando por Kenneth Frampton, foi útil sentirmos a importância que o Lugar tem para cada um de nós, onde nos identificamos com as vivências e com a sua história, rodeada de atributos e de caráter. Foi útil sentirmos que para Frampton e o regionalismo crítico importa o trabalho regional, artesanal, importam os materiais de cada região na conceção do seu Lugar. Interessante sentir em Montaner que a arquitetura do Lugar aparece tentando conciliar o passado com a contemporaneidade.

Será igualmente importante referir que o Lugar também pode ser plástico, imaterial, mutante, como o próprio tempo, variando como variam as pessoas com o tempo e, principalmente, levando o Lugar a adaptar-se aos novos pontos de vista e funções, mas nunca se esquecendo da história e das vivências.

2.2. Odivelas, O Lugar antes e depois do Mosteiro

Segundo fontes históricas o Lugar de Odivelas já existia quando foi edificado o Mosteiro de S. Dinis. Por documentação histórica consultada no Arquivo da Torre do Tombo, a designação de Odivelas surge em 1190, aquando da compra que o Mosteiro de São Vicente de Fora faz de uma herdade em Odivelas. Mais tarde, em 1229, e ainda antes da construção do mosteiro, surge uma carta de venda de uma outra herdade em Odivelas³².

No que respeita à presença humana em Odivelas, há o conhecimento da existência de Sepulcros Megalíticos, dos quais subsiste hoje o Dólmen das Pedras Grandes no sítio com o mesmo nome, na freguesia de Ramada e Caneças. Classificado como Monumento Nacional pelo Decreto nº 33587, de 27 de Março de 1944, é o monumento mais antigo do Concelho de Odivelas, com cerca de 4000 anos. Outros imóveis históricos, nomeadamente o Dólmen das Batalhas³³, os achados Árabes no subsolo da Paiã e os vestígios Romanos encontrados no município, atestam bem a vivência humana na região à época.

Outro fator que nos leva a crer já existir população antes da fundação do mosteiro, e segundo a arquiteta Manuela Justino Tomé (1951), é a existência de uma igreja matriz anterior à atual que foi reconstruída no século XVII. Julga-se que a primeira é anterior ao século XIII. No entanto, mesmo existindo população no lugar, esta não seria muito significativa uma vez que as próprias regras da Ordem de Cister não permitiam a edificação de mosteiros nas cidades, nas aldeias, nem em lugares fortificados, “(...) mas em lugares afastados da frequência das gentes.” (Tomé, 2001, p. 16). A existência destas gentes tinha a ver com a fertilidade das terras que permitia a fixação das pessoas.

Quando D. Dinis obteve a cooperação do então abade de Cister, Fr. Roberto, para a fundação de um mosteiro da regra de S. Bernardo, o local escolhido foi a Quinta das Flores. Tratava-se de um vale com o mesmo nome, ladeado pelos montes da Senhora da Luz, Tojais e S. Dinis, junto à



Figura 2.1 - Dolmen das Pedras Grandes em Caneças
Fonte: (DGPC, 2001)

³² Carta em anexo I no final deste subcapítulo, Ver (DGLAB, 2012).

³³ Hoje em dia desclassificada por não ser possível localizar o sítio arqueológico.

Ribeira de Odivelas. Tal como já tinha acontecido com as fundações dos Mosteiros de Sta Maria de Fiães, Sta Maria do Bouro e Sta Maria de Alcobaça, por exemplo, este seria o lugar ideal segundo as pretensões determinadas pelas regras da Ordem de Cister: Um lugar tranquilo; isolado e com terrenos bastante férteis; abundante em água e com algumas facilidades no acesso a localidades mais próximas, como seria o exemplo de Lisboa.

Desta forma estariam asseguradas a subsistência que garantia a “sustentabilidade” dos mosteiros erguidos segundo a Ordem cisterciense, e acima de tudo “Uma paisagem calma e de grande beleza permitia o recolhimento necessário, o silêncio absoluto exigido, com uma vida comunitária também levada ao extremo.” (Tomé, 2001, p. 14).

Logo após a sua fundação, o Mosteiro foi o causador da fixação de muita população no sítio onde se tinha implantado, terá sido o incremento inicial para o desenvolvimento do Lugar. Foi-o pela atração que causou às suas imediações, tanto das pessoas ligadas à corte, como dos homens ligados às artes, bem como os acontecimentos que conseguiu gerar em seu redor.

A par destes acontecimentos surgiram diversas doações ao Mosteiro. Doações em terrenos, habitações que para além de Odivelas compreendiam Loures, Alenquer e Sintra e doações em avultadas quantias em dinheiro. Graças a estas benfeitorias, o Mosteiro de S. Dinis tornar-se-ia o mais rico e grandioso mosteiro feminino cisterciense em Portugal. A cerca que hoje em dia é impossível de reconhecer, devido ao desaparecimento da maior parte dos seus bens, era tão extensa e vasta que tornava a envolvente do Mosteiro com dimensões consideráveis.

Mesmo após a morte de D. Dinis, o fundador e impulsionador do Mosteiro de S. Dinis, o Lugar de Odivelas continuou a gozar de reputação entre as pessoas das classes sociais mais elevadas. Tudo isto continuou a ser possível devido ao ambiente de paz, sossego e pureza que determinavam o Lugar.

Esta preocupação quanto à imagem de grande magnificência que o Mosteiro gozava, foi-se levando de reinado para reinado, e, principalmente com D. João V, a vida fastuosa que caracterizava o Rei é transportada para Odivelas. Rezam as crónicas que as descrições de riqueza não se limitavam apenas a beneficiar os aposentos da Madre Paula, mas igualmente no âmbito cultural, o reinado de D. João V esteve bem presente em Odivelas (Tomé, 1995, p. 17).

Em 1731, ainda no reinado de D. João V, dá-se o início da construção do Aqueduto das Águas Livres, perto de Carenque, desaguando num depósito, com capacidade para

5.500.000 litros, na Mãe de Água nas Amoreiras. Depois deste depósito a água seria conduzida às numerosas fontes que existiam em Lisboa, através de tuneis. Embora não se sabendo ao certo o ano da sua construção, sabe-se que os aquedutos de Caneças são 4: o do Olival Santíssimo; o do Poço da Bomba; o do Vale da Moura e o do Cavalheiro (CMO, 1999).

Se a grandeza, “o mais grandioso que a Ordem de S. Bernardo teve neste Reino”, e o esplendor do Mosteiro contagiava o Lugar desde a sua fundação, houve, nos finais do século XVIII e princípios do século seguinte, duas datas que marcaram a vida a ambos (Mosteiro e Lugar): no dia 1 de Novembro de 1755 aconteceu o terramoto que apenas poupou “(...) a cabeceira da igreja, o pórtico e duas alas do claustro (...)” (Tomé, 2001, p. 20); no dia 30 de Maio de 1834 é decretado a extinção das Ordens Religiosas e com ele nova história irá acontecer ao Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

Com a extinção das Ordens Religiosas, Odivelas perde algum fulgor. Numa análise ao quadro 2.1. onde nos mostra a evolução demográfica ao longo dos anos em Odivelas, e tendo em conta idêntica análise à evolução cartográfica do Lugar (fig. 2.3), reparamos que a população após o terramoto de 1755 atingia quase um milhar de habitantes. Poucos anos depois da extinção das Ordens decresceu para pouco mais de 4 centenas.

Após meados do século XIX o número dos habitantes volta a subir de forma considerável, atingindo em 1885 quase dois milhares. Este fato deve-se, de alguma forma, à procura do Lugar de Odivelas para os prazeres do Verão por parte dos senhores de Lisboa. Acrescente-se que a capital de Portugal no início do século XIX era uma cidade suja e afetada por numerosas epidemias. Recorde-se que poucos anos antes e na sequência dos surtos de cólera é construído, na freguesia da Pontinha, um cemitério para sepultar as respetivas vítimas.

Ano	Nº de Fogos	Nº de Habitantes
1758		942 ³⁴
1863	157	442 ³⁵
1885	446	1 918
1930		2 635
1955		6 772
1965		27 423
1970		51 395

³⁴ Segundo memórias paroquiais, ver (CMO, Concelho/História, 1999).

³⁵ Desde 1863 a 1970 ver (Tomé, Odivelas, um Mosteiro Cisterciense, 2001, p. 23).

1991		130 015 ³⁶
2001		133 847 ³⁷
2011		144 549 ³⁸

Quadro 2.1 - Evolução demográfica ao longo dos anos no Lugar de Odivelas

É por esta altura que Odivelas recomeça a desenvolver-se. Como freguesia, começou por pertencer ao termo de Lisboa até 1852, data em este se extingue para dar lugar aos concelhos de Olivais e Belém. Inicialmente Odivelas fica a pertencer ao Município de Belém, mas em 1885 passa a pertencer ao Município dos Olivais. No ano seguinte, com a constituição de Loures como Município, Odivelas passa a fazer-lhe parte integrante.

A ligação a Lisboa por estrada foi um dos principais fatores de desenvolvimento urbano que aconteceu no início do século XX. O contexto agrícola e monástico que caracterizava o lugar e que lhe conferiam algum subsistência passa para uma relação de dependência em relação à capital. Por um lado tínhamos a burguesia a procurar os terrenos dos arredores para se instalarem em quintas de férias, por outro, e fruto do aumento da procura de habitação nas zonas limítrofes por população vinda da província, grupos económicos a acederem para o desenvolvimento da construção social. As explorações agrícolas são agora habitação e terrenos expetantes.

Por um lado, as famílias operárias oriundas do interior procuram a habitação em qualquer espaço desocupado, seja ele velho ou abandonado. Nestes espaços improvisavam habitações precárias sem qualquer tipo de condições de salubridade, mediante o



Figura 2.2 – Dois exemplos de bairros sociais em Odivelas
Fonte: (CMO, 2009)

³⁶ INE, Censos de 1991

³⁷ INE, Censos de 2001

³⁸ INE, Censos de 2011

pagamento de pequenas rendas aos proprietários. Nasceram assim o que vulgarmente se designa por pátios.

Por outro lado, com o continuado aumento da densidade populacional, acompanhado a procura da mão-de-obra nas grandes obras públicas, fazem emergir a promoção imobiliária e o aparecimento de núcleos habitacionais densos e precários, dando origem às vilas operárias. Em Odivelas são exemplo as vilas: Carinhas; Gordicho; Amália; Jorge e Ribeiro.

Esta transformação urbana é visível, tanto no quadro 2.1 como na evolução da cartografia dos anos 1970. As edificações que se limitava apenas a acompanhar as principais vias de comunicação, principalmente a que atravessava o núcleo histórico e o mosteiro, passam, depois da segunda metade do século passado, muito para além delas.

Com o 25 de Abril de 1974 surge o êxodo da população residente no interior de Portugal para a periferia dos grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa. Promoveu-se a construção de novas urbanizações, fazendo emergir da paisagem um desenho urbano descaracterizado, sem rigor e sem projeto. Surgem os bairros sociais de génese ilegal, vulgo clandestinos³⁹, atualmente designados por AUGIS.

Desta forma promoveu-se a alteração do



1865



1903



1970



2016

Figura 2.3 - Evolução da Malha Urbana no Lugar de Odivelas desde 1865 até 2016.

Fonte: (Território, 2015)

³⁹ Segundo o site da CMO do 25 de Abril de 1974 até final do século surgiram 85 bairros clandestinos.

centro urbano da Vila, que até então coincidia com o centro Histórico, passando para junto das grandes vias de comunicação onde emergia a nova construção. Odivelas cada vez mais se aproxima da capital.

De forma a responder a este desenvolvimento urbano, o poder político eleva, em 1990, Odivelas a cidade. No dia 19 de Novembro de 1998, a Assembleia da Republica Portuguesa votava a criação do Município de Odivelas⁴⁰. A Odivelas ficaram-se adstritas as freguesias da Pontinha, Famões, Ramada, Caneças, Povia de Santo Adrião, Olival de Bastos e a freguesia de Odivelas.

Com a reorganização administrativa do território⁴¹ ficou determinado que o Município ficaria apenas com 4 freguesias com as seguintes denominações: Junta de Freguesia de Odivelas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, União das Freguesias de Ramada e Caneças e União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto.

Mesmo tendo em conta o elevado crescimento demográfico do Lugar de Odivelas, que muitas vezes funciona como um obstáculo à manutenção e conservação do património, muito dele sobreviveu ao longo dos anos.

A *Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico de Odivelas* que integrou uma fase de caracterização do processo para a elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) é um documento que, simultaneamente, estuda o Território na temática do Património arquitectónico e arqueológico.

Segundo este documento, datado de 2009, o património está subdividida em duas subcategorias: Património Arquitectónico e Património Arqueológico. Nestas duas subcategorias encontramos imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os edifícios de interesse nacional, de interesse publico e de interesse municipal. No entanto, fazem parte integrante desse património, embora não classificado ou em vias disso, os que pela sua valia histórica, cultural, artística ou arquitectónica, devam ser inventariados.

Neste trabalho de investigação e embora se reconheça a importância dos imóveis inventariados, iremos apenas determo-nos no património, classificado ou em vias de classificação, de interesse publico, municipal ou nacional. Assim teremos o quadro 2.2:

⁴⁰ É publicado no Diário da Republica a Lei nº 84/98, de 14 de Dezembro, a criação do Município de Odivelas.

⁴¹ Aprovada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

Designação	Classificação	Época	Local
Fonte das Piçarras	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Caneças
Fonte das Fontainhas	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Caneças
Fonte Castelo de Vide	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Caneças
Aqueduto Águas Livres	Imóvel de Interesse Nacional	Séc. XVIII	Caneças
Fonte dos Castanheiros	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Caneças
Fonte dos passarinhos	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Caneças
Dólmen Pedras Grandes	Imóvel de Interesse Nacional	< Séc. XII	Caneças
Dólmen das Batalhas	Imóvel de Interesse Nacional	< Séc. XII	Caneças
Mosteiro de S. Dinis	Imóvel de Interesse Nacional	Séc. XIII	Odivelas
Igreja Matriz de Odivelas	Imóvel de Interesse Público	Séc. XII	Odivelas
Memorial de Odivelas	Imóvel de Interesse Nacional	Séc. XIV	Odivelas
Padrão do Sr. Roubado	Imóvel de Interesse Público	Séc. XVIII	Odivelas
Quinta Espírito Santo	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XVIII	Odivelas
Igreja Matriz de St. Adrião	Imóvel de Interesse Nacional	Séc. XVI	P.Sto Adrião
Velho Mirante	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XVIII	Pontinha
Casal de Sta Ana	Imóvel de Interesse Municipal	Séc. XX	Ramada
Povoado Serra Amoreira	Imóvel de Interesse Municipal		Ramada

Quadro 2.2 – Relação dos edifícios conventuais pertencentes à Ordem de Cister em Portugal⁴²

Uma vez que três dos imóveis classificados de interesse Nacional, o Mosteiro, a Igreja Matriz e o Memorial, se encontram numa relação de grande proximidade, foi definida por Lei⁴³ uma Zona Especial de Proteção (ZEP), tendo em consideração o enquadramento dos imóveis referenciados nessa Zona e a sua relação com o Núcleo Histórico (fig.2.4).

Ao escrevermos sobre Odivelas, sabedores da existência do Mosteiro desde o século XIII com todas as suas peripécias ao longo dos anos, a história de ambos quase nos confunde tal a relação de comprometimento que existe entre ambos. Duvidas não restam que a existência do mosteiro foi o principal dinamizador da região. Junto deste muita gente se foi fixando e construindo as suas habitações por com ele terem encontrado uma relação de trabalho, ou até como foreiros. As próprias famílias das freiras por ali se terão fixado e desta forma contribuindo para o crescimento do Lugar. À sua volta se foi fixando e crescendo um núcleo urbano.

⁴² De acordo com o site oficial da Camara Municipal de Odivelas (CMO, Concelho/História, 1999).

⁴³ Executada através da Portaria nº629/2013, de 20 de Setembro.



Figura 2.4 - ZEP do Núcleo Histórico e Imóveis de Interesse Nacional em a), A Igreja Matriz de Odivelas em b) e o Memorial em c)

Fonte: (Território, 2015)

Estamos certos que os propósitos de D. Dinis ao instalar o mosteiro na Quinta das Flores para que este se tornasse um marco importante no desenvolvimento e ação cultural do sítio, foram atingidos. Também não tenhamos dúvidas que o ambiente “(...) faustosamente cultural (...)” (Tomé, 2001, p. 24) vivido no reinado de D. João V foi importante para transportar o ambiente para o seu exterior.

Duma coisa não nos parece restarem dúvidas, com o “(...) ultimo capelão de Odivelas, o Sr. Pe. António Joaquim de Moura Calvão, de 27 de Setembro de 1874 a 15 de Junho de 1886.” (Tomé, 2001, p. 21), a vida monástica de Odivelas terminou e uma nova fase tomou conta do Núcleo Histórico. Hoje em dia e após o despacho do então Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, em 2013, encerrando o Instituto de Odivelas no final do ano de 2015/2016, novas vivências aconteceram no Lugar de Odivelas e por nova fase irá passar aquele espaço.



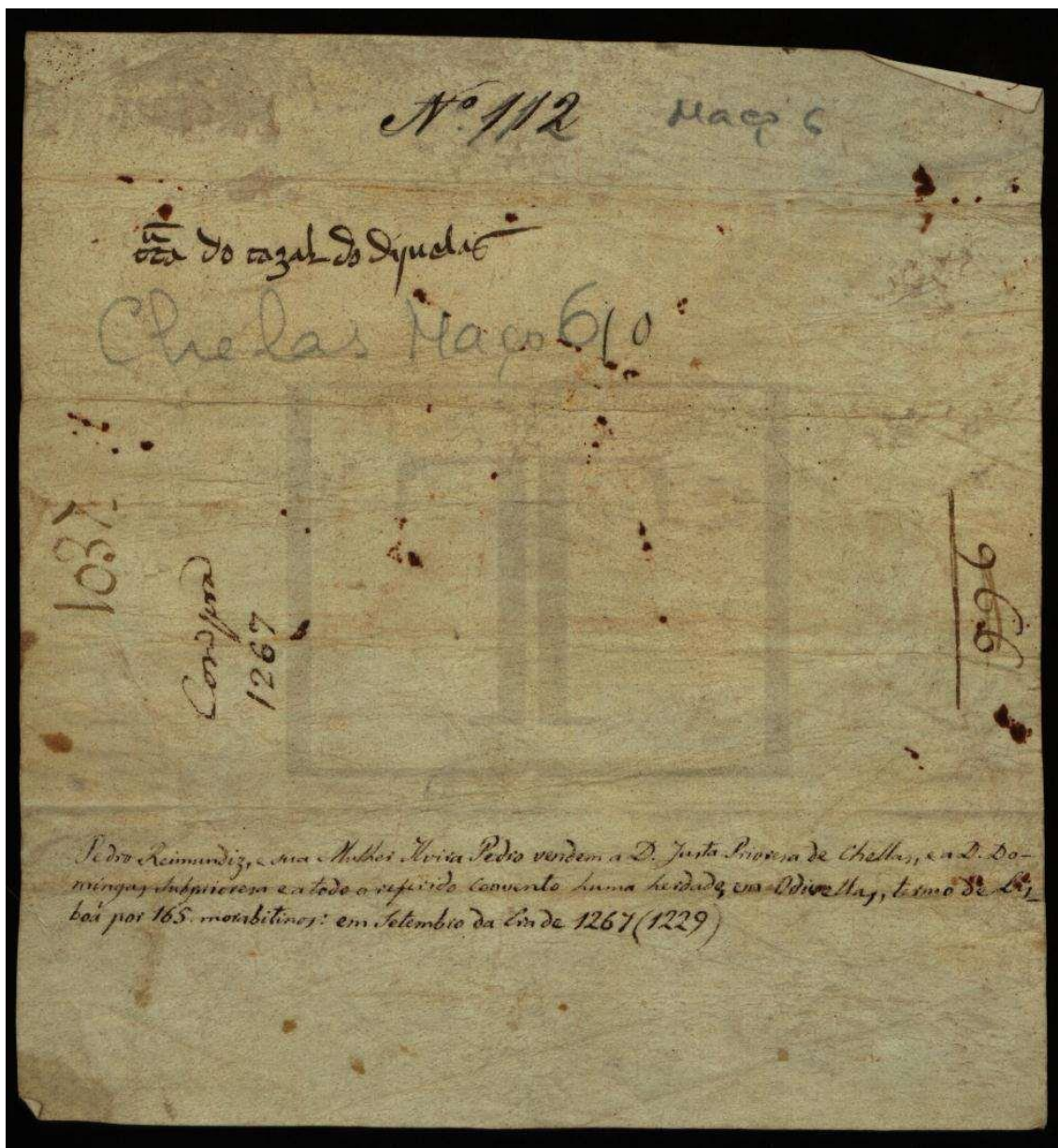
Figura 2.5 - O Aqueduto das Águas Livres em a) e a Quinta da Memória (Paços do Concelho) em b)

Fonte: (CMO, 2009)

Anexo I

Documento extraído do Arquivo Nacional Torre do Tombo (DGLAB, 2012) onde consta uma carta de venda de uma herdade em Odivelas, feita no ano de 1229.

Interveniente o Senhor Pedro Reimundiz e sua mulher Ilvira Pedro, a Dona Justa, priora de Chelas, que vendem a propriedade à Dona Domingas, subpriora, por 165 morabitinos.



2.3. O Mosteiro de Odivelas

Ainda antes de começarmos a investigar e a escrever sobre o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, temos de recuar à sua fundação. Teremos de recuar até ao reinado de D. Dinis⁴⁴, homem sensível às artes, sejam elas escritas como foi a poesia, sejam elas arquitetónicas como são o exemplo de numerosas construções que nos deixou – “(...) Claustro do Silêncio em Alcobaça, Paços da Rainha em Leiria, entre tantos outros. Mas foi o Mosteiro de Odivelas que mais cuidados lhe mereceu.” (Saraiva C. A., 1995, p. 12).

A fazer fé pelo que escreveu o cronista Frei Francisco Brandão, na *Monarchia Lusitana*, o rei terá feito uma promessa de fundar uma casa de oração onde fosse possível lembrar a graça de ter sido salvo quando foi apanhado por um urso numa caçada em Beja.

Ainda segundo o *Archivo Pittoresco*, que citou o mesmo Frei Francisco, estava “ (...) el-rei D. Diniz na cidade de Beja, saíra um dia a montar. Tendo-se afastado da sua comitiva, foi-se encaminhando, sosinho, para a Ribeira do Odiana. Ahi, junto de umas rochas, avistou um urso (...) de grande ferocidade.” (Pittoresco, 1862, p. 78). Perante o perigo terá valido ao Rei o seu patrono S. Dinis e S. Luis, bispo de Tolosa e homem de muitos milagres, que lhe emprestaram força e valentia para vencer a fera. Da luta travada entre o Rei e o urso ficou a cena esculpida num dos suportes do túmulo do rei, “(...) feito por ordem sua e em sua vida” (Saraiva C. A., 1995, p. 15).

Devido à intromissão do bispo, ficou-lhe o Rei com tamanha devoção que lhe mandou construir uma capela no Convento de S. Francisco de Beja. Nela iriam officiar dois capelães, por sua alma. Depois, segundo rezam as histórias no *Archivo Pittoresco*, que poderá ser discutível quanto à sua veracidade, quando o rei voltasse para Lisboa iria mandar construir um mosteiro em Odivelas em devoção ao seu patrono S. Dinis.

Para levar a bom termo as suas intenções, o Rei, em carta datada de Setembro de 1294, pede cooperação ao abade de Cister, Fr. Roberto, que lhe responde nos seguintes termos:

(...) há poucos dias que no vosso capitulo geral, o nosso venerável co-abbade de Alcobaça, enviado por parte da vossa Magnificencia por causa d’alguns negócios, que expoz com tanta elegância como fidelidade, nos deu mais particularmente conhecimento de que a discreta serenidade de Vossa Real Magnificencia determinou fundar nesse vosso reino, no logar chamado Odivellas, um mosteiro de religiosos, onde, conforme o

⁴⁴ O Rei D. Dinis nasceu em Lisboa a 9 de Outubro de 1261 e foi aclamado rei em 1279. O seu reinado durou até à sua morte em 7 de Janeiro de 1325. Apesar da morte ter ocorrido em Santarém, mas como era seu desejo, o túmulo encontra-se no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

estatuto da nossa ordem, possam viver em clausura perpetua; e que o necessário para a obra já se acha pela maior parte no dito lugar, (...) (Figueiredo, 1889, p. 7).

Obtidas as licenças necessárias, em 27 de Fevereiro de 1295 é lançada a primeira pedra do mosteiro, numa cerimónia solene e com a participação de muitas personalidades da corte. Contava-se a “ (...) presença da Rainha D. Isabel, do Infante D. Afonso, da Infanta D. Constança, do Abade de Alcobaça Fr. Domingos Martins, da primeira Abadessa do Mosteiro D. Elvira Fernandes, e de muitos outros cavaleiros (...)” (Tomé, 2001, p. 15).

2.3.1. Localização e Implantação

D. Dinis empenhou-se na construção do edifício e para concretizar as suas intenções escolheu a Quinta das Flores, a quinta do Rei. Situada no vale com o mesmo nome, junto à Ribeira de Odivelas, entre os montes da Senhora da Luz, Tojais e S. Dinis.

A implantação surge assim num terreno com um declive suave, a uma altitude de 43 metros na encosta virada a poente. Terreno fértil e com muita riqueza agrícola, marcado com a existência de muitas quintas nobres de pessoas influentes na corte.

Distava, já na altura, a pouca distância de Lisboa. Aproximadamente a 10 Km a norte de Lisboa e com ligações muito fáceis, quer por estrada, quer ainda por rios, na altura navegáveis com alguma facilidade.

Paisagem calma, refrescada pela passagem da ribeira, silenciosa e de grande beleza. Era o lugar ideal e de acordo com as regras de S. Bernardo, correspondia aos objetivos da Ordem de Cister para a construção de mosteiros.

Se juntarmos aos seus terrenos férteis e à sua beleza natural a sua riqueza em recursos aquíferos, então estava assegurada “(...) uma acessibilidade cautelosa aos lugares habitados e assegurada também a subsistência das religiosas do mosteiro, pelas riquezas e produtividade da terra. (Tomé, 2001, p. 14)”.

Assim, o local de implantação do edifício religioso deveria responder a todas as exigências por forma a permitirem a construção dum mosteiro. Desta maneira, poderemos sintetizar em três pontos as premissas fundamentais a que a regra da Ordem de Cister obrigava:

- O isolamento próprio das vivências rurais, onde predominam os terrenos agrícolas que permitiam a construção, “(...) em lugares afastados da frequência das gentes.” (Tomé, 2001, p. 16). Lugar próprio à meditação e purificação da alma;

- A existência da pedra no subsolo necessária à construção do mosteiro. Tanto pela facilidade no meio de transporte desses materiais, como pelo recurso e utilização dos materiais da própria região;
- A proximidade da Ribeira de Odivelas que permite a água suficiente, tanto à construção como à subsistência das religiosas. Segundo as regras de S. Bernardo “(...) O mosteiro é sempre construído num terreno um pouco desnivelado, perto de um curso de água” (Cocheril, 1981, p. 36).

Como já foi referido anteriormente, a implantação deste edifício foi cuidadosamente preparada para que o mosteiro pudesse dispor de todas as condições favoráveis e excepcionais, não apenas em termos das particularidades cistercienses, mas igualmente na importância do Mosteiro para o desenvolvimento do Lugar.

Para além da importância das linhas de água que concorriam com a própria implantação, a zona também era muito rica em recursos aquíferos, devido às características do subsolo.

Outra das particularidades da implantação era o fato de dispor de excelentes condições de proteção contra os ventos que predominavam de Noroeste. A boa exposição solar também lhe proporcionava uma situação climática excelente.

Estas condições naturais que foram habilmente aproveitadas, aliadas a uma implantação e organização espacial e funcional criteriosamente pensada e executada, permitiram o fornecimento, tanto de água potável a partir de duas nascentes, como de água não potável a partir da Ribeira de Caneças.

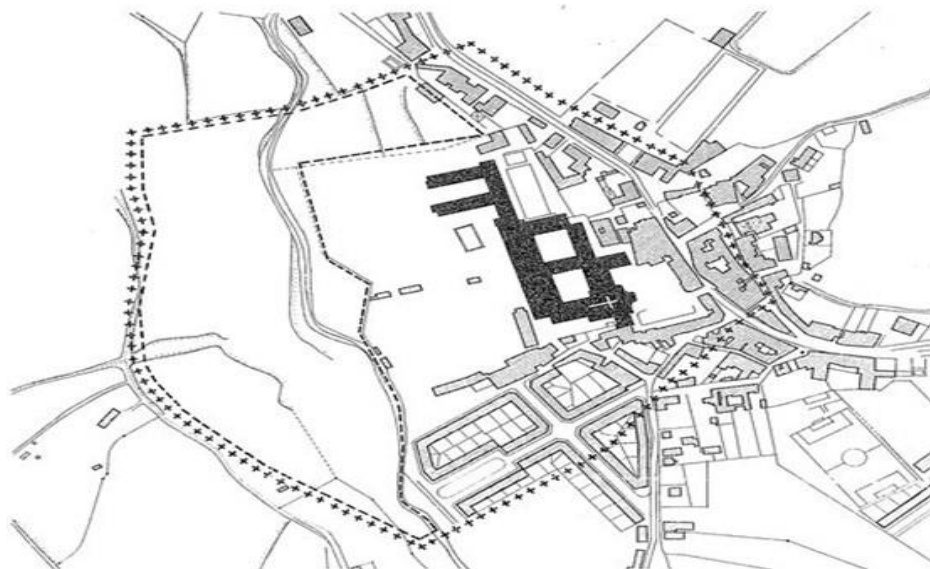


Figura 2.6 - Mosteiro de S. Dinis, Implantação
Fonte: (DGPC, 2001)



Figura 2.7 - Fotografia aérea do Mosteiro de S. Dinis,
Fonte: (DGPC, 2001)

2.3.2. Organização do Espaço

As obras de construção do mosteiro, sob a direção provavelmente de Antão e Afonso Martins⁴⁵, duraram cerca de 10 anos, sem que antes e a partir de 1296 não tivessem sido iniciados os serviços religiosos. Inicialmente as oitenta freiras bernardas com a primeira abadessa, D. Elvira Fernandes instalaram-se no edifício real. A casa do rei, edifício “(...) de boa traça e grandes dimensões, resistiu, embora semiarruinado, até 1922, ano em que ruiu completamente.” (Saraiva C. A., 1995, p. 17).

Apesar de em 1305 ter sido a data da entrega oficial do mosteiro, há relatos e referências de que, ainda em 1306 decorriam obras no mosteiro. Como ditavam as regras de S. Bernardo, o mosteiro deveria atender ao rigor da Ordem de Cister, e simultaneamente, as técnicas a observar em termos de estrutura e em termos arquitetónicos os conceitos espaciais que beneficiassem a aproximação a Deus.

Tal como noutros mosteiros cistercienses, a sua construção desenvolve-se a partir da igreja, orientada no sentido Poente-Nascente. De seguida, e a norte, vão surgindo todas as outras dependências seguindo uma hierarquia de funções e uma organização métrica, ditada pelas regras de S. Bernardo.

⁴⁵ No final do século XIX foi encontrado, no mosteiro, um capitel hexagonal, onde estava gravado o nome de Antão Martins. Segundo António Borges de Figueiredo, terá sido um dos arquitetos (Figueiredo, 1889).

Como referimos, o claustro e a igreja foram as principais unidades que geraram todo o restante processo construtivo. A cabeceira da Igreja era sempre a primeira a ser edificada para dessa forma poderem ser iniciadas as missas conventuais. No transepto era colocada a porta que dava acesso ao exterior e localizada na fachada Norte. De seguida era construída a lateral, a Norte, da igreja que ao mesmo tempo determinava o início do claustro. Como podemos observar na figura 2.8, no mosteiro de Odivelas era o Claustro Novo.

Esta primeira ala do claustro, que coincidia com a parede Norte da igreja, era o local onde as monjas se reuniam antes do ofício das Completas. É uma ala provida de bancos ao longo de toda a galeria para que as monjas pudessem ouvir a leitura que era feita em voz alta. Daí o Claustro também poder ser designado de Leitura e das Completas.

Na figura 2.9 observamos uma planta muito simplificada da Igreja e do Claustro de D. Dinis do Mosteiro de Alcobaça. Serve esta imagem para realçar o modo imperativo de como as regras cistercienses eram levadas a cabo. Denotam as semelhanças espaciais nos elementos que serviram de elementos geradores de toda a construção: a Igreja e o Claustro.

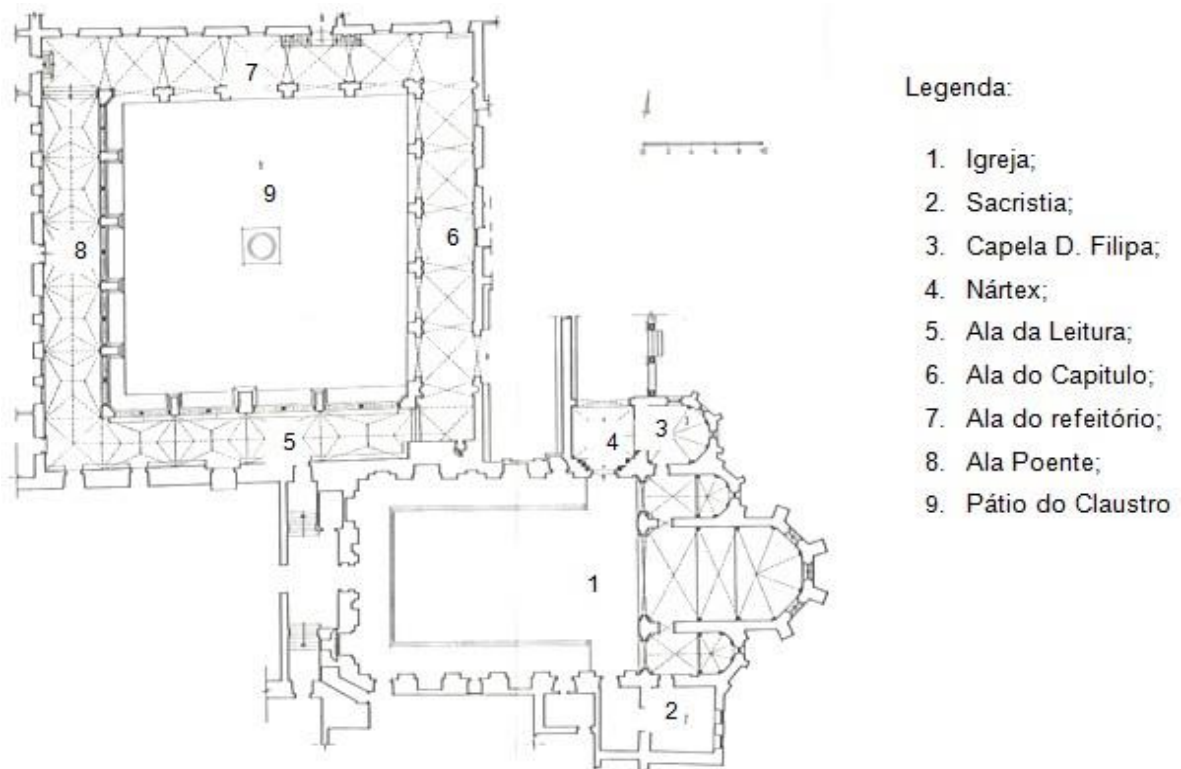


Figura 2.8 - Planta da Igreja e do Claustro Novo no Mosteiro de Odivelas
Fonte: (Autor, 2016)

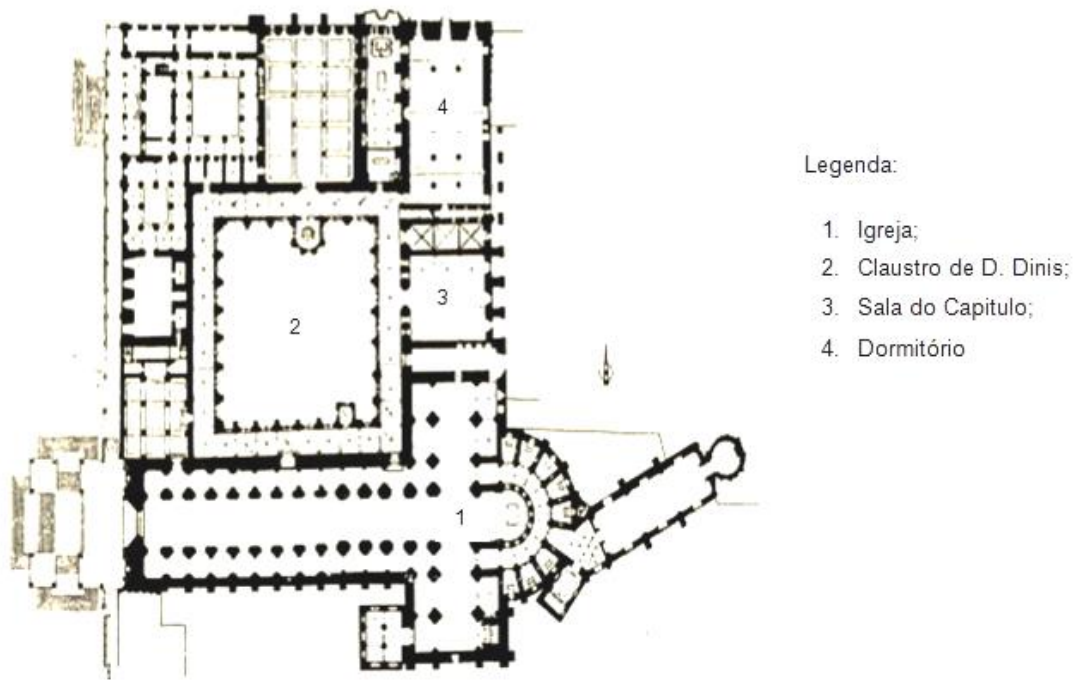


Figura 2.9 - Planta da Igreja e do Claustro de Dinis em Alcobaça
Fonte: (Pereira, 1995)

Em ambas as plantas a parede norte da igreja é o elemento que impulsiona a formação do claustro e acolhem a ala de leitura das monjas.

Só após a conclusão do claustro a parede Sul da igreja seria terminada para assim fechar-se o espaço do corpo da igreja. Aqui funcionava o coro das conversas e mais tarde, com a fundação do Colégio, passar a funcionar uma sala de leitura.

Depois da igreja, o claustro era o espaço onde se centralizavam as atividades mais importantes da vida monástica. As restantes ala do claustro, para além da ala da leitura que já referenciamos, iam sendo construídas à medida que as restantes funcionalidades do mosteiro se iam acrescentando, nomeadamente: “(...) a casa do capítulo e o parlatório; a cozinha, o calefatório e o refeitório; os dormitórios, latrinas, enfermaria e restantes áreas funcionais (...)” (Tomé, 2001, p. 29).

A ala do claustro em frente ao refeitório designava-se de Claustro do Refeitório, ou ainda e pelo fato de ser o local onde as monjas se reuniam depois do Ofício da Sexta, Claustro da Sexta. Na ala a nascente da ala da leitura ficava o Claustro do Capítulo. Era assim designado por nesta zona funcionar a casa do Capítulo e o Parlatório. Também poderia ser chamado de Claustro da Tércia porque este espaço era percorrido pelas monjas quando iam assistir ao Ofício da Tércia.

A ala que ficava em frente ao Claustro do Capítulo e fazia a ligação entre a ala do refeitório e a ala da leitura, não tinha funções específicas; era apenas um local de passagem. Esta

zona do claustro seria a última a ser edificada e estava reservada a dormitórios para as irmãs conversas. Hoje em dia esta zona está adulterada pelas novas funções a que foi sujeita com a extinção do mosteiro. Passaram a funcionar as salas de aula e de leitura do Instituto.

Por se tratar dum espaço muito específico e com muitas funcionalidades, as monjas quando se referiam ao claustro faziam-no no plural: claustros. Ao espaço aberto designavam-no por pátio.

Com a construção deste primeiro conjunto de edificado, a igreja (cabeceira e corpo) e os claustros (com as várias dependências envolventes), estava terminada a primeira fase do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

Destas primeiras construções pouca resta. Segundo a professora do Instituto Carlota Abrantes Saraiva, os cronistas da época pouca ou nenhuma atenção deram aos detalhes do mosteiro. Apenas os autores do século XVII deixaram alguma descrição e admiração pela obra. Passados mais de sete séculos apenas resistiu a cabeceira da igreja e duas alas dos claustros. Hoje o claustro designa-se por Claustro Novo.

No entanto e à medida que o número de religiosas fosse aumentando, a edificação também ia crescendo de acordo com as novas necessidades funcionais a que o espaço estaria sujeito. Podemos observar no quadro 2.3 a evolução do número de religiosas que habitaram o Mosteiro.

Ano	Nº de Religiosas
1296	80
1532	90 ⁴⁶
1617	210
Séc. XVIII	350
1821	25
1875	8
1886	1 ⁴⁷

Quadro 2.3 – Evolução do número de religiosas⁴⁸

⁴⁶ Numa das épocas áureas do Mosteiro este número de religiosas parece ser muito baixo. Deve-se ao fato de, depois de uma visita do abade do Claraval ao Mosteiro de Odivelas, este pedir ao Rei para transferir freiras para o Mosteiro de Santa Maria de Almoester.

⁴⁷ Em 1886, a 18 de Junho, morre a última abadessa, D. Bernardina da Encarnação Correia e extingue-se a vida monástica no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Ver (Saraiva C. A., 1995, p. 56).

⁴⁸ Quadro efetuado com base na obra do monge D. Maur Cocheril (Cocheril, 1978, p. 372).

A este aumento de religiosas correspondeu, necessariamente, um aumento das de dependências para responder a esse crescimento. Desta forma, com naturalidade foi surgindo um maior número de novos espaços funcionais, principalmente os Dormitórios. “(...) no que respeita aos dormitórios chegaram a ser seis com 178 celas; (...)” (Tomé, 2001, p. 31).

Este aumento do espaço monástico, embora feito em épocas diferentes, nunca se desviou dos princípios enunciados pelas regras da Ordem de Cister. Desta forma, e seguindo sempre o princípio conceptual do antigo edifício, surgiu um novo claustro, o Claustro da Moura⁴⁹, com as diversas dependências a envolve-lo.

De notar que estes novos espaços, embora e como já foi referido, obedeçam à regra bernardina, não tinham a mesma importância hierárquica que os anteriores. A regra designava-os de “Lugares Regulares” por permitirem a entrada a estranhos. No entanto estes espaços eram sempre privados do mosteiro, pois encontravam-se protegidos pela Cerca que envolvia o mosteiro.

Era também nestes espaços, ditos “Regulares”, onde se instalavam os edifícios de carácter industrial, nomeadamente o lagar, as cavalariças, os celeiros, as adegas, os armazéns e algumas casas de habitação e quintais “(...) às quais as freiras acabaram por dar um uso menos digno (...) foi determinada a sua destruição em 1744.” (Tomé, 2001, p. 32).

Sobre as características da Cerca que delimitava e protegia a vida monástica, Borges de Figueiredo escreve que se estendia a Norte e a Ocidente do mosteiro e ia até ao vale das Flores. Podemos confirmar a sua situação geográfica na planta do mosteiro datada de 1887 (fig. 2.10).

“É ameno, é delicioso este sítio, que foi um dos mais suaves retiros de reclusas cistercienses.” (Figueiredo, 1889, p. 225), assim continuava Borges Figueiredo na sua descrição, que nos sugeria tratar-se de um lugar dividido em várias porções de terreno, onde se tinham instalado o pomar, a horta, a cerca das galinhas, etc.

Ao que hoje denominamos de Largo de D. Dinis e se situa a Sul e a Nascente do mosteiro, era onde se situava o “Couto”. Era um local estratégico em termos funcionais, fazia a ligação entre o espaço exterior e os alpendres adossados as fachadas com a mesma orientação.

⁴⁹ Construído entre 1516 e 1536 durante o abadessado de D. Violante Cabral, irmã de Pedro Alvares Cabral. A escultura central do claustro foi feita em 1707. Ver (Odivelas S. d., 2014).

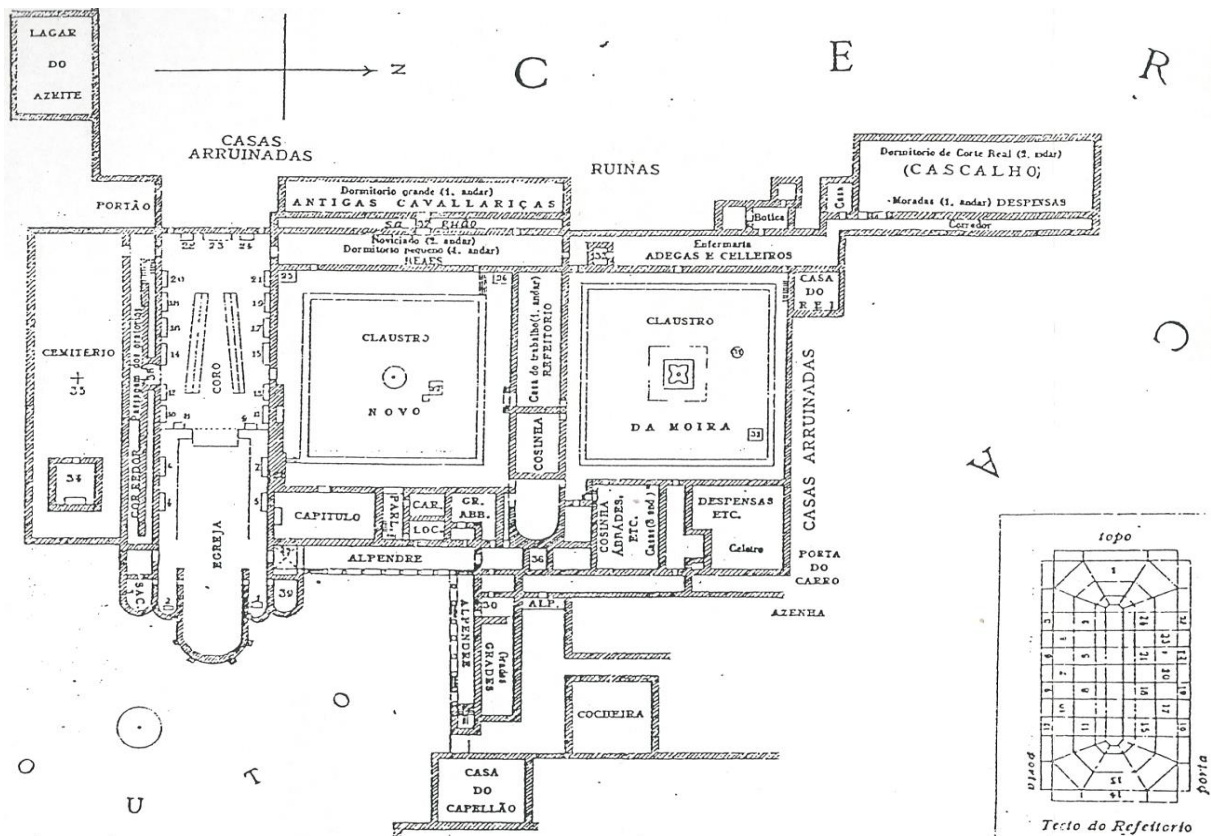


Figura 2.10 - Planta do Mosteiro de S. Dinis em Agosto de 1887 (As palavras em maiúsculas designam o piso térreo e as minúsculas o piso superior. Fonte: (Figueiredo, 1889)

- | | |
|--|--------------------------------|
| 1. Túmulo de D. Dinis; | 21. Altar N.S. do Pilar; |
| 2. Túmulo de D. Maria Afonso; | 22. Altar N.S. da Purificação; |
| 3. Sepultura de D. Filipa; | 23. Altar N.S. de S. Bernardo; |
| 4. Altar de S. Bernardo; | 24. Altar N.S. da Paz; |
| 5. Altar de N.S. do Ó; | 25. Capela da SS. Trindade; |
| 6. Altar de S. Umbelina; | 26. Capela de S. Isabel; |
| 7. Altar de S.S. Sancha, Teresa e Mafalda; | 27. Cisterna; |
| 8. Altar de N.S. do Ó; | 28. Torre; |
| 9. Altar N.S. da Assunção; | 29. Pelouro; |
| 10. Capela N.S. da Conceição; | 30. Roda; |
| 11. Capela S. João Batista; | 31. Cisterna; |
| 12. Capeta S. João Evangelista; | 32. Fonte Pequena; |
| 13. Capela N.S. dos Remédios; | 33. Capela da Enfermaria; |
| 14. Altar N.S. dos Remédios; | 34. Capela do Cemitério; |
| 15. Altar N.S. da Apresentação; | 35. Cruzeiro do Cemitério; |
| 16. Capela N.S. dos Passos; | 36. Saguão; |
| 17. Altar N.S. do Populo; | 37. Passadiço dos Dormitórios; |
| 18. Altar N.S. do Calvário; | 38. Capela das Menezes; |
| 19. Altar N.S. da Encarnação; | 39. Capela de D. Filipa. |
| 20. Altar de Santo António | |

Pelo que acabamos de descrever e com os testemunhos de quem investigamos nesta descrição do espaço monástico, fica a prova de que a existência de vários princípios que foram seguidos na conceção arquitetónica, foram determinantes e fundamentais da forma de vida monástica.

Alpendre

Quem chega ao Mosteiro encontra um largo Terreiro, o antigo Couto das freiras bernardas de S. Dinis de Odivelas. Ao centro deste largo avulta a estátua da Rainha Santa Isabel⁵⁰, e em frente deparamos com a «velha edificação cisterciense». O Alpendre bem como todo o terreno que envolve à sua frente foi alvo de grandes obras de requalificação que o valorizaram e lhe conferiram uma nova dignidade.

Na cimalha do alpendre a nascente vê-se o escudo do Mosteiro sob a coroa Real, as Quinas, a marca de Cister e a data de 1639. Na antiga porta por onde se fazia a entrada antes das grandes obras de 1945, no alpendre Norte, está inscrita a data de 1691, data provável da colocação dos azulejos, em tom de azul, que lhe cobrem a fachada.

A Portaria, para quem viveu ou visitou o Mosteiro antes de 1945, não esquecerá a pequena entrada do Mosteiro que quase durante dois séculos se manteve em ótimo estado.



Figura 2.11 - Fotos do Alpendre com a porta de entrada ladeada de detalhes que pontevam os painéis de azulejo

Fonte: Autor, 2016

⁵⁰ Obra de autoria do escultor Álvaro de Brée no século XX. Ver (Saraiva C. A., 1995, p. 59).

O Alpendre aparece dividido em duas alas. A Ocidental, iniciada em 1573 no abadessado de Dona Guiomar de Noronha, recebeu no século seguinte painéis de azulejo policromado. Nestes painéis aparecem pontualmente pequenas figuras emblemáticas e num desses “ostensório” o seguinte: (fig. 2.11)

Louvado Seja o Santíssimo Sacramento

Como parece ter sido frequente no Mosteiro, também na ala do Alpendre aparece o agradecimento pela contribuição das religiosas no enriquecimento do espaço (fig. 2.11).

Na parede da ala Ocidental, figurava, chumbado nela, um pelouro com a lapide a indicar que D. Álvaro de Noronha oferecia a S. Bernardo esse projétil disparado pelos Turcos sobre a fortaleza de Ormuz, em 1552, quando comandante e defensor dela. (Saraiva C. A., 1995, p. 59).

A Igreja

A Igreja, juntamente com o Claustro Principal, mais tarde designado de Novo, foram as primeiras unidades do processo construtivo do Mosteiro. Ao mesmo tempo, elas foram determinantes para a conceção de toda a obra conventual.

A Igreja começou a construir-se pela Cabeceira, com a intenção de nela se iniciarem as celebrações das missas conventuais. Depois seguiu-se o Transepto onde foi colocada a porta que dava acesso ao exterior da Igreja, na fachada Norte.

No atual Corpo da Igreja, antes da reconstrução após o terramoto de 1755, correspondia ao coro das monjas. Local onde as monjas assistiam ao Santo Ofício. Ainda antes do sismo, as naves colaterais eram estreitas, pois a sua única função era a circulação.

O Mosteiro que hoje em dia encontramos espelha bem as sucessivas alterações que foi sendo alvo ao longo da sua existência, “(...)refletindo o espírito, gosto e tendências das várias épocas passadas que marcaram a sua vida iniciada no século XIII, segundo a traça cisterciense, (...)” (Tomé, 2001, p. 33). Olhando atentamente o edifício, não será difícil decifarmos estas alterações que constituíram o mapa cronológico do complexo monástico.

A Igreja atual é o melhor exemplo no reflexo das tendências arquitetônicas. O Corpo, que como já referidos tinha outra função, inicialmente era constituído por 3 naves: uma centra e duas colaterais, para posteriormente, passar apenas a uma nave. No entanto, a nível de cotas, nesta única nave é possível diferenciar as cotas onde se implantava a anterior existência.

Ela retrata muito bem as evoluções a que foi sendo sujeita, e apesar delas as marcas que foram ficando são testemunhos da sua originalidade. É reflexo, também de várias traças arquitetônicas, nomeadamente o gótico e o neoclássico. Segundo a arquiteta Manuela Justino Tomás, as obras no Corpo da Igreja, fizeram-na adquirir algum gosto maneirista.

Assim que avistamos o edifício, mesmo do seu exterior, a Cabeceira assume uma presença que se salienta e que se estrema do resto do Corpo da Igreja. Esta diversidade é notada pelo seu diferente estilo arquitetónico, mas também pela forma que ocupa. Esta multiplicidade é justificada pelo fato da Cabeceira ser a única unidade que escapou ao desgaste do tempo. O Corpo já tinha sido alvo de uma reconstrução quase total no século XVIII.

A estrutura da Cabeceira foi construída com pedras grandes, deixando-a preparada para receber grandes pesos e sujeita a grandes compressões. Com a cobertura em abóboda, foram introduzidos arcos ogivais “(...) apoiados por pilares reforçados por botaréus (...)” (Tomé, 1995, p. 99). A estrutura da Cabeceira demonstra bem a capacidade construtiva de

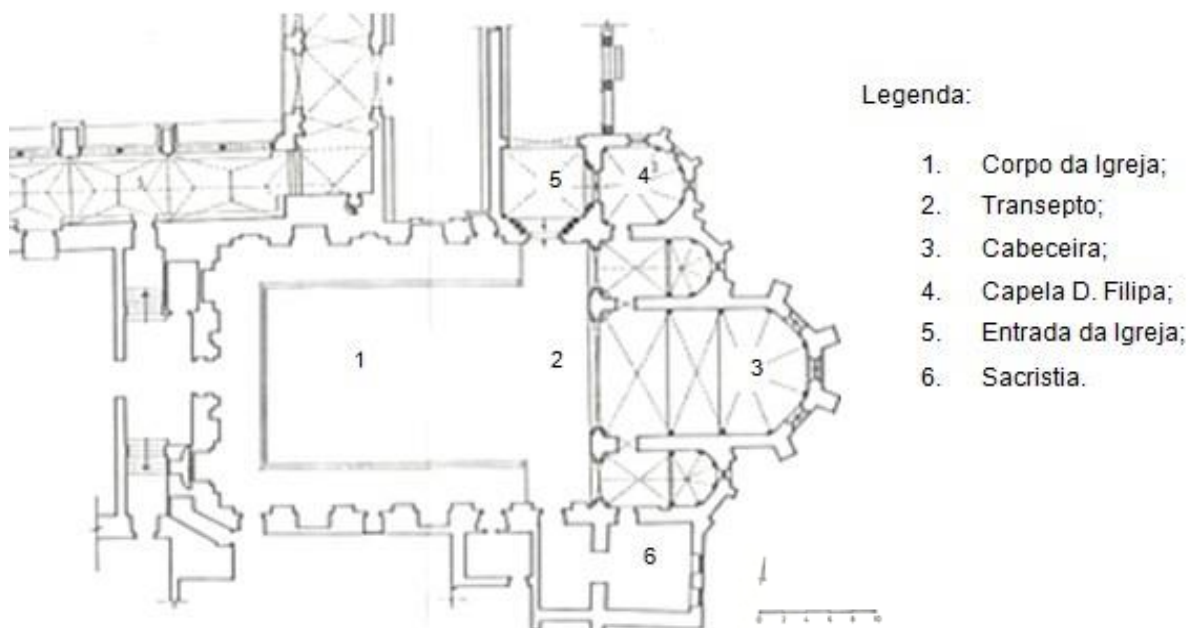


Figura 2.12 - Planta da Igreja com a respetiva legenda
Fonte: (Autor, 2016).

As três capelas anexas à Cabeceira, tal como a Capela de D. Filipa foram construídas com o mesmo tipo de material e idêntico sistema construtivo, o que fazem delas partes integrante do conjunto

Apesar de serem mais que uma capela, elas estão interligadas interiormente, e todas se assume com uma volumetria complexa e invulgar, fruto de “(...) linhas verticais, características do gótico (...)” (Tomé, 2001, p. 34).

O Transepto que vulgarmente se salienta do Corpo e se junta à Cabeceira no Cruzeiro, aqui e pelo fato da única Nave, que coincide com o Corpo, surge no prolongamento da Cabeceira em toda a sua largura.



Figura 2.13 - Interior da Igreja. O Corpo e a Cabeceira ao fundo
Fonte: (Autor, 2016).

Claustro Novo

A Norte da Igreja, “De planta sensivelmente retangular de (37,00 m x 36,50 m) com um pátio central (...)” (Tomé, 2001, p. 36), surge o Claustro Novo que viu derrubadas duas das suas alas pelo terramoto de 1755. Da reconstrução resultaram sistemas construtivos diferentes e diferentes traças arquitetónicas. Daqui resultaram, igualmente, cotas de pavimentos mais altas e largas nas alas que resistiram ao sismo (alas Sul e Poente), e cotas mais baixas e estreitas nas alas que resultaram da reconstrução ocorrida no século XVIII (Alas Norte e Nascente).

As freiras deram-lhe o nome de Claustro Novo porque ter-lhes-á ficado na memória a reconstrução que foi alvo. As alas mais antigas “(...) apresentam abóbodas arzoas com bocetes e as colunas elegantes são coroadas por capiteis de sóbria decoração vegetalista.” (Saraiva C. A., 1995, p. 70).

Às outras alas e tal como aconteceu com a maior parte do edifício, pouca resta da primitiva e singela obra de D. Dinis. Foi sendo alterada pela fantasia e inovação do tempo e das mãos dos reconstrutores. Desta forma nas duas aulas mais recentes pode observar-se “(...) restos de arcos ogivais que a parede não ocultou.” (Saraiva C. A., 1995, p. 70).

Como podemos observar na figura 2.14 a ala de Leitura foi a primeira a ser construída, logo a seguir à igreja. Determinada pela parede Norte da igreja, o “Claustro da Leitura” deve a sua designação por ser o local de encontro das monjas para ouvirem a leitura do Ofício das Completas.

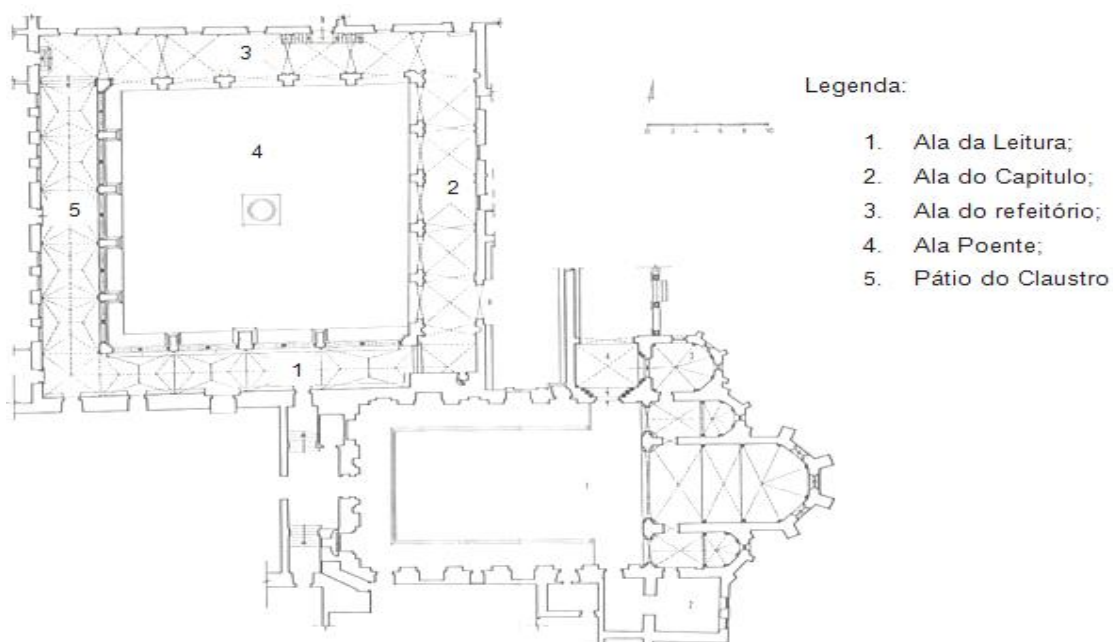


Figura 2.14 - Planta do Claustro Novo
Fonte: (Autor, 2016).

A zona a Nascente do Claustro, local onde as monjas se reuniam para o Ofício da Prima, denominava-se por “Claustro do Capitulo. Deve o seu nome por nesta ala se situar a Casa do Capitulo, que a seguir à igreja, era o local onde se desempenhavam as funções mais importantes da vida monástica. Caminhando para Norte surge o Parlatório, onde as monjas poderiam reunir-se para falar de assuntos importante. Nesta zona era autorizada a quebra do silêncio.

Em frente à ala da leitura surge a zona onde se situava a cozinha, o refeitório e o calefatório. Daí o nome de Claustro do Refeitório. A Poente e a fazer a ligação entre a ala do refeitório e a ala da leitura, situava-se uma ala, que por não ter funções específicas, era designado por Claustro Poente. Na zona centra do Claustro Novo, e junto da ala do Refeitório ficava o Lavabo. Hoje em dia esta fonte foi deslocada para o centro do Claustro. O pátio, por ser uma zona com muita luz, arejado e aberto, era uma das zonas vitais da vida monástica. Aqui meditava-se, fazia-se leituras e “ (...) raras vezes era permitido conversar.” (Tomé, 2001, p. 30).

Para além de toda a evolução construtiva a que o Claustro foi sendo sujeito ao longo dos anos e principalmente a reconstrução após o sismo de 1755, houve, igualmente, alguns gostos decorativos que foram sendo acrescentados. Ora pelas abadessas ou então pelas próprias freiras, que utilizava os seus dotes.

O sistema construtivo das alas é feito por “(...) arcaria reforçada por botaréus que suportam as abóbodas.” (Tomé, 1995, p. 106). A reconstrução do século XVIII deixou-lhe arcaria de duas épocas bem distintas e as de cotas de pavimentos também ficaram diferentes.



Figura 2.15 - Perspectiva da Torre Sineira e do Fontanário no Claustro Novo
Fonte: (Autor, 2016).

Claustro da Moura

Com a construção da Igreja (Cabeceira e Corpo), do Claustro Principal, que lhe ficava a Norte, e todas as dependências que lhe envolvia, estava criado o conjunto ideal e suficiente, à época, para o espaço monacal.

No entanto, por força do aumento da comunidade religiosa, foi necessário aumentar as dependências. Embora em épocas diferentes, mas repetindo a cadência concetual anterior, cria-se um novo Claustro. Rodeado das dependências necessárias face ao crescimento do número de freiras, surge, no abadessado de D. Violante Cabral, entre 1516 e 1536, o Claustro da Moura.

No século XVIII e a expensas da abadessa D. Luísa Maria Moura, o Claustro recebe obras de conservação e melhoramentos e alguns remates decorativos. “A estátua com roupa mourisca e turbante, que encima a fonte barroca, no meio do Claustro, é, simultaneamente, remate decorativo e assinatura da dadora. No braço esquerdo da figura encontra-se o brasão da Ordem de Cister e as quinas de Portugal (Saraiva C. A., 1995).

Abaixo da figura feminina, datada de 1707, existe uma fonte barroca.

D. Luísa Maria Moura viveu em clausura no Mosteiro setenta e nove anos, sendo por três vezes abadessa. Durante o seu abadessado foram feitas inúmeras obras de conservação e ampliação sendo o Claustro da Moura um desses exemplos. Sobre a porta principal do Claustro havia um letreiro mandado fazer pelas freiras em sua homenagem. O letreiro em azulejo acabou por desaparecer. No entanto, na sua sepultura, na Casa do Capítulo aparece inscrito:

«Quem tudo logrou na vida
Aqui se sepultada
A Moira mais elevada
Jaz a cinzas reduzida
A 24 de Abril de 1765» (Saraiva C. A., 1995, p. 71)

O Claustro da Moura (Moira) é uma obra notável, com duas galerias, a inferior de arcos abatidos com capitéis góticos, e a superior a ocupar apenas 3 faces do Claustro. A outra, a nascente, ostenta o escudo de D. Dinis, talvez para que não se esqueça que naquele lugar existia a Casa do Rei. Aliás, o Escudo encontrava-se na parede exterior dessa mesma casa, que ruiu em 1922.



Figura 2.16 - Claustro da Moura em realidades distintas. Depois do sismo de 1755 e em 2015
Fonte: (DGPC, 2001)



Figura 2.17 - A estátua feminina de roupa mourisca ao centro do Claustro da Moura
Fonte: (Autor, 2016).

No decorrer da nossa investigação encontramos inúmeras análises cronológicas do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas desde a sua fundação. Apesar disso, julgamos ser importante detalhar essa cronologia em apêndice a este trabalho. Será o Apêndice II.

No entanto, no corpo desta dissertação iremos analisar com mais atenção a evolução e as alterações ocorridas no Mosteiro após a extinção das Ordens religiosas ocorrida a 30 de Maio de 1834. Mas e ainda antes de passarmos ao desenvolvimento do Mosteiro após a sua extinção, iremos escrever um pouco acerca dos momentos áureos por que passou, principalmente nos reinados de D. João III, IV e V.

O século XVI, em particular o reinado de D. João III em que a abadessa do Mosteiro de Odivelas foi D. Violante Cabral⁵¹. Mulher de alto sentido de responsabilidade e muito interesse pelas artes e letras, desenvolveu inúmeras obras de beneficiação do Mosteiro, em particular a construção do Claustro da Moura.

Os seus méritos e virtudes foram sobejamente enaltecidos quando em 1531, o abade de Claraval visitou a comunidade cisterciense em Portugal e Espanha. Na obra *Peregrinatio Hispânica* do monge de Cister Dom Claude de Bronseval, secretário que acompanhou o abade de Claraval na visita, referenciou sempre o nome de D. Violante e das suas religiosas com grande sentido de admiração e respeito (Bronseval, 1970).

A quando da visita, a autoridade e obediência às regras de Cister por parte de D. Violante, eram tais que “Várias vezes tornou o visitador a Odivelas, quer para levar religiosas aonde houvesse necessidade de repor a ordem e obediência, (...)” (Saraiva C. A., 1995, p. 35). A prova deste fato foi que no ano seguinte o abade de Claraval pediu a D. João III que transferisse religiosas para o Mosteiro de Almoester a fim de repor a ordem.

Mais tarde, 1534 foi um ano iluminado, culturalmente, para o Mosteiro. Em Odivelas seria representado o *Auto da Cananea* de Gil Vicente. Segundo a Professora Carlota Abrantes Saraiva, terá sido o próprio autor a declarar que escreveu a obra “ (...) por rogo da muita virtuosa e nobre senhora D. Violante (...)” (Saraiva C. A., 1995, p. 33), abadessa do Mosteiro de Odivelas.

Nesta época e pelas leituras que efetuamos, pode deduzir-se que a crise que a comunidade monástica vivia nos séculos XIV e XV, não se fazia sentir em Odivelas.

Com o decorrer dos anos e devido, principalmente aos tremores de terra ocorridos em 1531 e 1536, o edifício foi sendo alvo de grande deterioração, que originaram obras de restauro e

⁵¹ D. Violante Cabral, irmã de Pedro Alvares Cabral. O seu abadessado iniciou-se em 1516 e terminou em 1536. Tomou o hábito depois de enviuvar.

conservação. No reinado de D. João IV, essas obras estiveram a cargo do arquiteto Frei João Torreano. Apesar de seguir a estrutura e organização beneditina, o monge arquiteto foi alterando a traça gótica.

Das grandes obras neste período, refira-se os dormitórios mandados construir por D. Isabel de Meneses e pela Madre D. Guiomar de Sousa e Melo em 1611 e 1677, respetivamente. Nesta época o Mosteiro ia crescendo, quer em instalações quer no número de religiosas que albergava.

Durante os séculos XVII e XVIII e paralelamente às grandes obras de remodelação e ampliação, o Mosteiro ficou também, neste período, “ricamente decorado com trabalhos de azulejaria, que aplicados nas paredes, ornavam o edifício com belos exemplares (...) (Tomé, 2001, p. 50).

Estes exemplares ainda hoje poderão ser vistos no edifício, muito embora uma grande parte tinha sido destruída, ou pelas calamidades que assolaram o Mosteiro, ou pelo descuido humano que foi acontecendo com as diversas obras de conservação e remodelação. Muitos outros trabalhos de azulejaria foram transferidos para destinos diferentes.

No entanto, e como já referimos, podemos encontrar exemplares em diversos locais do Mosteiro. No Claustro Novo poderemos ver lambris de azulejo em composições seiscentistas em tons de azul e branco. O Alpendre de entrada está igualmente revestido, agora com o tom de amarelo a juntar-se ao branco e azul, também datados do século XVII.

Uma coisa parece certa: a corte, ao longo dos vários reinados, continuou a manifestar o seu agrado pelo edifício e perseverou a continuação dos privilégios, e continuaram a efetuar obras de restauro e até ampliação, deixando-o aumentar o seu património. Este aumento de património teve igualmente a colaboração de entidades particulares e das freiras enclausuradas no convento.



Figura 2.17 - Azulejo no Alpendre junto ao Brasão (a) e o lambrim no Claustro Grande (b)

Fonte: (Autor, 2016).

Com D. João V as obras de restauro continuaram mas, e segundo historiadores da época, a sua intenção foi mais “embelezar e engrandecer” do que satisfazer as necessidades reais. Neste aspeto a rigidez e quase ausência de ornamento que caracterizava a regra de S. Bento, era substituída pelo excesso de bens que revelava a ostentação e riqueza da época. Tal como aconteceu com os azulejos, também esta riqueza em bens ornamentais também pouco ficou. As razões são as mesmas: falta de cuidado humano aquando do restauro e conservação; as consequências das calamidades; e a transferência de muitos destes bens para outros destinos.

O reinado de D. João V não ficou para a história do Mosteiro apenas por razões virtuosas e pelo luxo e riqueza que lhe ostentou. Ficou também ligado à época do devaneio aos ideais religiosos, dos costumes e da moral. O Mosteiro de Odivelas, ficou ligado aos escândalos amorosos entre freiras e fidalgos que acompanhavam o Rei. O próprio Rei ficou conotado com esses desvios ao manter uma relação amorosa com Madre Paula.

Apesar de tudo isso, o Mosteiro “(...) viveu nesta época uma vida faustosa de grande luxo, possuindo grandes riquezas e atingindo grande projeção, que veio a ser contrariada pelo terramoto de 1755.” (Tomé, 2001, p. 52).

1755. Às nove e trinta do dia primeiro de Novembro, um ronco subterrâneo. A terra treme, as paredes fendem-se. São sete intermináveis minutos de derrocada, em Lisboa, em Odivelas, em muitos pontos do país. A casa conventual, revolvida, força as religiosas a viverem na cerca, durante largo tempo. Nenhuma morreu, na ocasião, nem conversas, nem recolhidas. Mas o desconforto e os frios de Novembro cedo começaram a vitimar as mais débeis. (Saraiva C. A., 1995, p. 52).

O terramoto de 1755 provocou inúmeros estragos no Mosteiro. Mesmo o que não caiu com o flagelo ficou em ruínas, que mais tarde o mais cedo, veio a acontecer. Segundo testemunhos da época, como é o exemplo do Padre João Lopes Cardoso nas Memórias Paroquiais de 1758, “(...) a igreja sendo toda fechada de abodeba, cahio esta inteiramente a que ficava à parte de fora, (...) a que ficava à parte de dentro, suposta, não cahio logo, se vay pouco a pouco por si mesmo demolindo.” (Cardoso, 1758, p. 66).

Em boa da verdade, o terramoto apenas deixou de pé a cabeceira da igreja, o pórtico, duas alas do claustro e o túmulo do Rei D. Dinis.

A imagem que hoje temos da igreja é aquela que resultou da reconstrução após o sismo. Da construção inicial apenas ficou a cabeceira gótica com a capela – mor e duas colaterais (estas colaterais correspondiam à estrutura da nave original: a principal e as duas laterais). Havia então a necessidade de lhe “colar” uma nova nave.

Abatendo as paredes laterais do corpo da igreja e uma grande parte da abóboda em pedra, foi necessário uma nova cobertura, também ela em abóbada, resultando “(...) uma “colagem” obtida pela necessidade técnico-funcional da aplicação de uma cobertura numa nave (...)”. (Tomé, 2001, p. 53).

Como se pode observar na figura 2.19, o contraste da nova nave com a cabeceira é notório. Nesta análise retiramos que e apesar de ambos terem origem no século XIII, da nave apenas ficou o espaço ocupado em planta, embora mesmo a planta original fosse mais extensa porque incluía a zona do coro.

Do claustro mais antigo (hoje designado de Novo) apenas resistiram duas alas: a nascente e a norte, também denominadas de Ala do Capitulo e Ala do refeitório. A ruína provocada levou à necessidade de reconstrução do claustro, daí a designação de Claustro Novo.

Esta reconstrução foi efetuada com um novo estilo arquitetónico, já neoclássico, com “ (...) sistema construtivo constituído por pilares de pedra, que suportam arcos de volta inteira, onde apoiam as abóbodas de aresta (...)” (Tomé, 2001, p. 55).

No Claustro Novo resistiu ainda a Casa do Capitulo, embora a abóboda tivesse ruído. É junto a esta que se encontram as escadas de acesso aos pisos superiores onde se situavam os dormitórios das freiras e os célebres aposentos da Madre Paula.



Figura 2.19 - Perspectiva do exterior do Mosteiro com a igreja em destaque
Fonte: (Odivelas S. d., 2014)

Ainda nesta Ala do Capitulo erguiam-se os aposentos de Madre Paula, denominada de Torre com o mesmo nome. Segundo rezam as crónicas foram construídos graças ao célebre romance amoroso com o rei D. João V, do qual resultou um filho. Dos aposentos da Madre Paula apenas restam alguns azulejos que foram colocados para revestir a escadaria e as paredes do que foi o Instituto de Odivelas. A dita Torre ruiu em 1948.

O terramoto de 01 de Novembro de 1755 marcou o início da decadência material do Mosteiro, mas deverá ter sido, também, o início da agonia nas consciências de quem nele habitava.

2.3.1. O Colégio depois do Mosteiro

Em 1821 o número de freiras no Mosteiro era de 25. Contrariamente ao que se verificara no século anterior, onde a reputação das monjas de Odivelas pouco tinha a abonar⁵², agora e apesar de poucas, dizia-se serem damas de boas famílias.

O Decreto de 30 de Maio de 1834 foi, e não apenas com consequências para o património, mas também para o aspeto humano, a reedição do 01 de Novembro de 1755. Odivelas, e



a



b

Figura 2.20 - Os arcos do Claustro Novo (a) e uma perspetiva do mesmo junto à porta do Refeitório (b)
Fonte: (Autor, 2016).

⁵² Veja-se os episódios amorosos de D. João V e os seus fidalgos com as freiras de Odivelas.

não só, sofreram novas consequências.

A Odivelas, por ser um Mosteiro feminino, era-lhe permitido continuar até à morte da última monja. No entanto, mesmo continuado a “laborar” o «grande mosteiro» como outrora fora conhecido, via os rendimentos das que ficaram serem-lhes reduzidos.

Não será pois de estranhar que muitas das freiras, à troca do alimento para o dia-a-dia, fossem trocando algumas das preciosidades que havia à mão. Mas não se julgue que foram apenas elas as causadoras do esvaziamento do Mosteiro. Funcionários estatais, e não só, faziam parte de pilhagens organizadas que de alguma forma marcaram a derrocada final daquele que um dia tinha sido considerado imponente e real.

Ao morrer a última freira, a abadessa Dona Bernardina da Encarnação Correia, a 18 de Junho de 1886, pode o imóvel ficar disponível para ser incorporado na Fazenda Nacional. Mas e porque a pressa de desocupar o edifício monástico era tanta, a madre Carolina Augusta de Castro e Silva⁵³ mudou-se para casa com os seus pertences onde viria a morrer em 1909.

Segundo a professora do Instituto de Odivelas, Dr.^a Carlota Abrantes Saraiva, a maior parte dos bens inventariados foram sendo distribuídos por outras instituições públicas e paróquias. Outros objetos, de menos valor, foram para haste pública com abatimentos de último dia e a serem vendidos por quantias irrisórias.

Depois de em 1898 o edifício ser incorporado na Fazenda Nacional, a 09 de Março de 1899, é criado o Instituto Infante D. Afonso⁵⁴. A 14 de Janeiro de 1900 é inaugurado o Instituto.

A sua fundação teve como objetivo inicial criar um estabelecimento de ensino análogo ao Colégio Militar, mas, em vez dos filhos, para a instrução e educação das filhas dos oficiais mortos em combate ou por doença. No ano da sua inauguração, o Instituto funcionou provisoriamente na casa dos condes de Moçâmedes, na Estrada da Luz⁵⁵.

O seu primeiro ano abriu com 17 alunas e decorreu na chamada “Casa da Luz” enquanto decorriam as obras de remodelação para adaptação do Mosteiro de Odivelas às suas novas funções. Em Novembro de 1902 o Instituto começou a funcionar no “(...) edifício que muito convém (...) e que magnificamente se presta aquelle fim.” (DGLAB, 2012). O Infante D. Afonso mostrava assim o seu agrado pela escolha do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas para acolher o Instituto.

⁵³ A última monja cisterciense portuguesa. Ver (Cabral, 1995, p. 5).

⁵⁴ Filho do rei D. Luís I e irmão do rei D. Carlos I. Desempenhou funções de Condestável, de Duque do Porto e de Vice Rei da Índia.

⁵⁵ Segundo o Blog do Instituto (Odivelas B. d., 2002).

À medida que os anos iam decorrendo, o número de alunas crescia e a estrutura do curso ia-se adaptando com novos regulamentos. O edifício ia respondendo às reformas da Instituição e, como já tinha sido seu hábito, foi-se adaptando às novas realidades funcionais com o seu crescimento através da criação de novas salas de aula, novos laboratórios e espaços verdes. Ao longo da sua história e principalmente no seu início, o Instituto, mercê de alterações de carácter político e ideológico ocorridos em Portugal no início do século, recebeu outras designações. Após a Implantação da Republica em 1910, passou por duas novas designações: Instituto Torre e Espada, em 06 de Novembro de 1910 e em 25 de Maio do ano seguinte foi criado o Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Posteriormente, em 1942 foram criados os estatutos que vigoraram até ao encerramento do Instituto e aprovada uma nova designação: Instituto de Odivelas. A esta terminologia foi-lhe acrescentada, em 22 de Abril de 1988, o nome do seu fundador, Infante D. Afonso. Assim a designação que ficou até aos nossos dias foi Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso).

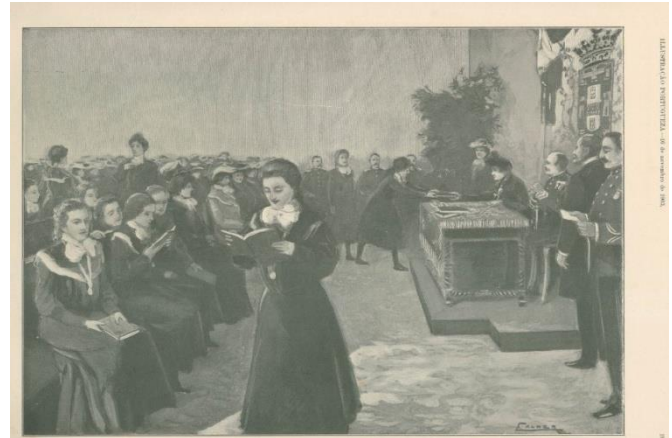


Figura 2.21 - Ilustração de 1903 num encerramento do ano letivo Fonte: (DGLAB, 2012)



a



b

Figura 2.22 - Recortes do jornal "O Século" sobre o Instituto Torre e Espada em 1911 (a) e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho em 1919 (b).

Fonte: (DGLAB, 2012)

Meados do século passado e também fruto de novas alterações políticas, sociais e ideológicas, entretanto surgida em Portugal com o Estado Novo, fazem com que o Instituto passe por novas e profundas alterações. Desta forma e por Decreto-Lei⁵⁶, o Instituto altera a sua estrutura orgânica e passa a ser equiparado a liceu e a escola comercial ou industrial. No entanto a sua identidade feminina continua a ser uma prioridade, agora mais conservador e católica.

Neste período, sensivelmente a meio do século passado, já o edifício apresentava bastante degradação, já prejudicial à ministração dos trabalhos académicos. Então no período entre 1945 e 1950, o edifício sofre as maiores obras de conservação, remodelação e ampliação desde a sua passagem à Fazenda Nacional. Durante este período o Instituto funcionou no Palácio dos Duques de Cadaval, em Pedrouços.

Nestas obras, os trabalhos tiveram como objetivo, para além da ampliação e adaptação do edifício à vertente escolar, também houve a preocupação de salvaguardar o património herdado do Mosteiro de Odivelas. Neste sentido, é nossa intenção abordarmos o tipo de obra realizada e o local onde realizada, de acordo com dois planos distintos:

- Abordarmos as que incidiram na conservação, remodelação e ampliação do edifício tendo em conta a vertente académica do Instituto;
- E abordarmos as que incidiram na recuperação do edifício tendo em conta o património arquitetónico do Mosteiro de Odivelas.

Antecedendo a nossa descrição sobre as obras mais importantes, segundo a visão académica, recordamos o que escreveu Pinto de Magalhães depois delas concluídas. Refere que “Pela primeira vez em Portugal se estabelece uma grande casa de educação feminina (...) não se atendeu no risco mais à economia dos materiais do que à solidez e à ampliação das construções, nem se consideraram mais os efeitos inúteis exteriores em prejuízo das exigências pedagógicas.” (Magalhães, 1951, p. 3).

Antes de descrevermos as principais obras que decorreram entre 1945 e 1950, no âmbito do melhoramento das condições pedagógicas, passamos alguns desenhos técnicos e fotografias do estado do edifício nesse período e antes das obras

⁵⁶ Decreto Lei n.º 32615 de 31 de Dezembro de 1942

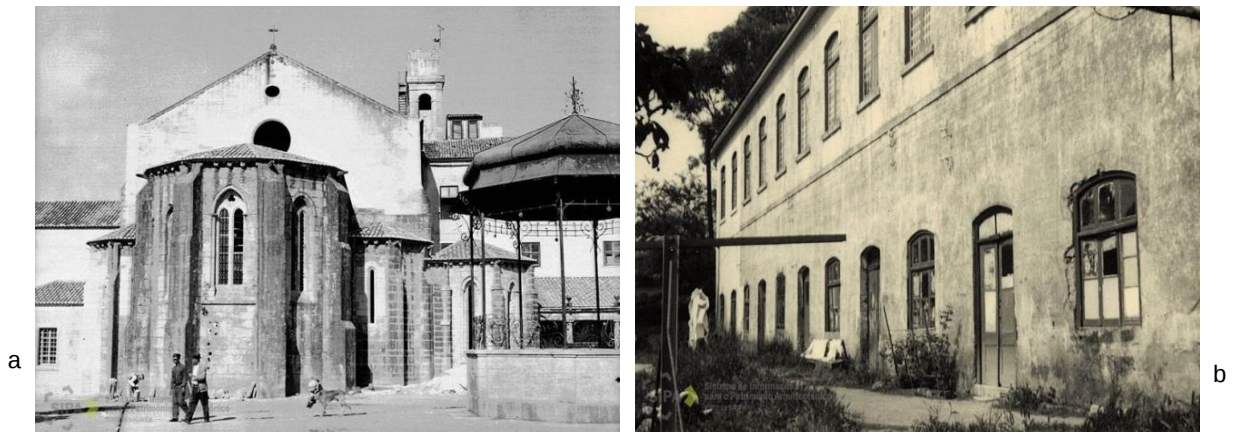


Figura 2.23 - A igreja ainda com o coreto, em 1944 (a) e a fachada a poente do Instituto no mesmo ano (b)
Fonte: (DGPC, 2001)

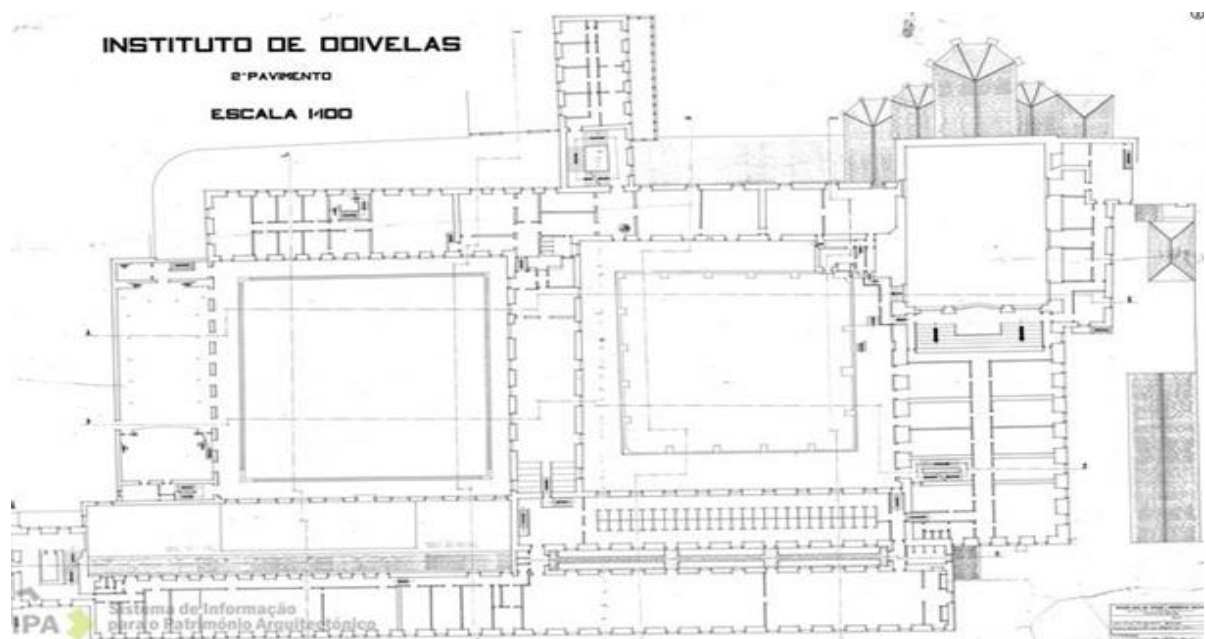


Figura 2.24 - Planta do Complexo Monástico em 1944, antes da ampliação sofrida nos anos seguintes
Fonte: (DGPC, 2001)



Figura 2.25 - Partes do edifício antes das obras de 1945. Ruínas em a); enfermaria em b) e a cozinha em c).
Fonte: (DGPC, 2001)

Assim, poderemos descrever as obras mais importantes da seguinte forma:

- De forma muito geral poderemos afirmar que as obras se traduziram em trabalhos gerais de conservação, adaptação e ampliação das zonas escolares e administrativas do Instituto;
- Remodelação de todo o mobiliário dessas mesmas zonas;
- Instalação de infraestruturas, como a água, esgotos, telefones, eletricidade, para raios e incêndios e aquecimento de águas;
- Demolição da antiga enfermaria e garagens;
- Remodelação do terreiro junto da entrada principal do edifício;
- Adaptação e ampliação da cozinha e anexos, creche e oficinas de costura;
- Adaptação da antiga central elétrica em lavandaria;
- Ampliação da zona de internato com a renovação do mobiliário;
- As obras de 1945/50 serviram também para salvar o espólio herdado do Mosteiro em Azulejo. Desta forma, o azulejo que estava amontoado em arrecadações foi colocado em paredes das divisões mais nobres do Instituto. “(...) pode ser admirado o que foi,

durante mais de dois séculos, a decoração favorita das religiosas de Odivelas.”
(Saraiva C. A., 1995, p. 57).

As imagens seguintes servem para mostrar como a zona do edifício e a sua envolvente ficou após a inauguração destas obras, em 1950, a 14 de Outubro.



Figura 2.26 - Edifício depois das obras. O Claustro Novo em a), o azulejo na porta de acesso à sala Rainha Santa Isabel em b), a entrada do Instituto em c) e o Terreiro da entrada em d).

Fonte: (DGPC, 2001), e (Autor, 2016).

Como já o referimos, as obras realizadas tiveram como principal objetivo dotar o edifício com as condições necessárias ao bom funcionamento do Instituto. No entanto e apesar deste tipo de conservação e remodelação acarretar, quase sempre, com aspetos negativos quando inserido num Monumento Nacional, salienta-se o trabalho desenvolvido na igreja. Foi com esta intervenção que se salvaguardou o seu valor patrimonial.

Salienta-se, igualmente, a remodelação do alpendre da fachada principal do edifício, acompanhada com a reestruturação do terreiro em frente. Outros restauros estiverem presentes no Claustro Novo e na Torre Sineira.

Nas imagens que se seguem procuramos traduzir o estado de conservação deste património antes da intervenção.



Figura 2.27 - O Alpendre da entrada em obras a). E a cabeceira da igreja em b), também em obras
Fonte: (DGPC, 2001)



Figura 2.28 - A remodelação da igreja em a), e as obras na torre sineira e do claustro em b)
Fonte: (DGPC, 2001)

O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas é uma construção gótica cisterciense, fundada no século XIII pelo Rei D. Dinis. Hoje em dia apenas restam a Cabeceira da Igreja e o denominado Claustro Novo. Do Claustro da Moura, apesar de ser uma construção do século XVI e remodelada em 1703, já só restam alguns pormenores.

As obras ocorridas entre 1945 e 1950 foram importantes intervenções para salvaguardar este património, das quais referimos as mais importantes:

- Trabalhos de beneficiação em toda a Igreja;
- Na Cabeceira da Igreja, alguns dos vãos são remodelados de maneira a retomarem a sua forma original;
- Os capitéis, já em estado avançado de degradação, são reconstruídos seguindo o desenho original;
- O Alpendre, embora construção posterior à fundação do Mosteiro, foi valorizado. Toda a área de acesso ao Mosteiro foi dignificada;
- Arranjos dos alpendres das alas dos Claustros, bem como de todo o seu espaço exterior;
- Todo o azulejo do Mosteiro foi recuperado e muitos dos vazios preenchidos com reconstituições. “A Portaria atual recebeu alguns bons painéis da Torre, entre os quais «a merenda».” (Saraiva C. A., 1995, p. 62).

A partir da década de 1960 começou a surgir a necessidade de pequenas reparações das grandes obras ocorridas em 1945/1950. Estas reparações surgiam normalmente em coberturas, quer de edifícios, quer de alpendres. Em alpendres a última reparação ocorreu na substituição integral da cobertura do Alpendre do Claustro da Moura, ocorrida em 1994

Quando o Instituto encerrou no final do ano letivo 2014/2015, as «meninas de Odivelas» eram servidas por 39 salas de aula e os seus alojamentos distribuídos em 8 camaratas.



Figura 2.29 - Obras no Alpendre do Claustro da Moura em 1994 e 1995
Fonte: (DGPC, 2001)

Nestas estavam incluídos alojamentos diferenciados, consoante os anos que frequentavam. Para as finalistas estavam destinados 20 quartos, e para as alunas do lar e monitoras 19 quartos.

O Instituto para além das instalações destinadas ao ensino, disponham de espaço para as áreas administrativas e técnicas de apoio pedagógico, nomeadamente⁵⁷:

- Salão Nobre, Museu e Biblioteca;
- Sala de receção aos Encarregados de Educação, Sala de Conselhos, Sala de Coordenadoras de Ciclo, Sala de Professores, Salas de recreio das alunas;
- Gabinete de Apoio Psicológico, Gabinete de Assistência Religiosa, Gabinetes da Direção, Gabinete de Internato;
- Secretaria Escolar, Secretaria de Pessoal, Secção Logística, Tesouraria;
- Posto Médico;
- Reprografia, Secção de lavandaria, Secção de rouparia e Guarda-roupa;
- Bar, Cozinha, Copa, dois Refeitórios.

A Igreja, os Claustro, a Cozinha do Mosteiro e o antigo Refeitório das monjas, por serem os elementos históricos do Mosteiro de Odivelas estavam abertos ao público e poderiam ser, igualmente, frequentados pelas alunas do Instituto.

Depois desta pequena investigação ao Mosteiro de Odivelas S. Dinis e S. Bernardo e de termos noção que a sua adaptação à nova função iria obrigar a inúmeras obras de conservação, restauro e de ampliação, constatamos que essas obras foram acontecendo ao um ritmo tido como o necessário para que as novas funções fossem realizadas com dignidade.

Por isso, as obras foram-se encostando às necessidades e por vezes adulterando a construção inicial. No entanto, por outro lado, foi-se enriquecendo o espaço com realidades arquitetónicas de outras épocas. O Lugar onde hoje coabitam o que resta do Instituto e o Mosteiro é um espaço composto por um vasto conjunto de vestígios do edifício que se iniciou em 27 de Fevereiro de 1295. Mesmo após as grades obras da década de 1940, na sua adaptação definitiva à função escolar, houve sempre o bom senso e a preocupação de salvaguardar o património cultural que era possível salvar.

Assim, hoje em dia, ainda é possível olhar para o Lugar e realçar o valor desse património. Não nos podemos esquecer também, que este património é ainda mais enriquecido se tivermos em conta as pessoas que ao longo da sua existência por ele passaram.

⁵⁷ Informação retirada do *site* do antigo Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso).

3. Do Não Convento à Nova Função

A arquitetura foi sempre ao longo dos anos, uma das disciplinas mais reveladoras do carácter social e do pensamento de uma época. Quer seja pelos materiais utilizados, quer tenha sido pela conceção do que projetou, e isto quer esteja num edifício religioso ou num edifício profano. A arquitetura adquire sempre significado quando se insere no lugar.

No caso particular do edificado religioso, os mais marcantes, os mais astutos foram os que souberam recolher, na região, os maiores elementos de devoção, de cultura e de fé. Assim, a arquitetura religiosa é a mais capaz de transmitir a vivência de um povo num determinado lugar. Como nos diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida “Mais que em qualquer outra região, a arquitectura românica portuguesa, (...) tem de ser sentida e apreciada in situ e nos seus contornos geográficos e históricos. Só assim, inserida na paisagem e no habitat local, ele é verdadeiramente compreensível, (...) (Almeida C. A., 1992, p. 75).

A arquitetura religiosa encontra-se espalhada por todo o território Nacional. A Ordem de Cister teve um papel determinante no apoio às comunidades monásticas na consolidação do território, à medida que se ia conquistando mais a Sul. Não teve como principal objetivo o deleite e a perfeição estética, mas sim, a racionalidade dos espaços e a utilização dos materiais regionais e das suas prioridades mais prementes. Talvez tenham sido estas as premissas que lançaram o legado cisterciense para a simplicidade com que se adapta a novas funções.

No século XX, ou mesmo logo após a extinção das Ordens Religiosas, despertou o interesse pela transformação e adaptação destes espaços a outras funções.

Desta forma, dedicaremos este subcapítulo às novas funções do património cisterciense, ainda antes de nos debruçarmos sobre a nova função a propor para o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

Nas páginas seguintes iremos analisar algumas adaptações do património cisterciense como foi o exemplo da adaptação do Mosteiro de Santa Maria de Bouro a Pousada. Iremos também analisar uma nova construção, feita em pleno século XXI mas, em termos de organização do espaço, sob as regras de S. Bernardo, redigidas no século XII. Não deixaremos de abordar a obra de Le Corbusier, o Convento Dominicano de La Tourette, também uma construção nova sob os olhares dos monges de Cister.

3.1. Intervenções no Património

A preocupação na salvaguarda do património nacional começa a ser uma consciencialização que emerge no século XVII com D. João V⁵⁸. É nesta altura que surgem as primeiras políticas de conservação e restauro com a intenção do aperfeiçoamento das técnicas de intervenção, tendo sempre em atenção o contexto histórico.

No entanto, e apesar desta publicação da lei e mais tarde da sua republicação, os efeitos na concretização dos objetivos recomendados foram quase nulos. Teríamos de esperar pelo século XIX para sentirmos algum avanço no que diz respeito à defesa do património cultural, nomeadamente o monumento histórico⁵⁹. Esta constatação talvez se deva ao momento infeliz a que o património foi sujeito em finais do século XVIII e princípios do seguinte.

Talvez ainda e em consequência deste período nefasto, tivesse nascido um movimento gerador de ambientes propícios à intervenção dos interesses patrimoniais. Recordamos que nos finais do século XVIII viveram-se momentos angustiantes para a sociedade nacional: foram as invasões francesas, as guerras entre liberais e absolutistas e finalmente a extinção das Ordens Religiosas⁶⁰.

“Com a extinção das Ordens Religiosas, (...) o Estado Liberal viu-se na posse súbita de um número considerável de imóveis de valor histórico.” (Neto, 1999, p. 23). Simultaneamente surge uma deliberada procura e uma venda abusiva daquele património. Aliado a este fato, iniciam-se atos de vandalismo assim como uma acelerada adaptação dos edifícios conventuais a outros usos, para os quais acabaram por ser alvo de alterações radicais.

Como referimos em parágrafo anterior, teríamos de esperar até ao século XIX para se sentir algum interesse pelo Património. Inicialmente esse interesse partiu do próprio rei D. Fernando II, e depois através de associações particulares e sociedades eruditas “ (...) das quais se destacam a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.” (Martins A. M., 2011, p. 527).

⁵⁸ Esta preocupação começa com a publicação de um Decreto em 14 de Agosto de 1721 por D. João V e mais tarde republicado por D. João VI em 04 de Fevereiro de 1802. Ver (Martins A. M., 2011, p. 525).

⁵⁹ Segundo Françoise Choay, a partir dos anos 50 do século XIX, independentemente das diferenças industriais que variavam de país para país, quase toda a Europa consagrou a salvaguarda do monumento histórico. Ver (Choay, 2013, p. 137).

⁶⁰ Com a lei de 1911 a separação de poderes entre o Estado e a Igreja saiu reforçada.

Em Portugal surge então a DGEMN⁶¹. Uma Direção-Geral criada com o objetivo de reunir num só organismo os serviços de conservação e restauro dos Monumentos Nacionais. No entanto, criada com uma forte componente ideológica e política, o que levou a alguns arquitetos, principalmente na década de 50 do século XX, a saírem em defesa da conservação dos Monumentos Nacionais.

Não nos podemos aliar ao fator tempo. À época em que se criara a DGEMN o ambiente vivido traduzia a ideia de património preconizada pelo nacionalismo do Estado Novo. Deste modo é compreensível a sensibilidade demonstrada por aquela Direção-Geral à perspectiva nacionalista.

A partir dos anos 40 começa-se, então, a definir as Zonas Especiais de Proteção, segundo normas jurídicas definidas por lei. Era uma forma de acautelar e salvaguardar o património Nacional.

Após a segunda Guerra Mundial, principalmente no início dos anos 50, Portugal começa a executar projetos de reutilização de alguns edifícios conventuais, fosse para fins turísticos, assistenciais ou sociais.

São exemplos desta época, em termos de fundações cistercienses, a passagem do Mosteiro de Lorvão a hospital psiquiátrico (fig. 3.1). O Mosteiro de Odivelas, apesar da sua passagem a Instituto já tenha acontecido antes, é nesta altura que sofre as obras de reutilização e adaptação ao ensino. Foi ainda na década de 50 e por altura da visita da rainha Isabel II de Inglaterra em 1957, que o Mosteiro de Alcobaça recebe arranjos de embelezamento, exterior e interior (fig. 3.2).

Com o decorrer dos anos, com a evolução de critérios e conceitos (nacionais e internacionais), com a integração de outras disciplinas como o foram a arqueologia e a história da arte, e com a alteração na chefia da DGEMN, permitiram a modernização das técnicas e métodos de restauro e conservação.

Segundo Maria João Neto “(...) os novos conceitos de ‘conjunto’ e ‘sitio’ implicaram o alargamento da área a salvaguardar. A DGEMN mostra-se consciente da evolução da questão de defesa do património (...) (Neto, 1999, p. 40).

⁶¹ Surge em Abril de 1929 com o Decreto-Lei n.º 16791/07, de 30 de Abril a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Foi extinto em 2007 com Decreto-Lei n.º 223/07, de 30 de Maio, dando origem ao que hoje se denomina por IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.



Figura 3.1 - Mosteiro S. Mamede de Lorvão durante as obras de adaptação a hospital psiquiátrico
Fonte: (DGPC, 2001)

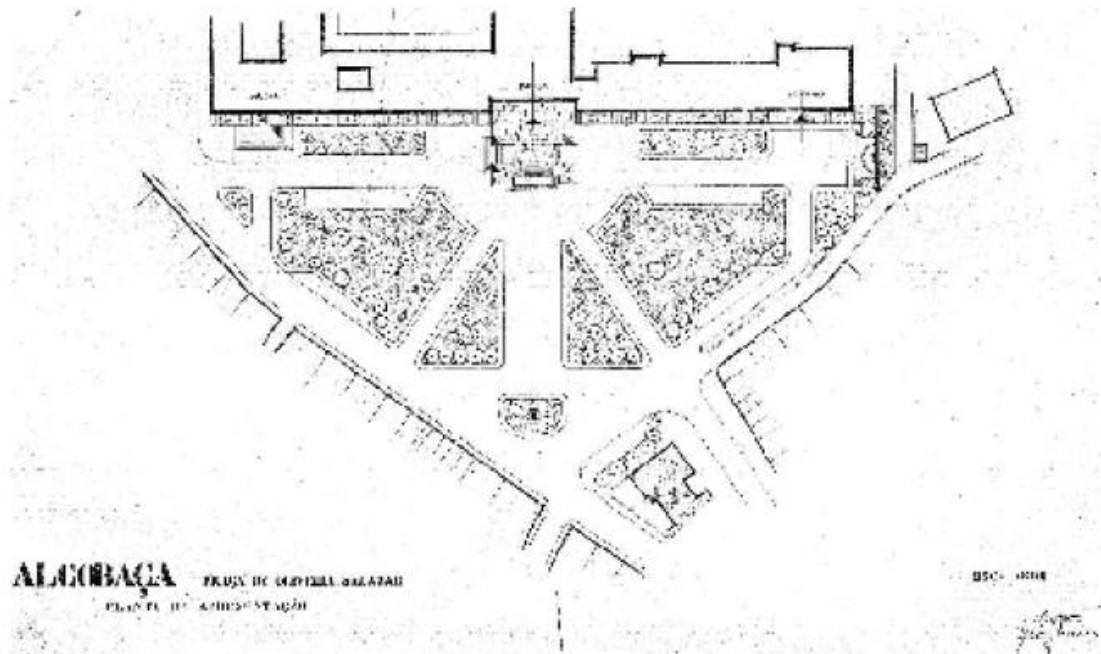


Figura 3.2 - Mosteiro de Alcobaça numa planta de arranjos exteriores. Projeto do arquiteto João Vaz Martins
Fonte: (DGPC, 2001).

No entanto e com fundamento nalguns testemunhos, a DGEMN pouco interveio, e quando interveio, fê-lo, segundo o Professor Paulo Varela Gomes, de maneira descuidada. “Para além de não terem nada frequentes, as intervenções têm outra particularidade: resultaram em alterações radicais das características tipológicas em alguns dos monumentos intervencionados, (...)”. (Gomes, 1999, p. 229).

Ainda segundo Varela Gomes os técnicos da Direção-Geral terão compreendido de forma desacertada as especificidades de cada época e fundamentalmente, as características tipológicas dos edifícios femininos. Neste caso acabaram-se por ir anulando as particularidades que diferenciavam os espaços femininos dos masculinos.

Os técnicos e teóricos da DGEMN nos anos 1930 a 1950, no quadro das culturas dominantes na sua época, quiseram transformar os mosteiros de freiras em lugares perspécticos, neutros, sem marcas da sexualidade. Inevitavelmente, acabaram por criar lugares onde se lê, inscrita na lisura das paredes, na rudeza da pedra a vista e na brancura dos rebocos, apenas a marca da sexualidade dominante: a masculina. (Gomes, 1999, p. 247).

Ainda antes da extinção da DGEMN, em 2007, esta direcção promoveu a organização de toda a documentação disponível que se relacionasse com o Património Arquitectónico. É criado, deste modo, o Inventário do Património Arquitectónico (IPA). Todo o acervo foi colocado no Forte de Sacavém e colocado à disposição do público. O IPA dá origem ao SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

Hoje em dia o Património Arquitectónico, com a extinção da DGEMN, está sob gestão do IGESPAR.

Pela análise que poderemos efetuar após a leitura do quadro 3.1, verificamos que nos mosteiros cistercienses existe um trabalho desenvolvido em termos de conservação e restauro. Pese embora e segundo as palavras do Professor Paulo Varela Gomes, essas intervenções das entidades estatais não tenham sido as mais aconselháveis, mas e valha-nos a verdade, elas foram acontecendo e alguma da herança cisterciense encontra-se salvaguardado.

Em termos de classificação do legado cisterciense, a maior parte encontra-se classificado, quer como Monumentos Nacionais quer como Imóveis de Interesse Público⁶². Temos ainda o Mosteiro de Alcobaça classificado como Património Mundial pela Unesco em 1998.

Desde os extintos serviços, quer da DGEMN quer do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), quer ainda do agora Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, essas intervenções existiram.

Para além das intervenções dos organismos do Estado, também os municípios tiveram um papel muito importante na reabilitação do património arquitectónico, em geral, e do deixado pela Ordem de Cister, em particular.

Outras vezes aconteceu que essas intervenções se fizeram por conta de particulares, ou então por particulares com apoios do Estado. O nosso trabalho irá desenvolver nos subcapítulos seguintes uma análise sobre o trabalho desenvolvido no Mosteiro de Santa

⁶² De acordo com Ana Maria Martins cerca de 87% do património cisterciense em Portugal encontra-se classificado. (Martins A. M., 2011, p. 556).

Maria do Bouro, trabalho de reabilitação executado pelos arquitetos Eduardo Souto Moura e Humberto Vieira.

Ainda antes de passarmos à análise dos casos que planeamos estudar, deixamos o registo da reabilitação operada na Ala de São bernardo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Reabilitação de carater minimalista da autoria dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos. Este projeto permitiu criar espaços polivalentes no primeiro piso e deixar o piso superior para uso paroquial.

Todos estes trabalhos realizados em património classificado é uma realidade cada vez mais constante na contemporaneidade e terá de o ser, igualmente, no futuro. A dicotomia entre passado e presente está vinculada na oportunidade de reabilitar, e esse ensejo depende das estratégias, dos métodos e dos instrumentos a utilizar.

Edifício Conventual	Ano Fundação	Reabilitação e Entidade	Ocupação atual
Masculinos			
Mosteiro Sta Maria de Fiães	1194	DGEMN	Resta a Igreja, MN 1993
Mosteiro Sta Maria de Ermelo	Séc. XII	DGEMN	Resta a Igreja, MN 1997
Mosteiro Sta Maria do Bouro	1195	DGEMN/IPPAR/Privado	Pousada
Abadia Velha de Salzedos ⁶³	1150		Restam fundações
Mosteiro Sta Maria de Salzedos	Séc. XVI	DGEMN/Privado	Museu/Igreja, MN 1997
Mosteiro S. João de Tarouca	1143	IPPAR	Musealização das ruínas
Mosteiro Sta Maria de Aguiar	1169	DGEMN/IPPAR	Turismo da habitação
Mosteiro São Cristóvão de Lafões	1161	Privado	Turismo de habitação
Mosteiro Sta Maria de Maceira Dão	1188	DGEMN/Privado	Propriedade privada
Mosteiro S. Tiago de Sever	1144		Destruída 1 Sec. depois
Mosteiro Sta Maria de Seiça	1195	DGEMN	Abandonado/Ruínas
Mosteiro Sta Maria de Alcobaça	1153	DGEMN/IPPAR	Monumento Nacional
Mosteiro Sta Maria de Júnias	1247	DGEMN	Musealização das ruínas
Mosteiro Sta Maria da Estrela	1220	Igreja por populares	Suprimido em 1579
Mosteiro de S. Paulo de Almaziva	1221	DGEMN	Pertença Colég. E. Santo
Mosteiro Sta Maria de Tomarães	1217		Desaparecido
Colégio do Espírito Santo	1545	DGEMN	Habitação e comércio
Mosteiro de S. Pedro das Águias Novo ⁶⁴	Séc. XVI	DGEMN/Privado	Assoc.Prod.Vinho Porto
Mosteiro de S. Pedro das Águias Velho	1205		Pequeno monumento

⁶³ O Mosteiro foi transferido para alguns Km de distância devido às cheias. Deu então origem a Santa Maria de Salzedas.

⁶⁴ Surge em substituição do S. Pedro das Águias, o velho. Devido à aridez da implantação

Mosteiro Nossa Senhora do Desterro	1591	DGEMN/Privado	H. do Desterro/Devoluto
Femininos			
Mosteiro S. Salvador das Bouças	1228		Extinto século XIII
Mosteiro S. Pedro e S. Paulo Arouca	1223	DGEMN/IPPAR	Museu
Mosteiro de S. Mamede de Lorvão	1206	DGEMN/IPPAR	H. Psiquiátrico/Extinto
Mosteiro Sta Maria de Celas	1214	DGEMN/IPPAR	Monumento
Mosteiro São Dinis de Odivelas	1295	DGEMN/IPPAR	Colégio Militar/Extinto
Mosteiro Sta Maria de Almoester	1287	DGEMN/IPPAR	Monumento
Mosteiro São Bento de Cástris	1275	DGEMN	Casa Pia Évora/Devoluto
Mosteiro Sta Maria de Cós	1241	DGEMN/IPPAR	Circuito Turístico/Ruínas
Mosteiro São Bento de Xabregas	1461	Privado	Espaço de Eventos
Mosteiro São João Vale Madeiro	1525		Extinto em 1560
Mosteiro São Bernardo de Portalegre	1518	DGEMN	Escola da G.N.R.
Mosteiro São Bernardo de Tavira	1530	Privado	Em recuperação
Mosteiro N. Senhora Nazaré Mocambo	1653	CML/EGEAC	Museu da Marioneta
Mosteiro N. Senhora Assunção Tabosa	1692	DGEMN/Privado	Circuito Turístico/Ruínas

Quadro 3.1 - Mosteiros cistercienses em Portugal e a entidade que os sujeitou a intervenções⁶⁵

3.1.1. Santa Maria do Bouro: De Convento a Pousada

“El objectivo de este proyecto és adaptar, o mejor, hacer uso de la piedra natural disponible para construir una obra de nueva planta, (...)” (Cecilia & Levene, 2005, p. 28).

Investigar sobre Eduardo Souto Moura torna-se fácil quando enumeramos e analisamos as suas obras. No entanto esta facilidade não será tão perceptível quando procuramos obras teóricas sobre a sua teorização arquitetónica. Resta-nos o encosto das inúmeras análises e comentários à sua obra e vida.

Segundo o próprio arquiteto, falta à arquitetura um conjunto de elementos teóricos capaz de a reger, uma vez que a técnica, a conceção e os elementos construtivos estão em constante mudança. Acredita que a história da arquitetura é importante e que a teoria dessa mesma arquitetura aparece como voz crítica da própria história. Mas também sabe que desta atitude questionável no presente pode-se constatar o passado e a sua história.

Ao olharmos a obra de Souto Moura, talvez possamos descortinar-lhe o “estilo”. Uma primeira fase onde se dedicou à construção de moradias unifamiliares (Casa de Cascais, Casa da Quinta do Lago, Casa de Alcanena, etc.). Numa segunda fase passa pela

⁶⁵ Quadro baseado nos dados de (Martins A. M., 2011).

intervenção em património arquitetónico (Alfandega do porto, Cadeia da Relação, Santa Maria do Bouro, etc.), para numa fase seguinte se dedicar a ações territoriais (Metro do Porto, Estádio do Braga, etc.).

Ao longo do caminho a arquitetura de Souto Moura será ainda redefinida por referências às experiências californianas dos anos 50 e 60, (...) num contexto onde a arquitetura moderna se dobra ao bem estar da piscina e os materiais podem confluír para lá da severidade “racionalista” (...) (Figueira, 2004).



Figura 3.3 - Duas moradias unifamiliares do espólio de Souto Moura. Casa na Quinta do Lago em a) e Casa em Cascais em b)
Fonte: (Moura, 2001)



Figura 3.4 - Do mesmo espólio, Casa em Tavira em a) e Casa em Moledo em b).
Fonte: (Moura, 2001).

Apesar de iniciar o seu trajeto profissional com Siza Vieira, ainda antes de terminar a sua licenciatura, Souto Moura “rompe” nas suas primeiras obras com a sua influência formal. “A sua vocação analítica, (...) levam-no ao encontro de Mies Van der Rohe.”⁶⁶. É na intuição “miesiana” que Souto Moura encontrou o “conforto”, numa altura em que a instabilidade no seio da arquitetura era algo que se desenhava com facilidade.

No final dos anos 70, princípios de 80 e numa altura em que os modelos teóricos vigentes centravam-se em Roberto Venturi e Aldo Rossi, mas que poucos consensos criavam, Souto Moura interioriza as referências de uma racionalidade subjetiva em que Rossi procurava a “prevalência da “forma” em detrimento da “função”” (Figueira, 2004).

Numa análise aos comentários de alguns críticos da arquitetura de Souto Moura, são unânimes em considerar três premissas importantes que o arquiteto revela constantemente nas suas obras: lugar, programa e materiais. Para eles, Souto Moura avalia “(...) até aos extremos, os pressupostos do programa, (...) determinação do princípio instalador no contexto, até (...) ao estudo do pormenor construtivo e dos materiais, (...)” (Angelillo, 1994, p. 25).

Em relação ao lugar, ao que Souto Moura denomina de sítio ou contexto, considera-o como um instrumento na sua criação artística, e chama-lhe um “acto mental”. “o sítio é um pré-texto que desencadeia múltiplas interpretações, (...) (León, 2001, p. 17). Ainda para Juan León, nas obras de Souto Moura a “(...) relação com os aspetos locais é profundamente esclarecedora e, em muitos casos, determinante para a compreensão do verdadeiro carácter, (...) (León, 2001, p. 18).

Neste seu primeiro trabalho com património classificado como de Interesse Público, Souto Moura, apesar do respeito que tem pela história dos edifícios, ela acha que “Para o projeto, as ruínas são mais importantes que o mosteiro, já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a sua história.” (Moura, 2001, p. 5).

Para o arquiteto português, quando acontece a ruína, ela deixa de ser arquitetura para passar a ser material, natureza, coisa anónima e natural.

Ainda segundo Souto Moura, o importante é preservar a identidade do edifício mas, simultaneamente, conseguir que ele consiga dar resposta ao novo programa, adaptado às novas questões e aos novos tempos, aos novos materiais e aos novos confortos. Num

⁶⁶ Ver (Figueira, 2004). Ludwig Mies van der Rohe foi um arquiteto alemão que se naturalizou americano. Nasceu a 27 de Março de 1886 e faleceu a 17 de Agosto de 1969. Desenvolveu a sua obra durante a ascensão do modernismo, daí ter desenvolvido uma conceção arquitetónica de linhas puras.

edifício com história “Temos de reconhecer a metamorfose continua e que encontrar, de todas as vezes, um equilíbrio estável, instável, possível, (...)” (Collová, 2001, p. 64).

O Mosteiro

O Mosteiro de Santa Maria do Bouro pertence à província do Minho, distrito de Braga e concelho de Amares. Encostado à sublime paisagem natural da serra de S. Mamede, situado num vale, muito característico das fundações cistercienses.

Para recuarmos à sua fundação, temos de ir até à Reconquista de Portugal e na necessidade de consolidação do território Nacional. A sua fundação inicial surgiu como oferta do Rei D. D. Afonso Henriques pelos bons serviços prestados pelos monges Beneditinos em 1148. Apenas em 1195, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro passa a pertencer à Ordem de Cister.

A conceção do seu espaço, o seu programa funcional e a sua implantação foram executados sob a regra de S. Bento e em tudo igual ao que caracterizamos no capítulo I deste trabalho.

Na fachada do Mosteiro e ainda, nos dias de hoje, na fachada da Pousada, sobre o frontão triangular da porta de entrada, surge a escultura da Sagrada Família com uma escultura do Rei D. Afonso Henriques ao lado esquerdo, de joelhos a prestar-lhes homenagem (Figura 3.5).

Tal como em todas as edificações conventuais da Idade Média, foram prosperando graças ao bom relacionamento entre a Igreja e o Reino, que inúmeras vezes oferendava esses edifícios com avultados benefícios.

No entanto em finais do século XV atingiu um estado de quase ruína fruto do quase abandono a que foi vetado. Foram necessárias grandes obras de restauro e de ampliação (com uma nova ala), que duraram até finais do século XVII, fruto da renovação



Figura 3.5 - A Imagem da Sagrada Família e o Rei na fachada da Pousada - Fonte: (Martins A. M., 2011).

operada na Ordem de S. Bernardo, agora a Congregação de Alcobaça.

As ampliações operadas no Mosteiro levaram ao fecho do topo Poente da ala Sul e completar-se-ia a ala Oeste. Desta forma o claustro ficou fechado (DGPC, 2001). Para a claustro, e como era regra na conceção do espaço cisterciense, dava-lhe a sala do Capítulo, Refeitório e Cozinha.

Com o decorrer do século, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro viu ser-lhe acrescentado um novo corpo a poente do Claustro. Nesta altura foram várias as dependências a serem alvo de obras de remodelação. Foram o exemplo das obras na igreja e na sacristia.

Com as constantes remodelações e ampliações que o Mosteiro foi sofrendo ao longo da sua história, muitas das características austeras do edificado cisterciense foram-se perdendo e outras foram-se-lhe acrescentando. Como diria o arquiteto Souto Moura, através dos tempos e a sua história, o Mosteiro foi procurando o seu equilíbrio e adaptando às necessidades, aos gostos e aos tempos.

À imagem dos restantes edifícios cistercienses, ficou também sujeito à crise do Reino com consequências nas relações entre o Estado e a Igreja, que se aprofundou após o terramoto de 1755 com o governo do Marquês de Pombal. Tal como em todos os edifícios conventuais, em Maio de 1834 o Mosteiro é extinto e depois de passar algum tempo em abandono, foi vendido em hasta pública. No período em que esteve abandonado a igreja passou a paróquia.

Em 1853 o Mosteiro é da propriedade da família Pais do Aguiar. Já em finais do século XX, mais precisamente em 1976, a Camara Municipal de Amares adquire parte do Mosteiro com a intenção de o reconverter numa Escola Agrícola.

No entanto em 1984 e no decorrer de obras de consolidação, é encomendado um estudo à ENATUR para a instalação de uma pousada. Em 1989 nasce o projeto de Souto Moura e Humberto Vieira para a adaptação das antigas dependências monacais em pousada. Em 1994 iniciam-se as obras de adaptação (DGPC, 2001).

Legenda:

- Mosteiro na fundação, século XII
- Reconstrução, século XVI e XVII
- Reconstrução finais século XVII
- Mosteiro no século XX



Figura 3.6 - Evolução construtiva do Mosteiro Santa Maria do Bouro
Fonte: (Moura, 2001)



Figura 3.7 - Imagens do Mosteiro antes das obras que lhe conferiram outra função.
Fonte: (DGPC, 2001).

A Pousada

O Mosteiro de Santa Maria do Bouro foi a primeira grande oportunidade para o arquiteto Eduardo Souto de Moura unificar todas as suas referências para a criação de uma paisagem exata e com clareza formal num edifício de alto valor patrimonial. A transformação de um edifício conventual cisterciense que remonta ao século XII, mas com profundas alterações no decorrer do século XVIII, numa implantação em pousada.

Neste trabalho, ao invés de perseguir o vigente em termos de requalificação patrimonial, em que as propostas pressupõem a reconstrução histórica do edifício, Souto Moura, abre um novo caminho e distingue o “novo” do “velho”. “ Como referência cultural para a elaboração do projeto, Souto Moura escolhe o nosso tempo, (...) o tempo da ruína.” (Figueira, 2004, p. s/n).

Devido às reduzidas dimensões do edifício, aliado ao seu estado degradável, de quase ruína, inicialmente o objetivo seria o de manter uma distinção nítida entre a pré-existência e a sua intenção. “Se for novo faço as coisas de certa maneira (...) se for antigo faço-as de outra.” (Collová, 2001, p. 50).

“(...) é bem a expressão material de todos os momentos de crise e de desenvolvimento por que passou a instituição (...) nas significativas modificações na distribuição funcional dos espaços (...)” (Fontes, 2001, p. 79). Nesta citação de Luís Fontes acerca do trabalho arqueológico desenvolvido em prol do projeto, e com a evolução do próprio projeto, levam Souto Moura a percepção da mutação de estilos que resultaram das várias fases de conservação e remodelação que o edifício sofreu ao longo da história.

Esta realidade feita de ocupações, demolições, ampliações e fusões de estilos, era tudo aquilo que o arquiteto já sabia. Afinal “(...) a história da arquitetura antiga é a história de constantes adulterações e alterações (...)” (Collová, 2001, p. 64). Para Souto Moura a história de um edifício revela as suas próprias oportunidades, ao longo do tempo, na satisfação e no servir das necessidades que foram resultando.

Tomando consciência daquilo que já não lhe seria novidade, o arquiteto entende que não poderia reconstruir o Mosteiro de acordo com “(...) uma memória do passado, feita pelo que os outros terão visto e vivido (...)” (Figueira, 2004, p. s/n), mas sim de acordo “(...) uma memória presente – “era assim o edifício quando nós pela primeira vez o vimos” – (...)” (Figueira, 2004, p. s/n).

Para Souto Moura o conceito passava por preservar a identidade criada pelo passado, adotando-lhe uma imagem contemporânea sempre em continuidade com a história e vivência do Mosteiro.

Desta forma todas as ações desenvolvidas no projeto vão no sentido de acentuar a ruína, intercalando as suas pedras com outro tipo de materiais para lhe conferir habitabilidade e funcionalidade. “ O desenho da caixilharia é realizado no sentido de manter a ilusão do vão sem vidro; (...)” (Figueira, 2004, p. s/n), e estrutura e conforto aparecem dissimulados por forma a fazer sentido a proposta “habitar uma ruína” (Figueira, 2004, p. s/n) de Souto Moura.

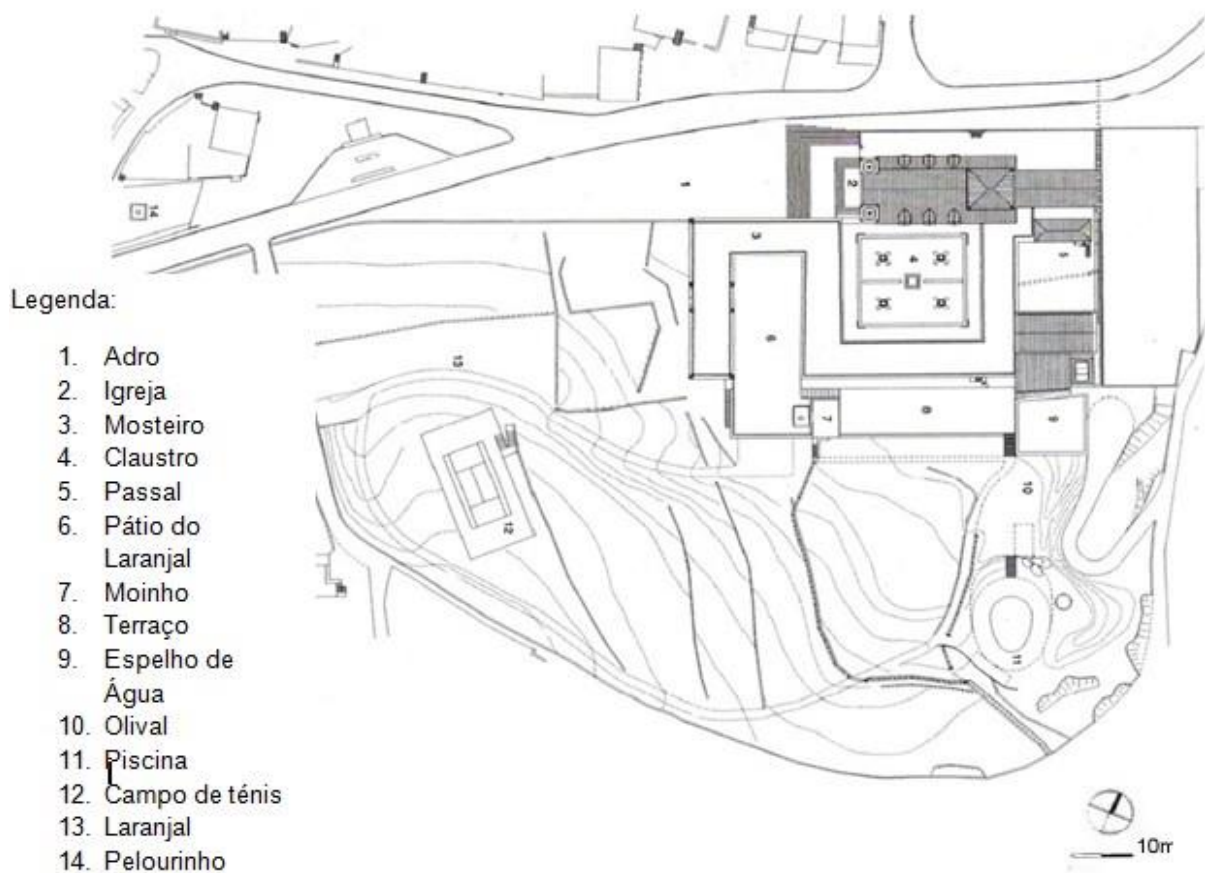


Figura 3.8 - Implantação do edifício monacal depois de adaptada à pousada
Fonte: (Moura, 2001)



Figura 3.9 - Mosteiro Santa Maria do Bouro, depois da intervenção
Fonte: (Martins A. M., 2011)

Na pousada de Santa Maria do Bouro que hoje se vê, foi com intenção que a expressão da imagem de ruína perdura. Desde a cobertura sem telha e coberta de terra e jardim até todo um conjunto de materiais a tratar e a interpretar.

São exemplo na perceção destes detalhes a manutenção das portas antigas em madeira maciça, trabalhada, que, antigamente, davam entrada à Sala do Capítulo (fig. 3.10). Foi retirada da sua função original de passagem entre espaços, para ser colocada como objeto de arte relevador do tempo.

As portas (fig. 3.10) estão agora expostas lado a lado com uma outra porta que dá acesso ao restaurante da Pousada (mantendo-se ao lado de outra passagem, confere-lhe a sua afinidade original).



Figura 3.10 - A Porta da Sala do Capítulo em a) e com objeto de arte em b).
Fonte: (Martins A. M., 2011)

Muitas destas ações desenvolvidas no projeto de adaptação, por força do minimalismo de Souto Moura, não são assim tão evidentes no resultado final. Foram ocultadas com perspicácia para que dessa forma se desse continuidade à história de vida do Mosteiro, impondo, de modo suave, alterações ao programa.

Até mesmo o reposicionamento de alguns elementos, visíveis ou mesmo invisíveis, fizeram-se para dar continuidade à vida do edifício. Estas alterações verificam-se, por exemplo, a nível do pavimento. Inicialmente o novo seria colocado ao lado do antigo, mas “(...) fiz os novos iguais aos antigos e tornou-se mais vulgar, mais normal. Afinal de contas, ninguém vai verificar o que é antigo e o que é novo,” (Collová, 2001, p. 50).

Quanto às deslocações, foram efetuadas aberturas de novas portas e fecharam-se outras em sítios onde não eram necessárias. Abriam-se portas em sítios onde eram indispensáveis, “(...) por exemplo entre o pátio e a cozinha (...) também mudei alguns arcos do rés do chão para o primeiro andar, onde agora está a loggia quadrada.” (Collová, 2001, p. 58).

Outro elemento na qual a ruína se expressa é o claustro. A recuperação do claustro leva-o a assumir-se como uma escultura. (...) a sua natureza desarticulada, o carácter de fragmento que renuncia à unidade original, colocando a sua presença plástica acima da lógica de conexão dos antigos edifícios (...)” (León, 2001, p. 18).

O programa para atender às novas necessidades, foi-se distribuindo funcionalmente com algumas transformações na antiga estrutura. Corredores mais largos, adaptação das antigas celas e a construção de novos serviços e dependências em corpos novos.

Do antigo mosteiro apenas o refeitório mantém a sua função inicial. Adaptou-se como sala de jantar do restaurante, sendo ampliada para a antiga cozinha. A ligação à austeridade e simplicidade da arquitetura cisterciense está na decoração. “(...) às casas de banho dos quartos, a ideia era fazê-las parecer um armário. (...) Era quase impossível fazer uma decoração. É tudo, desde o mini bar ao resto, tudo embutido na parede.” (Collová, 2001, p. 50).

Na zona envolvente e nos terrenos da antiga cerca, o espaço foi distribuído em três zonas com características diferentes: zona da piscina, zona do laranjal e zona dos prados. Nesta intervenção paisagista, a abundância da água e o sistema hidráulico existente, princípios cistercienses, deixaram que o equilíbrio no exterior também fosse mantido.

Neste projeto, ao contrario dos demais, não hove a intenção de fazer regressar o tempo da fundação do mosteiro. Houve sim a ideia de naturalidade e continuidade, sempre em transformação e mutação. Para Souto Moura “(...)teremos que voltar costas à celebração da catástrofe, encontrar beleza em cada nova mudança, na própria transformação. Teremos que reconhecer a metamorfose continua e que encontrar, de todas as vezes, um equilíbrio estável, instável, possível (...)” (Collová, 2001, p. 64).



Figura 3.11 - Pousada de Santa Maria do Bouro
Fonte: (Cecilia & Levene, 2005)



Figura 3.12 - Pousada de Santa Maria do Bouro
Fonte: (Cecilia & Levene, 2005)

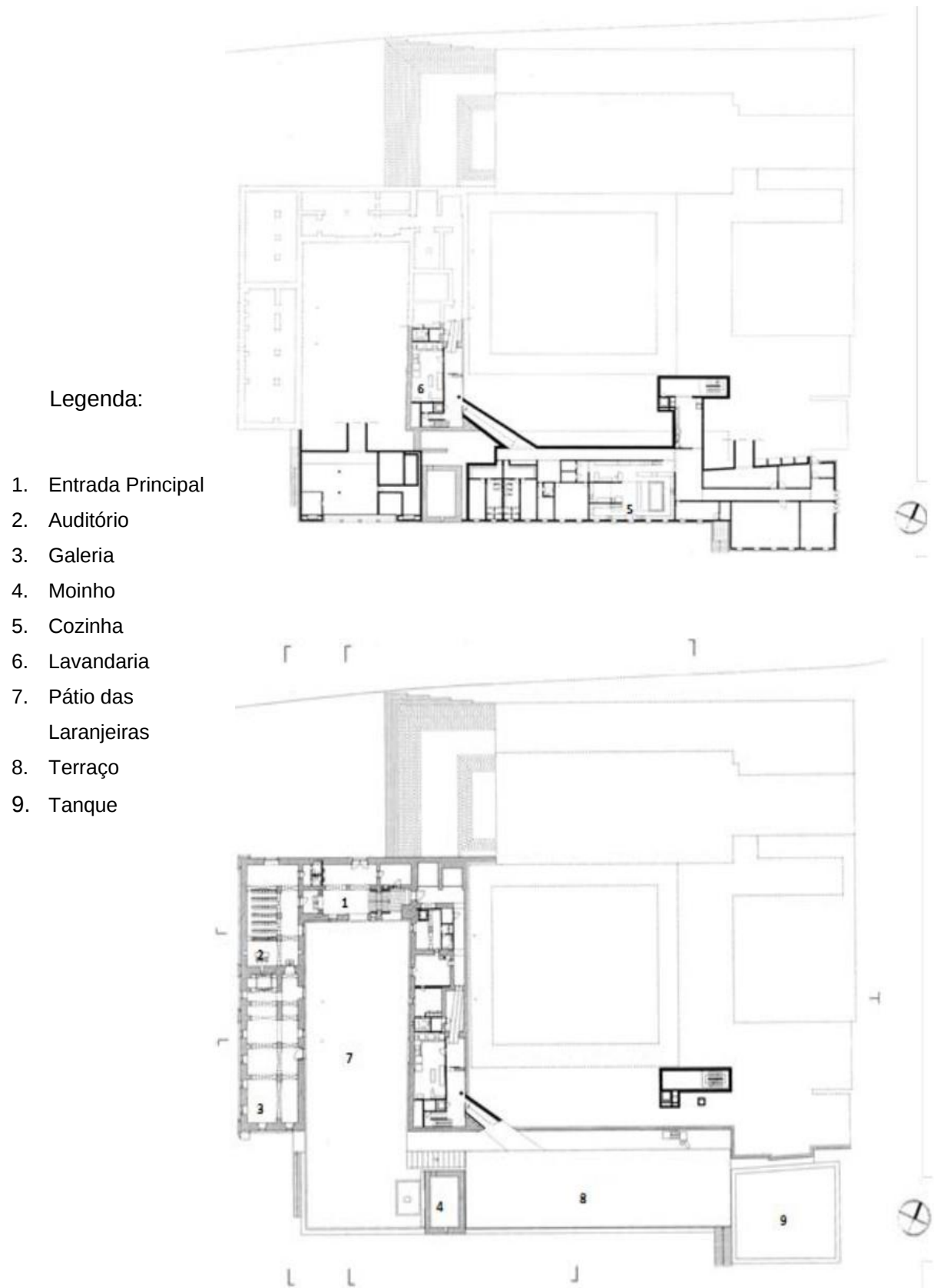


Figura 3.13 - Planta pisos -1 e 0, sem escala.
Fonte: (Moura, 2001)

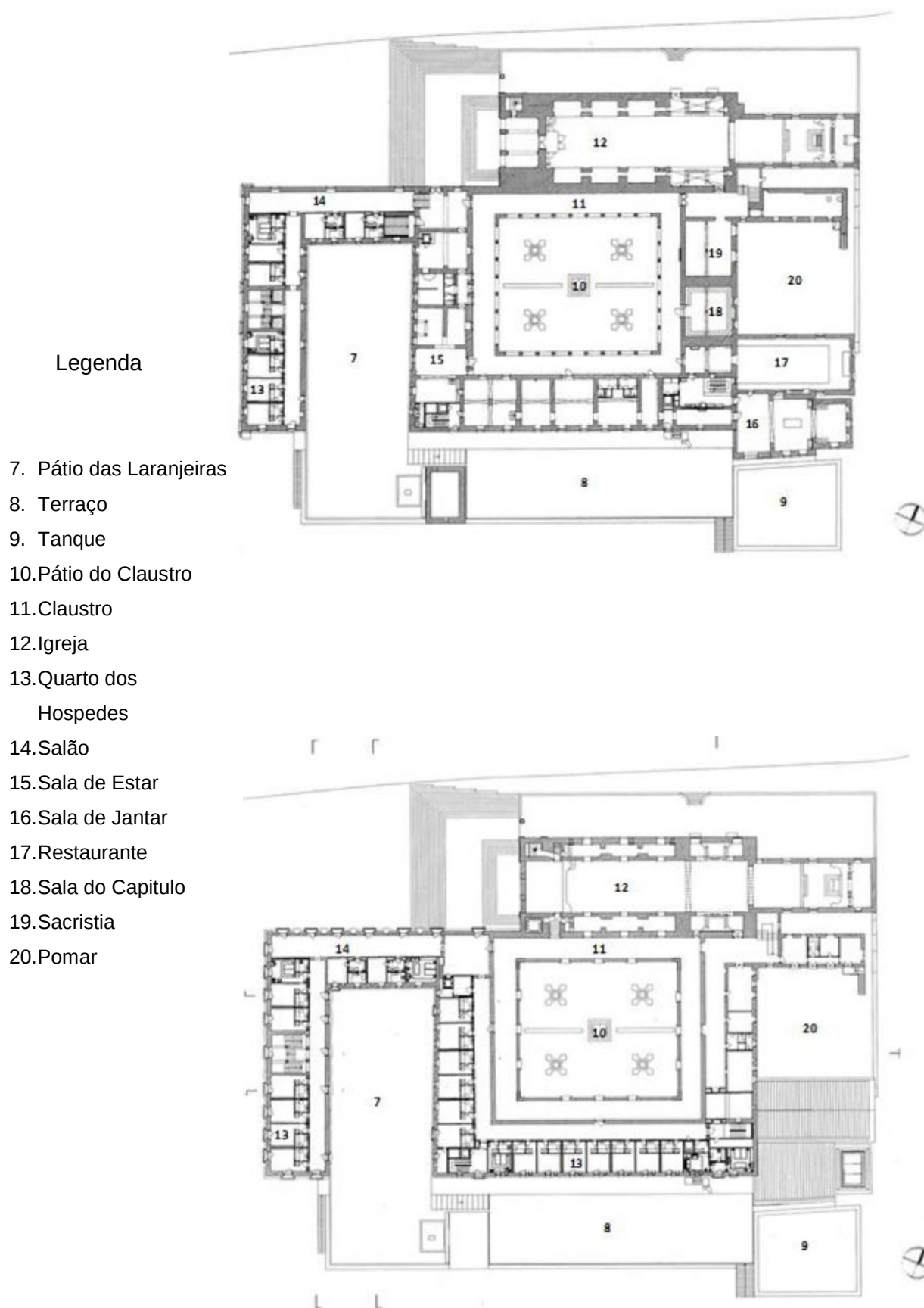


Figura 3.14 - Planta pisos 1 e 2, sem escala
Fonte: (Moura, 2001)

3.1.2. Mosteiro de Novy Dvur

Quando investigamos Eduardo Souto de Moura e o seu projeto de adaptação do Mosteiro Santa Maria do Bouro em Pousada, ficamos inteirados do seu paralelismo com a arquitetura da Ordem de Cister (linhas sóbrias, simplicidade e luz).

Desta forma parece-nos lógico afirmar que a arquitetura cisterciense, tendo sido muito importante na definição do espaço monacal, também o está a ser para a arquitetura e arquitetos contemporâneos. Estas características simples mas coerentes, influenciaram o trabalho de, por exemplo, o arquiteto Suíço naturalizado francês, Le Corbusier (1887-1965) e John Pawson, entre muitos outros.

Um dos exemplos mais fortes desta ligação entre Le Corbusier e o “minimum” cisterciense é o Convento Dominicano de La Tourette⁶⁷.

Na conceção da sua obra, Le Corbusier vai de encontro aos ideais religiosos de auto sacrifício e vida simples. Na verdade, criou um edifício austero com textura ásperas e fortes que dão materialidade aos volumes. O arquiteto suíço deixara assim a sua retórica purista.

Este convento para a comunidade dominicana está implantado numa colina com uma encosta íngreme, a 26 km de Lyon, França. Sendo um local de culto, Le Corbusier utiliza os seus princípios conceituais, como a frequência dos pilotis, das coberturas com terra e jardim, planta livre e fachadas, igualmente, livres.



Figura 3.15 - La Tourette de Le Corbusier em dois momentos
Fonte: (Martins A. M., 2011)

⁶⁷ Este projeto emerge de um encontro entre Le Corbusier e o Padre Dominicano Marie-Alain Coturier. De um lado o Padre crente na elevação da fé através da arte contemporânea. Do outro, um arquiteto “ateu” mas que acreditava encontrar outras afinidades para o espírito da modernidade. Ver (Martins A. M., 2011, p. 241 e seguintes).

Mais tarde, no seu modelo de habitat mínimo, no programa de unidade de habitação de Corbusier, irá ser aplicado o seu modelo de celas concebido no projeto do Convento de La Tourette. No que respeita aos materiais e tal como no modelo cisterciense, Corbusier considera a “pedra nua” igualmente importante.

Apesar da arquitetura cisterciense ter-se adaptado ao longo dos tempos aos gostos de cada época, realça-se que apenas no século XX ela se aproxima e volta ao «minimum» que a distinguiu nas primeiras fundações.



Figura 3.16 - La Tourette, modelo da cela
Fonte: (Martins A. M., 2011)

Mosteiro de Novy Dvur do arquiteto inglês John Pawson é outro exemplo de como os princípios da simplicidade cisterciense acabou por influenciar a sua conceção arquitetónica do novo século. Novy Dvur é o primeiro mosteiro segundo a Ordem de Cister a funcionar na Republica Checa do pós-comunismo.

John Pawson⁶⁸ será um dos mais importantes arquitetos contemporâneos e de maior expressão na corrente minimalista. O seu projeto de reconversão do Mosteiro da Nossa Senhora de Novy Dvur é um exemplo dessa manifestação na trajetória do arquiteto inglês.

A corrente minimalista surge numa tentativa de retomar as ideias modernistas que apelavam à diminuição dos ornamentos e à preponderância da função sobre a forma. Hoje em dia, e principalmente neste projeto, John Pawson é um expoente na retoma da simplicidade, dos espaços abertos capazes de criar entradas de luz e, simultaneamente, capazes de combater os excessos do pós-modernismo.

Inicialmente solicitado para projetar um mosteiro para albergar 40 monges cistercienses, foi-lhe dado um lugar ermo e encostado, de um lado e outro, a floresta (bem dentro das regras cistercienses quanto ao modo como se deve implantar um mosteiro). Existia apenas uma casa senhorial com traços do Barroco, em ruínas e algumas casas rurais que envolviam um pátio. Estávamos perante um espaço a conquistar à natureza, propício para que o Homem de Cister impusesse as suas regras e vivesse em comunidade orientando-se pela fé e em direção a Deus.

Logo de início o projeto lançou algumas dúvidas na conceção do espaço, nomeadamente na forma como se poderia adaptar aquele sítio num espaço com as características cistercienses.

Perante estes fatos o arquiteto preservou as ruínas barrocas, removendo as casas rurais em ruínas. Desta forma constrói de novo uma igreja e os três lados do claustro. Assim permitia uma ligação suave entre o “novo” e o “antigo”, conseguindo materializar os valores funcionais do espaço segundo as regras de S. Bernardo.

Tendo em mente estas mesmas regras para a conceção do espaço, redigidas no século XII, Pawson deu primazia à qualidade da luz por forma a enfatizar a clareza dos espaços, e formas simples e austeras. Estava assim salvaguardada a função do mosteiro em elevar o espírito com a contenção das distrações visuais (Martins A. M., 2011).

No projeto de Novy Dvur, John Pawson foi referenciar-se, tal como o tinha ido anos atrás Le Corbusier, ao Mosteiro Cisterciense Le Thoronet. Desta forma teve a possibilidade de pensar a tradição cisterciense.

Tal como no plano de S. Bernardo, em Novy Dvur, também a igreja assume o papel mais importante do espaço monástico. Todavia, o claustro continua a ser o coração da vida em

⁶⁸ John Pawson, arquiteto inglês, nascido em Halifax em 1949. Conhecido, essencialmente pelo favoritismo que nutre pela corrente minimalista. Ver (Cecília, Fernando Marquez; Levene, Richard, 2005).

comunidade. Como em todos os outros, também neste, é pelo Claustro que se acede a todas as restantes dependências: para além da Igreja, à Sacristia, à Casa do Capítulo, ao Refeitório, à Cozinha e à Biblioteca. Esta conceção do espaço leva à materialização da espiritualidade de Cister, e Pawson compreende-a, desenhou e a sua arquitetura é uma criação cheia de espiritualidade (Martins A. M., 2011).

Desta forma o Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur torna-se uma obra extremamente importante e talvez a seja, em termos religiosos, a mais importante deste século. Nesta obra a arquitetura contemporânea conseguiu fundir a espiritualidade com a conceção de espaço, conforme o tinha feito em séculos anteriores e fundamentalmente, na Idade Média. Para os cistercienses era a simplicidade, para S. Bernardo nada podia distrair a atenção a Deus. Para Pawson a arquitetura eleva a alma.

En la arquitectura de John Pawson la luminosidad, la simplicidad, el “*mínimum*” son sobre todo basados en el ideal cisterciense. Así es interesante pensar en esto y al mismo tiempo acordarse de la frase de San Bernardo, en su tratado *De la Consideratione*, con una muy “arquitectónica” definición de Dios cuando escribe: “*Quid est Deus? Longitudo, latitudo, sublimitas et profundum*”. Así que podría decirse que Dios podrá ser realmente encontrado en el Monasterio de Pawson, Novy Dvur. Esto es, del Císter del siglo XII hasta el *minimum* del siglo XXI (Martins A. M., 2011, p. 304).



Figura 3.17 - Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur já com a intervenção de Pawson
Fonte: (Martins A. M., 2011)

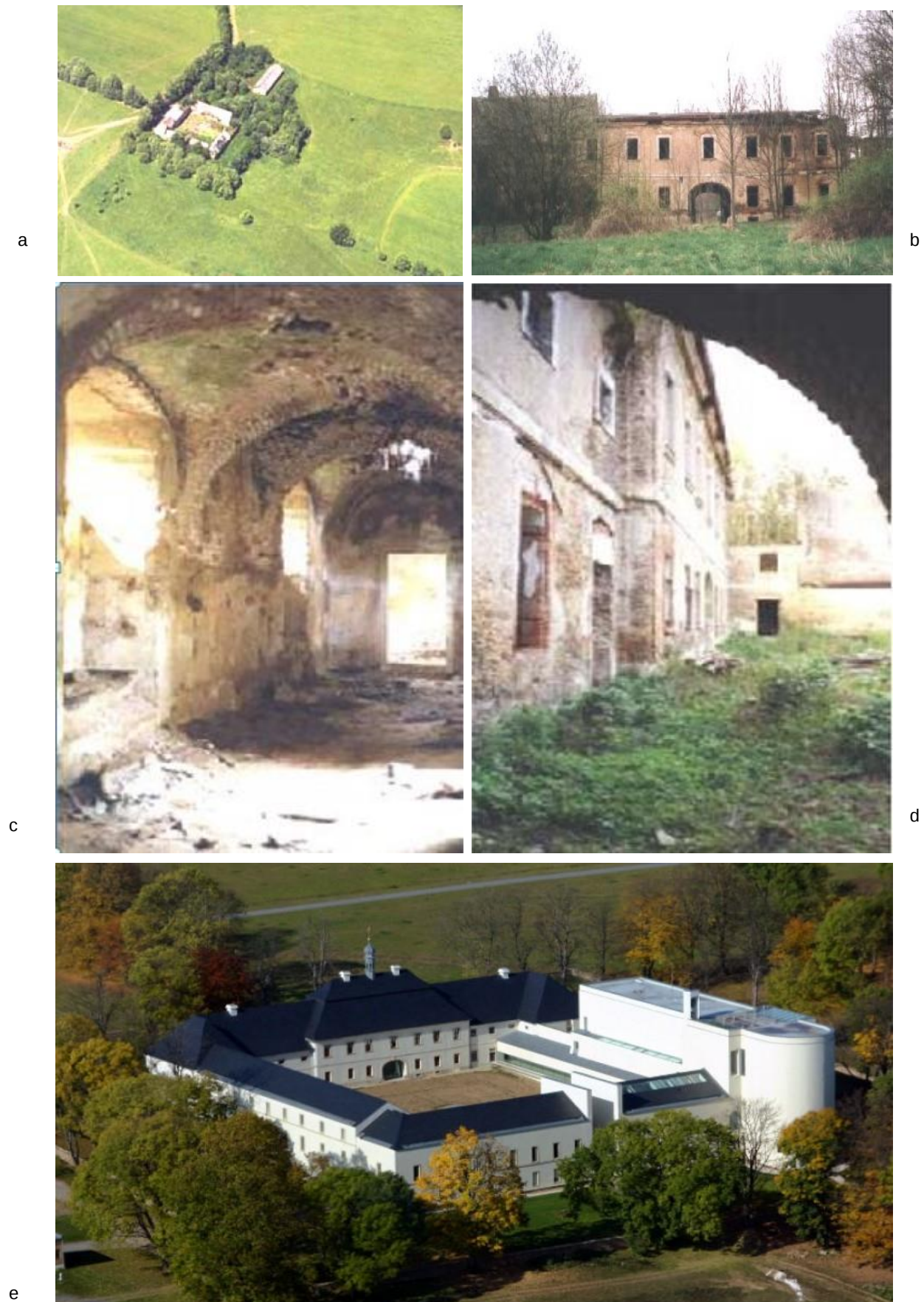


Figura 3.18 - Ruínas do edifício antes da intervenção em a), b), c), d), e em e) já depois da intervenção
Fonte: (Martins A. M., 2011)



Figura 3.19 - Imagens da percepção do espaço cisterciense depois da intervenção
Fonte: (Martins A. M., 2011)

3.2. Do Não Convento à Nova Função: Mosteiro de Odivelas

Quando pensamos numa ação operativa sobre um monumento como este, somos, quase sempre, tentados a salvaguardar-lhe a memória. Para isso nunca nos podemos divorciar das memórias que a vida de uma comunidade deixou, nem as memórias do seu fundador que sempre o apelidou “(...) “ o meu mosteiro”. Este era o seu mosteiro, que fundou na sua Quinta do Vale das Flores, “para sua grandeza” (Vaz, 2001, p. 5).

Todos estes detalhes têm de estar sempre presentes na tomada de qualquer decisão. Porque também sabemos que o edifício foi feito de história, de vivências, de adaptações às constantes necessidades que lhe eram confiadas, de mutações de estilos que ia sendo feito ao gosto da época.

Temos consciência também que muitas destas adaptações e mutações, principalmente após a morte da última freira, quando necessitou de mais uma adaptação, foram, segundo alguns historiadores, feitas de autênticas “mutilações”. “Adaptar não significa mutilar, mas neste caso, foi isso que aconteceu, (...)” (Vaz, 2001, p. 26).

Tal como nos refere Álvaro Siza Vieira, citado por Alexandre Alves Costa,

Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se transforma para se adaptar à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna. (Costa, 2002, p. 128).



Figura 3.20 – Os terrenos que outrora foram os pomares do Mosteiro e que confinam com a Ribeira de Odivelas
Fonte: (Autor, 2016).

A Nova Função e a Reorganização do Espaço

O trabalho de investigação e análise que efetuamos até este momento traz-nos de novo ao pensamento a importância do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo na dinamização do espaço ao longo do tempo, sendo determinante no desenvolvimento do Lugar onde está inserido. Isto apesar das várias adaptações e evoluções a que foi sujeito, nos diferentes períodos de construção (fig. 3.21).

Quando pensamos em propostas de projeto que levam o Património a novas funções, teremos de ter em mente as consequências dessa (re) utilização para a própria região, quer em termos económicos, sociais, históricos e de identidade.

As informações decorrentes das vivências provocadas, inicialmente pelo Mosteiro e mais tarde também pelo Instituto, são fundamentais na contribuição para a identificação dos valores de referência que nos poderão encaminhar para a elaboração de hipóteses de trabalho credíveis. Desta forma somos levados a situações de novas funcionalidades em novas áreas – museus, centros culturais, turismo de habitação, hotelaria, pousadas, ou mesmo novos espaços residenciais.



Figura 3.21 – Implantação do Mosteiro e do Centro Histórico nos diferentes períodos da sua construção (sem escala).

Fonte: (Autor, 2016)

As linhas de orientação estratégica que serviram de esboço à elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) do Município de Odivelas, apontam para carências a nível da habitação de qualidade, falta de equipamentos de hotelaria de qualidade superior, falta de espaços museológicos que reflitam a memória e identidade da cidade e carência de espaços culturais.

Apontavam, igualmente, no sentido da valorização do Património Histórico, paralelamente com a criação de áreas de lazer e cultural, revalorizando os espaços rústicos e naturais existentes na zona que envolve o Centro Histórico da cidade.

O Centro Histórico de Odivelas sempre foi um espaço de memória e de identidade com os valores e referências culturais da cidade. Daí a importância da sua preservação e regeneração, simultaneamente com a criação de novas oportunidades de comunicação extramuros.

Resultou desta importância a elaboração de um Plano de Pormenor do Centro Histórico, ainda a decorrer, que tem como principal objetivo devolver ao Centro Histórico a posição de centro urbano que nas últimas décadas, com o desenvolvimento urbanístico desordenado, foi destituído. Para isso há que considerar o seguinte, segundo as considerações do Município.⁶⁹

- Recuperação e reconversão de edifícios de qualidade e património arqueológico, integrando-os na nova proposta de estrutura urbana;
- Reconversão de áreas habitacionais obsoletas e vazios urbanos existentes, através da criação de uma nova malha urbana, de modo a conferir uma imagem atual à área;
- Criação de espaços públicos de qualidade, de modo a atrair visitantes e a potenciar o turismo;
- O estabelecimento de medidas e ações de proteção, integração e valorização das vertentes/margens da Ribeira de Odivelas, como elemento caracterizador da paisagem e de ligação à cidade;
- Melhoria do ambiente urbano, através da criação de espaços verdes urbanos;
- Promoção dos equipamentos coletivos de identidade e referência urbana;
- Recuperação e valorização do património cultural;

Tendo em conta, cumulativamente com os objetivos enumerados anteriormente, as carências apontadas pelas linhas de orientação estratégica que serviu de esboço à

⁶⁹ Extraído do Aviso n.º 6883/2010 do Município de Odivelas, que deu início à elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Odivelas.

elaboração do PDM de Odivelas, o programa de ação, que apontamos, irá ser estruturado e desenvolvido em três projetos de intervenção:

- 1 – Redefinição do desenho urbano do Centro Histórico como forma de devolver o Mosteiro à cidade;
- 2 – Valorização do Património com a criação de novas funções, diferentes polos de atração cultural e o desenvolvimento de um espaço simbólico.
- 3 – Requalificação dos jardins do Mosteiro que confinam com as margens da Ribeira de Odivelas;

Projeto 1 – Redefinição do Desenho Urbano do Centro Histórico

O centro que identifica a cidade de Odivelas e que se foi desenvolvendo em redor do Mosteiro tem vindo, com o decorrer dos últimos anos e principalmente com o encerramento do Instituto de Odivelas, a sofrer um processo de descaracterização e até de algum abandono.

As causas desta alteração são idênticas a de muitos outros Centros Históricos. O aumento de mobilidade e a crescente atratividade noutros centros muito próximos faz com que a vida quotidiana se desvie e se mova criando novas centralidades, mais afastadas do Centro Histórico.

A cidade foi-se desenvolvendo à procura das grandes vias de comunicação que conduziam à capital. Este desenvolvimento apresenta edifícios de habitação de má qualidade, sem se atender ao equilíbrio urbano, paisagístico e patrimonial. Com o tempo, o Centro Histórico foi

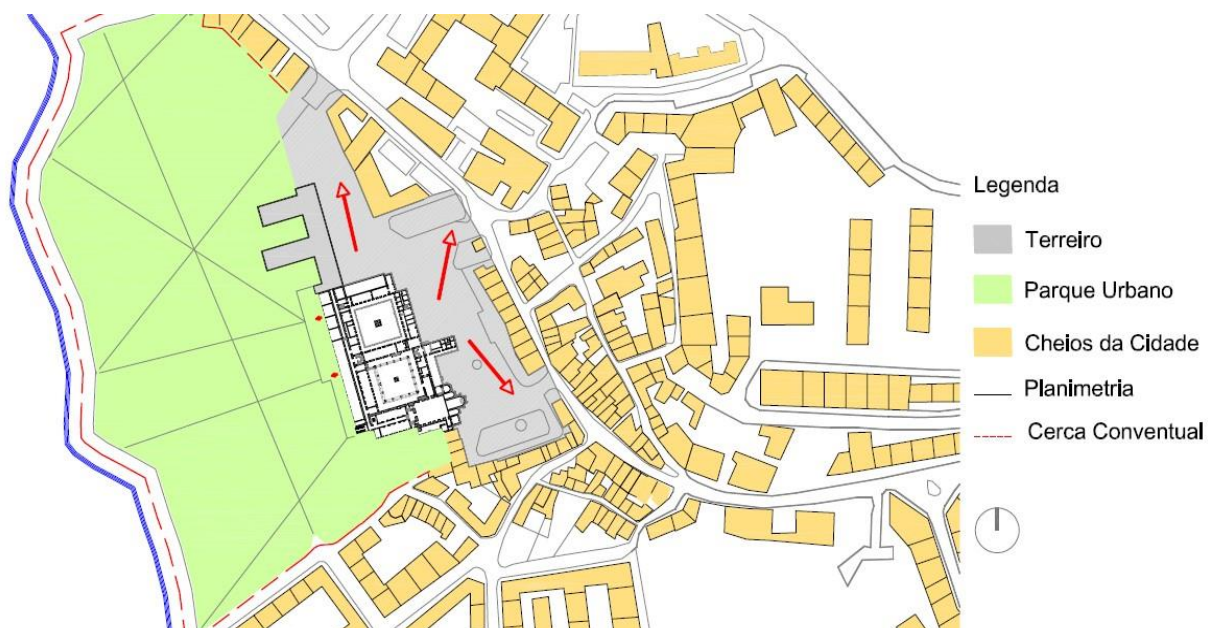


Figura 3.22 – Imagem com a proposta do novo desenho urbano que abre o Mosteiro ao Centro Histórico (sem escala).

Fonte: (Autor, 2016)

perdendo algum do seu simbolismo e o Mosteiro foi-se escondendo nas suas memórias.

O primeiro nível da nossa proposta visa, fundamentalmente, resgatar o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo do seu esquecimento e integrá-lo, de novo, com o Centro Histórico, com a cidade de Odivelas e com as pessoas. Na verdade não é fácil esquecer que em 1834 escapou “ (...) à condição de montanha de pedras soltas em que se tornara (...)” (Saraiva C. A., 1995, p. 78), mas voltou. E voltou com novas funções nos mesmos espaços carregados de história e simbolismo.

Através da implantação da zona que envolve o Centro Histórico e o Mosteiro, é evidente a forma enclausurada que o próprio edifício monástico se demarcou do restante núcleo urbano. Desta forma, a nossa proposta visa desenvolver uma relação de complementaridade funcional entre o Mosteiro e a cidade.

Para tal (fig. 3.22) é fundamental refazer o desenho urbano de modo a romper novas vias de comunicação que fomenta e afirme a reaproximação entre a zona que envolve o monumento, dando a conhecer as monumentais praças que o servem, interligando-as.

Sabendo nós da cumplicidade entre o Mosteiro de Odivelas e o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, pertencente ambos à ordem de Cister e edificadas segundo as mesmas regras, seria um dos nossos objetivos a recriação de um espaço tendo com referencia o projetado por Gonçalo Byrne e Falcão de Campos, em 2002, aquando da requalificação da zona envolvente à Abadia de Alcobaça (fig. 3.23).



Figura 3.23 – O Terreiro que relaciona o Mosteiro com a cidade de Alcobaça
Fonte: (Autor, 2016)

Projeto 2 – Valorização do Património com a criação de novas funções

Na elaboração do seu novo PDM, o Município de Odivelas foi-se apoiando, ao longo dos últimos anos, em linhas de orientação e estratégia, sendo de destacar os Estudos de Orientação para o Planeamento do Concelho de Odivelas (EOPCO), em 2003.

O EOPCO define carências, entre outras, nas áreas culturais e turísticas, levando a crer que apostas em espaços que fossem neste sentido teriam excelentes possibilidades de êxito. Também a nível gastronómico, musical e artístico, o concelho de Odivelas vive do associativismo e boa vontade da população. Desta forma seria de elevado interesse a criação de espaços culturais, artísticos e de lazer, de forma a permitir um permanente relacionamento e interação entre a cidade e a cultura.

Associar à cultura uma estratégia educativa como fomento da própria cultura, seria uma outra forma de intercâmbio entre o espaço simbólico e histórico e a cidade. Esta relação poderá ser através da criação de conservatórios de ensino musical e artístico e com a criação de uma orquestra musical do concelho.

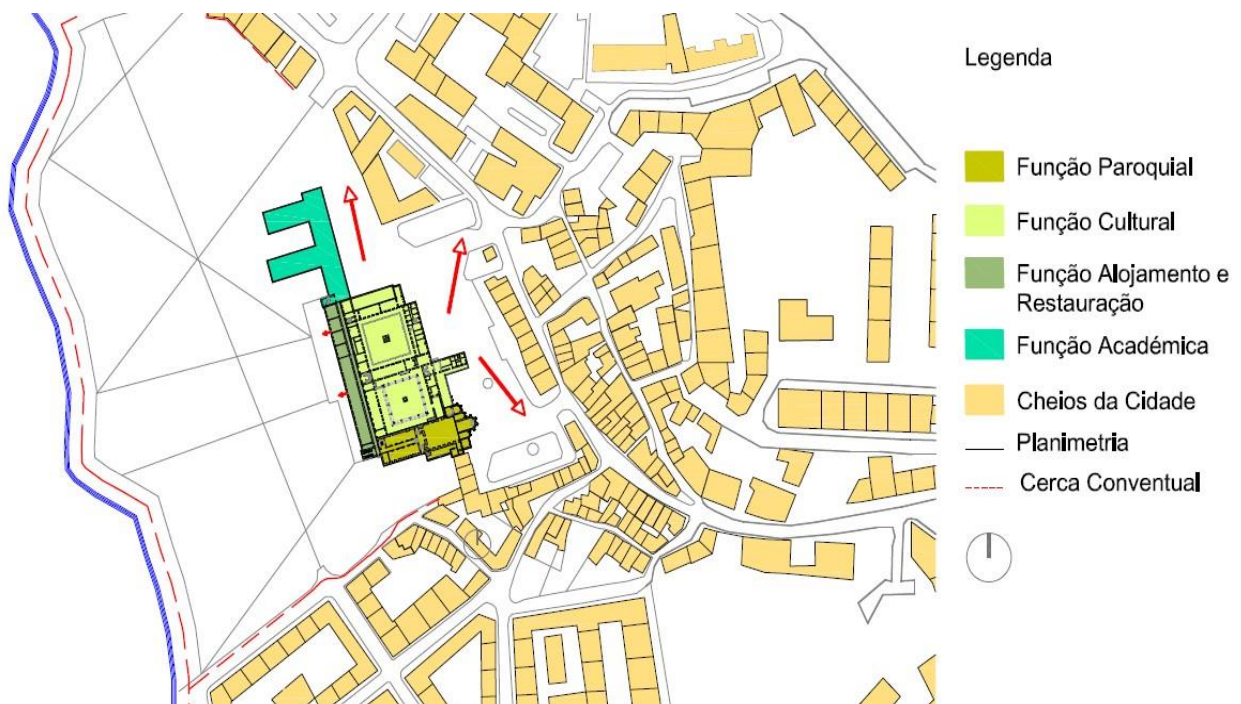


Figura 3.24 – A valorização do Património nas suas novas funções. (sem escala)
Fonte: (Autor, 2016)

Desta forma a nossa proposta, neste segundo plano de intenções, visa, fundamentalmente, a aposta em espaços que permitam destacar a identidade da cidade através da valorização do seu património arquitetónico, cultural e histórico, particularmente o Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas. Este objetivo será concretizado com uma interação e diversidade de interesses locais, em volta de diferentes formas de expressão em prol da ação pública.

Deste modo, propomos a divisão do Mosteiro em quatro conjuntos que se complementam na relação com o Centro Histórico e com a cidade:

- a. A Igreja continuará com a sua função paroquial;
- b. Os Claustros e toda a área que os envolve são, a seguir à Igreja, a zona do Mosteiro com mais simbolismo histórico e arquitetónico. Daí ser o ideal para o espaço simbólico e representativo do concelho, como museu e espaço cultural;
- c. Toda a zona a Norte do Mosteiro, que inicialmente funcionava com pequenos anexos, e que após as obras de reconversão e ampliação em 1945, passou a desempenhar funções académicas, continuará a ter a função de escola;
- d. A ala do Mosteiro virada para o jardim e para a Ribeira de Odivelas passará a funcionar com funções de alojamento.

Claustros e espaço envolvente

A intervenção na zona dos Claustros visa transformar o menos possível o espaço existente, de forma a realçar o carácter espiritualista segundo a regra de S. Bento, ideal cisterciense. Nestes espaços irá ser beneficiada a luz natural e o despojo sagrado tão característico daquela arquitetura.

O espaço do Claustro Novo irá acolher, nas suas alas, Galerias para programas de conteúdo museológicos onde se torne visível todo o simbolismo histórico do Mosteiro e da cidade de Odivelas. No Claustro da Moira, uma das galerias será forçosamente para exposição e venda de artesanato e doceria tradicional local. A marmelada branca, um desses doces conventuais, foi durante muitos séculos produzida pelas freiras do Mosteiro. Foi com a última freira e através do seu livro de receitas de doces que a receita passou para a sociedade civil.

O primeiro piso é ainda composto por uma biblioteca, uma sala de receção e uma área para os serviços administrativos. Numa das alas do Claustro da Moira, a que confina com espaço destinado ao Conservatório de Artes, irá funcionar um auditório. Este servirá, simultaneamente para apoio à função académica e para eventuais concertos de música, ou de outro tipo, no âmbito de eventos culturais a desenvolver no Mosteiro (fig. 3.25).

O piso superior será destinado a espaços destinados, essencialmente, a salas de exposições temporárias e salas de congressos. A Sala de Congressos, e porque Odivelas está servida com o Pavilhão Multiusos, será dedicada, exclusivamente, a temas do Património arquitetónico e cultural e a sua relação com o desenvolvimento do Espaço Público (fig. 3.26).

O último piso e como ocupa apenas o espaço que dá para o alçado principal do Mosteiro será destinado a ateliers de trabalho e a salas de apoio que eventualmente sejam necessárias no âmbito das funções exercidas nos pisos inferiores (fig. 3.27).

Desta forma, os claustros serão o espaço de recriação do simbolismo do concelho, enriquecido com a introdução de Museus temáticos que reforcem a identidade local. Com a criação de um circuito entre os Monumentos Nacionais e Municipais do Centro Histórico; Quinta da Memória, Memorial de Odivelas, Núcleo Antigo, Igreja Matriz de Odivelas, Largo D. Dinis e o Mosteiro, teríamos o espaço simbólico de Odivelas. Assim privilegiava-se o espaço histórico e simbólico, embora resultando do mesmo uma nova função.

Zona Norte do Mosteiro

Na zona mais a Norte do Mosteiro e naquela onde a intervenção de 1945, efetuada pelo Estado Novo, foi a mais incisiva na caracterização académica do espaço monástico, seria o espaço ideal para um Conservatório de música e outras artes. A escolha deste espaço prede-se, por um lado pelo associativismo e algum amadorismo ⁷⁰ que a atividade musical detém no concelho de Odivelas, e também pelo fato de estarmos a propor uma função muito próxima de que o espaço viveu até há muito pouco tempo.

O edifício a propor (fig. 3.24) será dirigido a dois tipos de utilizadores: os músicos e o público em geral. Neste sentido, o espaço a criar terá de ser flexível e capaz de se adaptar às necessidades próprias de um Conservatório, e, simultaneamente, capaz de acolher as necessidades culturais próprias de uma população como a do concelho.

⁷⁰ Carência apontada pelos Estudos de Orientação para o Planeamento do Concelho de Odivelas.

Desta forma, teríamos no primeiro piso a área mais flexível, capaz de acolher esta heterogeneidade de interesses, e, simultaneamente, ser capaz de gerar complementaridades com os claustro e restante Mosteiro. A colocação do auditório naquele espaço seria com o objetivo de servir de elo de ligação entre os diferentes espaços.

Nos pisos superiores da zona Norte do Mosteiro localizar-se-iam as áreas mais adequadas à atividade do Conservatório.

Alojamentos a sudoeste

Adaptar o Património histórico ao turismo, quer ele seja cultural ou turismo rural, tem sido usual acontecer em Portugal desde os anos 50 e 60 do século passado. Esta adaptação deve-se à crescente necessidade de habilitar os edifícios com valor patrimonial a novas funções, e, simultaneamente, com esse novo uso fazer face às muitas despesas de manutenção.

Dadas as condições espaciais dos edifícios conventuais se aproximarem da ideia de pousada, de hotel, de turismo rural ou mesmo de alojamento local, e tendo em conta as carências que o município de Odivelas vive nesse âmbito, é nossa intenção dotar o Mosteiro dessa valência.

Será intenção propor uma zona de alojamentos locais e de turismo de habitação para a ala que fica no alçado posterior do Mosteiro, onde, com as obras de requalificação e ampliação a Instituto em 1945, funcionaram os alojamentos das alunas internas do estabelecimento de ensino.

O piso zero funcionará como espaço social, com esplanadas para a estrutura verde e de apoio à vertente desportiva e de lazer a desenvolver no Parque Urbano. Nos pisos superiores funcionaram alojamentos, que poderão ser de apoio aos movimentos culturais e congressos que funcionarão nos Claustros.

Assim, teremos a nova distribuição, por pisos, do Mosteiro de Odivelas com a seguinte reutilização funcional:



Figura 3.25 – A Reutilização do espaço monástico no piso 0 (sem escala)
Fonte: (Autor, 2016)

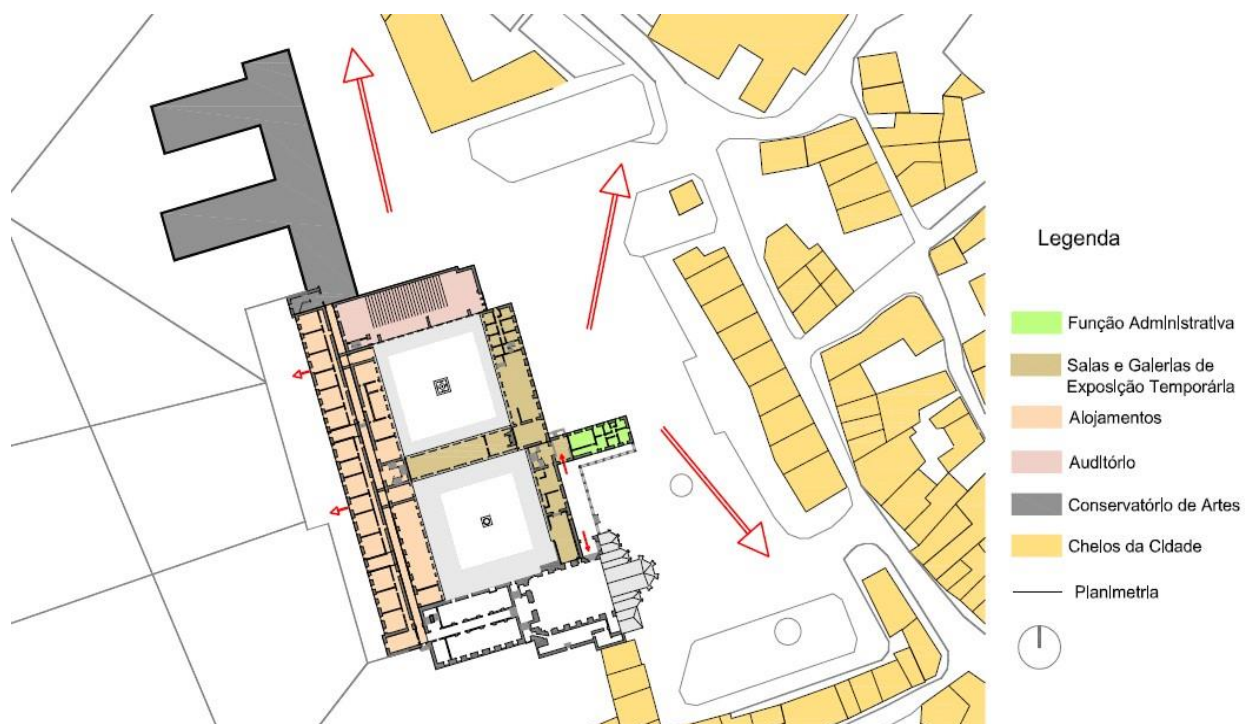


Figura 3.26 – A Reutilização do espaço monástico no piso 1 (sem escala)
Fonte: (Autor, 2016)

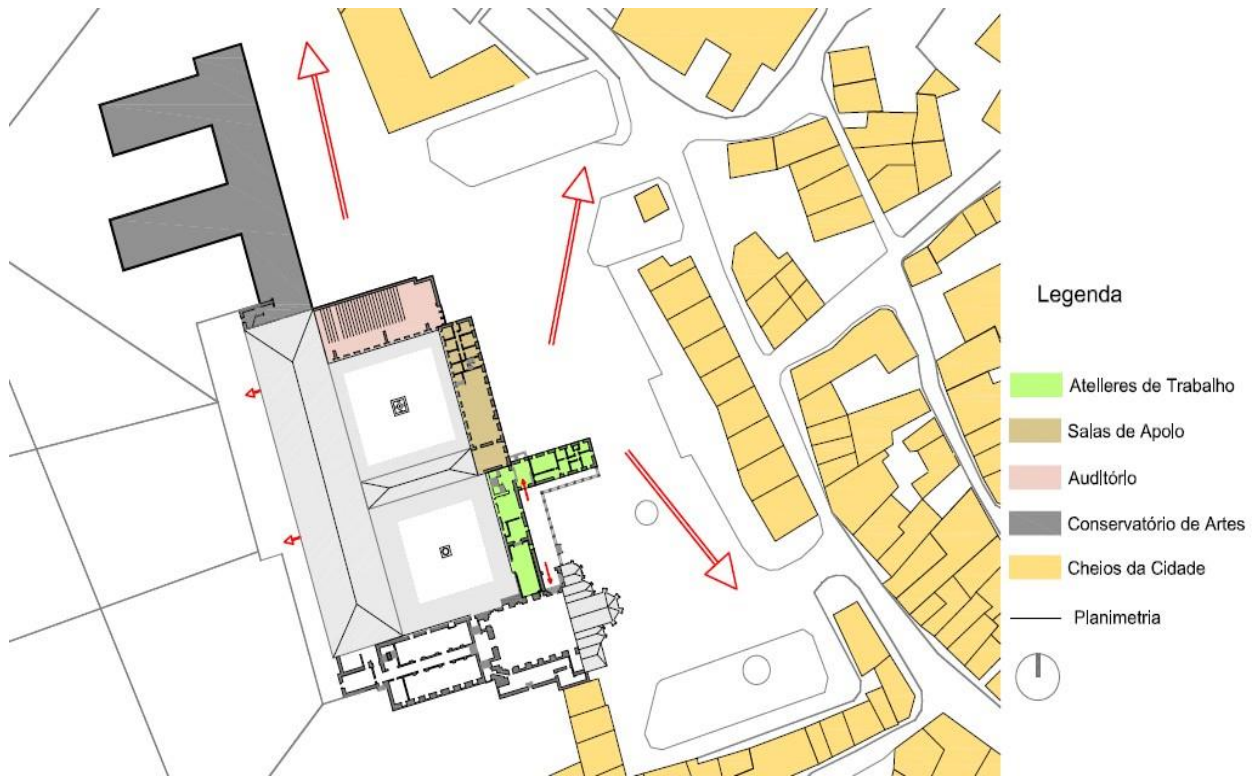


Figura 3.27 – A Reutilização do espaço monástico no piso 2 (sem escala)
 Fonte: (Autor, 2016)

Projeto 3 – Requalificação dos Jardins do Mosteiro

Sendo uma das premissas essenciais, o desenvolvimento sustentável aposta na valorização ambiental do concelho de Odivelas. Neste sentido, a renovação, reabilitação e reutilização dos elementos naturais são uma das preocupações nesta proposta. Assim, o Plano 3 da nossa investigação aposta na valorização da paisagem e do ambiente urbano, permitindo o equilíbrio entre o espaço verde e o construído. Falamos, essencialmente, na requalificação da Ribeira de Odivelas e na zona a poente do Mosteiro.

Esta estratégia passa, para além da distribuição correta do uso dos solos e na adequada distribuição funcional, pela valorização das relações sociais que a ligação desta estrutura verde à cidade possa beneficiar. Com este objetivo seriam criadas estruturas de ligação ao Mosteiro e ao Centro Histórico, nomeadamente a criação de corredores verdes e zonas pedonais.

Esta estrutura verde deverá ainda incluir:

- Jardins onde fosse possível recriarem no presente o sentimento pelo passado feito de dedicação, orgulho, e conhecimento de quem por lá foi vivendo; Desta forma seria um dos principais objetivos recuperar as lembranças vivas do passado através de uma geometrização do espaço natural e da criação de percursos ornamentados com buxo;
- Áreas desportivas e de lazer, como piscinas, campos de ténis e mini golfe, onde predominasse o manto verde;
- Áreas destinadas a hortas urbanas com uma grande componente educativa;
- Áreas destinadas a pomares, recriando um dos usos da vivência monástica na produção da marmelada branca de Odivelas;
- Área ribeirinha local com percursos pedonais como zona de paisagem natural arborizada.

Desta forma, a ala do Mosteiro virada para o jardim, reutilizada numa estrutura de turismo local, servida no piso térreo, por infraestruturas de convívio e lazer, terá neste enquadramento verde a ligação entre a estrutura urbana do Centro Histórico e o Mosteiro como centro cultural e simbólico do Município de Odivelas.

Assim, teremos o jardim do Mosteiro que está delimitado pela Cerca Conventual com a seguinte reutilização funcional:

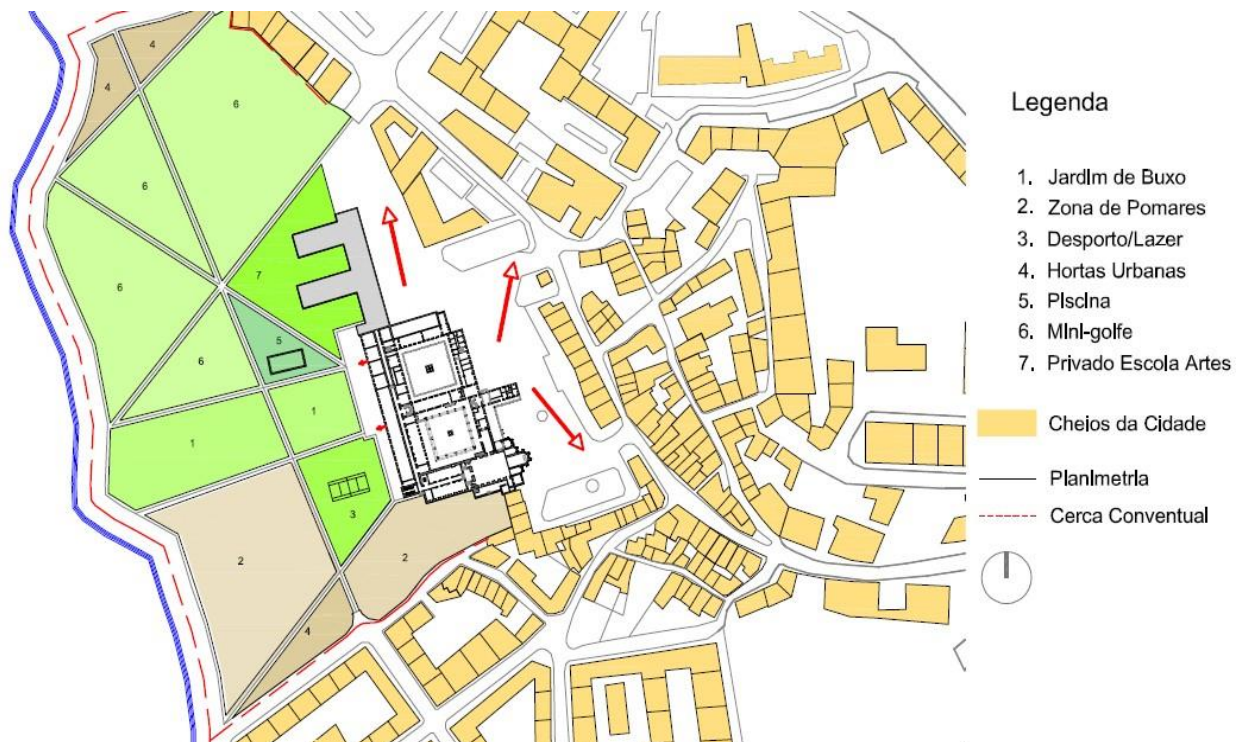


Figura 3.28 – A Reutilização do espaço ribeirinho com a ligação ao Mosteiro e à cidade, (sem escala).
Fonte: (Autor, 2016)

Conclusão

Como ocorre em todas as situações em que se termina um trabalho, uma investigação ou uma análise, impõe-se sempre uma reflexão que estabeleça o vínculo entre as nossas preocupações iniciais e o resultado das pesquisas encetadas em torno do tema e do objeto. Convenhamos que investigar sobre o Mosteiro e a cidade de Odivelas, não sendo uma tarefa fácil pelos embaraços que ao longo da pesquisa se interpuseram, é sempre um trabalho convidativo e motivante. O ensejo de saber mais sobre a história, a vivência e a cumplicidade entre o Mosteiro e o Lugar, foi sempre impulsionado pelo encanto de cada passo de descoberta.

O principal objetivo da nossa investigação era perceber a forma como as constantes reconversões funcionais dos edifícios religiosos, fundamentalmente a partir de 1834, influenciavam a caracterização e desenvolvimento do Lugar. Este trabalho concentrou-se no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e na cidade de Odivelas.

Estamos certos de que o propósito de D. Dinis, quando decidiu fundar um mosteiro na sua Quinta das Flores, foi, para além dos motivos óbvios para a época, povoar e incentivar o desenvolvimento cultural do sítio. Mais certos estamos de que os seus objetivos foram claramente atingidos.

No entanto, também não nos restam dúvidas que as constantes mutações a que o Mosteiro foi sujeito ao longo da sua história, foram determinantes na preservação da sua identidade e fundamentais na procura constante do seu equilíbrio. Estas metamorfoses foram fruto da necessidade de responder a novos programas funcionais e de adaptação a novos tempos, novas realidades e novas pessoas.

Ainda antes de refletirmos na exposição das conclusões sobre o caso de estudo, há que pensar em duas premissas de elevada importância para a conceção deste trabalho de investigação e para a sua compreensão. Falamos na arquitetura e nas regras de S. Bento, que vinculavam a vida cisterciense.

Ao longo da história, a arquitetura foi sempre uma arte reveladora do caráter social e do pensamento de uma época. Tal se revela quer na tecnologia de construção, quer na própria conceção do espaço e do seu significado quando inserida no Lugar. Parafraseando Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a arquitetura portuguesa “(...) tem que ser sentida e apreciada *in situ* e nos seus contornos geográficos e históricos” (Almeida C. A., 1992, p. 75).

Paralelamente e com alguma relação, temos os sinais que a Ordem de Cister imprimiu no Património Cultural. Ensinados no espírito da regra de S. Bento, na procura da solidão, da independência e da simplicidade, as comunidades de monges cistercienses teriam de ser capazes de desbravar o terreno por forma a construírem, para habitar e a trabalhar a terra para sobreviver.

Como sequência desta forma de estar, o espaço cisterciense ia ao encontro dos princípios enunciados pela Regra que os orientava: encontrar terrenos desnivelados e perto de linhas de água, de modo a construírem a espiritualidade do seu espaço em edificações austeras, de paredes brancas, espessas e despidas de quaisquer ornamentos supérfluos. Consequentemente, não será difícil perceber a mutação e adaptabilidade que o espaço cisterciense era capaz de encenar, com o propósito de enquadrar-se em cada território.

Apesar deste despojo de ornamentos, não se pode afirmar que a sua arquitetura fosse estática. Pelo contrário, os monges de Cister tiveram a sapiência de utilizar e de adaptar a sua arquitetura ao Lugar onde implantavam as suas fundações. Daí esta conceção do espaço cisterciense ser o prenúncio das constantes reutilizações a que se foi sujeitando, depois da extinção das Ordens Religiosas em 1834.

Para além das consequências desta extinção e das marcas que pontuaram a paisagem onde estavam inseridas, importa referir a importância destes edifícios religiosos no contexto nacional. Tendo Lisboa como referência, cumpre recordar que, entre o início do século XII e 1834, foi construída mais de uma centena desses edifícios. Se os compararmos com o número de habitantes, por exemplo na altura do terramoto em Lisboa, seriam sensivelmente 250.000. Esta relação deixa-nos a ideia da sua importância no tecido urbano em Portugal.

A apropriação por parte do Estado dos edifícios conventuais, independentemente de toda a complexidade que marcou esse momento, e apesar de José Augusto França nos referir que Portugal está sempre numa situação de atraso e incompreensão aos valores da civilização (França, 1980, pp. 93-104), a questão da conservação do Monumento Nacional torna-se essência dos debates intelectuais, desde finais do século XIX. A partir desse momento, o debate teórico em redor das intervenções no património arquitetónico cresce e torna-se envolvente.

Depois desta investigação, torna-se-nos claro que, embora a primeira metade do século XIX tenha sido crítica em termos sociais, económicos, políticos e culturais, é a partir da sua segunda metade que a arquitetura e as outras disciplinas da arte começam a ter um papel determinante na procura de uma nova Identidade Nacional.

O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas é como todo o património conventual herdado das Ordens Religiosas, um edifício sujeito a diversas reformulações desde a sua fundação. Não foi apenas pela história atribulada que viveu nos séculos XIX e XX, mas, igualmente, pela dinâmica própria da comunidade religiosa, na criação de novos impulsos artísticos próprios de cada época. Assim se consegue explicar a razão por que aparece hoje destituído da sua configuração original.

Construído numa paisagem natural, num ambiente de grande beleza, embora solitário e com algum declive, obedeceu às regras de S. Bernardo e aos princípios cistercienses. São várias as marcas da sua influência no desenvolvimento urbano, inicialmente no Centro Histórico e, mais tarde, na formação do Município de Odivelas.

O Largo de S. Dinis, outrora couto do Mosteiro, é uma das marcas que denota a existência de um lugar onde a população se reunia e onde o aglomerado habitacional era constituído, além do Mosteiro, por construções arquitetónicas únicas. Recordamos o edifício da Arcada, casa do pároco, o coreto e a fonte pública.

A extinção do Mosteiro com a morte da última freira, no início do século XX, levou o edifício conventual a receber obras de conservação, ampliação e adaptação às suas novas funções académicas. Durante muitos anos, apenas o espaço funcional da Igreja foi público, aberto à população de Odivelas, para a celebração de missas. Os Claustros, a área que os envolve e todo o restante espaço, eram ocupados pelo Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso). Do que analisamos, em todas estas mutações, o Mosteiro e o Centro Histórico souberam encontrar os seus equilíbrios e continuaram as suas histórias.

Mas hoje, que as meninas de Odivelas abandonaram o edifício, o Monumento Nacional revive os fantasmas do pós 1834. Se todas as transformações que foram acontecendo ao longo dos tempos tiveram reflexos determinantes na caracterização e evolução da estrutura urbana e na paisagem, hoje em dia, as diferentes metamorfoses sociais e políticas fizeram do Mosteiro uma obra estática e apática. O que noutros tempos tinha exercido o carácter influenciador passou a constituir um facto passivo e influenciado pela evolução social, económica e cultural do progresso.

São todas estas circunstâncias que nos fazem parar para pensar e concluirmos, acima de tudo, que investigar sobre o Mosteiro de Odivelas foi um trabalho motivante. Quando sentíamos que já tínhamos investigado tudo, aparecia sempre um pequeno detalhe que nos levava a recomeçar a investigação. Nesta necessidade de saber mais sobre a sua história e vivências encontramos o fascínio deste trabalho.

A ação operativa de devolver o Mosteiro ao Centro Histórico, à cidade e à população, não foi tarefa simples. O simbolismo, a memória e a história eram premissas a salvaguardar. As palavras de Souto Moura, “procura de novos equilíbrios” e as de Siza Vieira, “se deve adaptar à realidade para lhe conferirmos forma”, faziam eco quando procurávamos novas funções para o espaço monástico.

A abordagem que fizemos ao património do Município de Odivelas permite-nos hoje conhecer melhor a sua diversidade, mas também nos dá a entender a necessidade de conservar, salvaguardar e qualificar, por percebermos que o legado arquitetónico de que somos herdeiros desempenha um papel importante e de elevado valor na solidificação social.

Desta forma, desenvolvemos a nossa proposta em três níveis de intervenção, com o objetivo de permitir a criação de novas oportunidades de comunicação entre o espaço do Mosteiro e a cidade de Odivelas.

No primeiro propusemos a redefinição do desenho urbano do Centro Histórico por forma a abrir a zona envolvente ao alçado principal do Mosteiro e criar funções de vínculo com a cidade. Um segundo nível visa, essencialmente, o envolvimento do Mosteiro na criação de funções culturais que permitam a interligação permanente com a cidade e com o cidadão. Por fim, numa ação de complementaridade com os restantes níveis funcionais e numa aposta na valorização da paisagem natural, havia a necessidade de requalificar o jardim do Mosteiro e toda a zona que confina com a Ribeira de Odivelas.

Depois do nosso trabalho de investigação que terminou com as propostas de intervenção, ficamos cientes que ao Monumento em si há que perpetuá-lo. No entanto, fazendo-o com que se adapte às necessidades reais, criando-se funções que encontrem soluções para as novas exigências, sem que se perca a sua autenticidade formal e física e sem nos esquecermos dos valores e das vivências passadas, delas ficando a memória e o simbolismo. É importante a recriação de espaços culturais, artísticos e de lazer, de forma a permitir uma interligação e um relacionamento entre a Cidade, o Mosteiro e a Cultura. Não podemos parar no tempo.

Bibliografia

(s.d.).

Almeida, C. A. (1992). *A Arquitetura. in Nos confins da Idade Média*. IPM.

Almeida, C. A. (2001). *História da Arte em Portugal: O Romântico* (Vol. 2). Lisboa: Alfa.

Almeida, F. (1970). *História da Igreja em Portugal* (Vol. III). Lisboa: Livraria Civilização.

Almeida, P. V. (1986). *A Arquitetura Moderna em Portugal in História da Arte em Portugal* (Vol. 14). Lisboa: Edições Alfa.

Alves, A. (1995). *O Real Mosteiro de São Cristóvão de Lafões*. Viseu: Camara Municipal de Viseu.

Amado, P. J. (1859). *Os Conventos de Religiosas em Portugal e na Inglaterra*. Lisboa: Tipografia de G. M. Martins.

Angelillo, A. (1994). Obras de Souto Moura, uma interpretação. In L. Trigueiros, *Eduardo Souto de Moura* (pp. 9-26). Lisboa: Blau.

Augé, M. (2007). *Não Lugares, Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

Bronseval, C. d. (1970). *Peregrinatio Hispânica: Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Paris: Presses Universitaires de France: Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

Cabral, M. J. (1995). *O Livro de Receitas da ultima freira de Odivelas*. Lisboa: Ed. Verbo.

Caeiro, B. M. (1989). *Os Conventos de Lisboa*. Lisboa: Distri Editora.

Cardoso, P. J. (1758). Memórias Paroquiais n.º 6, Odivelas 1758. In P. J. Cardoso, *Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 26* (p. 59 a 70). Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Castello-Branco, C. (1868). *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, Bispo de Grão-Pará*. Porto: Porto.

Cecilia, F. M., & Levene, R. (2005). *Rehabilitacion para Pousada del Monasterio de Santa Maria do Bouro. In Croquis Publicacion de la architecture construccio y disenho n.º 124*. Croquis Editorial.

- Cecilia, Fernando Marquez; Levene, Richard. (2005). *Monastery of Our Lady of Novy Dvur. In Croquis Publicacion de la arquitectura construccio y disenho n.º 127*. Lisboa: Croquis Editorial.
- Choay, F. (2013). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CMO. (1999). *Concelho/História*. Obtido em 2016, de Site Oficial da Camara Municipal de Odivelas: <http://www.cm-odivelas.pt>
- CMO. (2009). *Patrimonio Arquitetónico e Geológico, Planta n.º 17*. Obtido em 2016, de Camara Municipal de Odivelas: <http://www.cm-odivelas.pt>
- Cocheril, D. M. (1959). *Abadias Cistercienses Portuguesas: Inventário e Cronologia das Abadias do Século XII*. Lisboa: Lusitania Sacra.
- Cocheril, D. M. (1972). *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal* (Vol. V). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Portugues.
- Cocheril, D. M. (1976). *Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Cocheril, D. M. (1978). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português.
- Cocheril, D. M. (1981). *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Collová, R. (2001). Santa Maria do Bouro, uma história continua. In E. S. Moura, *Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com pedras de um Mosteiro* (pp. 45-64). Lisboa: White & Blue, Lda.
- Costa, A. A. (2002). A Arte de Construir a Transformação. *Estudos-Património*, pp. 124-128.
- Cunha, J. A. (2005). Multidisciplinaridade na arquitectura cisterciense: pistas para o estudo e salvaguarda da sua autenticidade. In AAVV - *LUSITANIA SACRA* (pp. 439-454). Lisboa: UCP, 2ª série, 17.
- DGLAB. (19 de Junho de 2012). *Arquivo Nacional Torre do Tombo*. Obtido em 23 de Janeiro de 2016, de Secretaria de Estado da Cultura: <http://antt.dglab.gov.pt>

- DGPC. (2001). *Sipa, Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico*. Obtido em 18 de 01 de 2016, de Direção Geral do Património Cultural: www.monumentos.pt
- Dias, G. C. (1997). *Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média in "Bernardo de Claraval. Apologia para Guilherme, Abade"*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Dias, G. C. (2003). Liturgia e Arte: Diálogo exigente e constante entre os Beneditinos. *Revista da Faculdade de Letras do Porto, II*, pp. 291-310.
- Dias, G. C. (2006). *A "Aleitação" de S. Bernardo, marca da Devoção Mariana dos Cistercienses in As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Diaz, M. L. (2000). *El saber de la arquitectura y de las artes*. Marcelona: Edicions UPC.
- Duby, G. (1993). *O Tempo das Catedrais - A Arte e a Sociedade, 980-1420. Do original Le Temps des Cathedrales, L'art et la Société, 980-1420 (1966-1967). Traduzido por Jose Saramago (1.ª ed.)*. Mafra: Editorial Estampa.
- Embaixada de Portugal Junto da Santa Sé.* (2009). Obtido em 30 de 05 de 2016, de Ministerio dos Negocios Estrangeiros: <https://santase.embaixadaportugal.mne.pt/>
- Figueira, J. (2004). *Eduardo Souto Moura. In Arquitetos Portugueses Contemporaneos*. Lisboa: Publico.
- Figueiredo, A. C. (1889). *O Mosteiro de Odivelas, casos de Reis e memórias de Freiras (2ª ed.)*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Fontes, L. (2001). A Intervenção Arqueológica. In E. S. Moura, *Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com pedras de um Mosteiro* (pp. 77-79). Lisboa: White & Blue, Lda.
- França, J. A. (1977). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand, S.A.R.L.
- França, J. A. (1980). *A Cidade Modernista in Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*. Lisboa: Bertrand editora.
- Godinho, V. M. (1975). *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa (2ª Edição ed.)*. Lisboa: Arcádia.

- Gomes, P. V. (1999). *Arquitetura de Mulheres Mundo de Homens. Intervenção da DGEMN em Edifícios de Mosteiro Femininos Extintos*. In *14,5 Ensaios de História e Arquitetura*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Gusmão, A. (1948). *A Real Abadia de Alcobaça* (1ª Edição ed.). Lisboa: Editora Ulisseia.
- Husserl, E. (1965). *A Filosofia como Ciência do Rigor*. Coimbra: Atlântica.
- León, J. H. (2001). Porque perguntar é uma devoção do pensamento. In E. S. Moura, *Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro* (pp. 15-20). Lisboa: White & Blue, Lda.
- Lisboa, C. M. (2005). *arquivo Municipal da cm*. Obtido em 19 de 01 de 2016, de Arquivo Municipal de Lisboa: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>
- Lisboa, S. C. (2016). *Museu de São Roque*. Obtido em 03 de 05 de 2016, de <http://www.museu-saoroque.com>
- Magalhães, P. d. (1951). O Mosteiro de Odivelas. *Ecos de Loures*, nº 26.
- Martins, A. M. (2010). *As Beiras, berço de Cister em Portugal: marcas de 9 séculos de arquitectura*, In *Actas IV Congresso Internacional sobre El Císter* (Vol. II). Braga: Ediciones Monte Casino.
- Martins, A. M. (2011). *Las Arquitecturas Del Cister En Portugal. La Actualidad de Seus Rehabilitaciones y Su Insercion En El Territorio*. 650 f. *Tese (Doutorado em História, Teoria e Composição Arquitetónica)*. Universidade de Sevilha.
- Martins, J. P. (1882). *História de Portugal, Tomo II* (3.ª ed., Vol. VI). Lisboa: Livraria Bertrand.
- Mattoso, J. (1997). *História de Portugal - Antes de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Editorial Estampa, LDA.
- Mattoso, J. (1997). *História de Portugal, A Monarquia feudal (1096-1480)* (Vol. II). Lisboa: Editorial Estampa, LDA.
- Mattoso, J. (1997). *O Liberalismo (1807-1890) in História de Portugal* (Vol. V). Lisboa: Editorial Estampa.
- Montaner, J. M. (1997). *La Modernidad Superada. Arquitectura, Arte y Pensamiento del siglo XX* (1ª ed.). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

- Mota, S. M. (2004). A acção de D. Frei Manoel de Mendonça à frente dos destinos da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo (1768-1777). In *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos* (pp. 771-779). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Moura, E. S. (2001). *Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White & Blue, Lda.
- Nesbitt, K. (2010). *Uma Nova Agenda Para a Arquitetura, Antopologia Teórica 1965-1995* (2ª ed.). S. Paulo: Cosac Naify.
- Neto, M. J. (1999). *A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999. in Caminhos do Património*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Norberg_Schulz, C. (1975). *Existência, Espaço y Arquitectura*. Barcelona: Blume.
- Norberg_Schulz, C. (1981). *Genius Loci: paysage, ambience, architecture*. (O. Seyler, Trad.) Hayen: Pierre Mardaga.
- Odivelas, B. d. (2002). *História do Instituto*. Obtido em 2016, de meninasdeodivelas: <https://meninasdeodivelas.wordpress.com>
- Odivelas, S. d. (2014). *Mosteiro de Odivelas*. Obtido em 2016, de <http://www.mosteirodeodivelas.org/blog/>
- Pereira, P. (1995). *História da Arte Portuguesa* (Vol. I). Lisboa: Temas e Debates.
- Pereira, P. (1999). *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pimentel, A. F. (2002). *Arquitectura e Poder, O Real Edifício de Mafra* (2ª Edição ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Pittoresco, A. (1862). *Semanário Ilustrado, V Volume*.
- Ramos, L. A. (1988). *Sob o Signo das Luzes*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Roth, L. M. (2007). *Entender la Arquitectura, sus elementos, história y significado. Com prologo de Josep M. Montaner*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Santarém, 2. V. (1827). *História das Côrtes Geraes*. Lisboa: Imprensa de Portugal.

- Santos, E. (1995). A Igreja em Portugal sob a monarquia absoluta. In J. Medina, *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias - Portugal Absolutista* (Vol. VII, pp. 183-212). Barcelona: Ediclube.
- Saraiva, C. A. (1995). *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*. Odivelas: OGRA/Ex.
- Saraiva, J. H. (1980). *As Invasões Francesas e a crise do fim do Regime in História de Portugal*. Lisboa: Alfa.
- Serrão, J. V. (1995). Marquês de Pombal: o Homem e o Estadista. In J. Medina, *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias - Portugal Absolutista* (Vol. VII, pp. 277-346). Barcelona: Ediclube.
- Silva, A. M. (2000). *Extinção das ordens religiosas, in Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- Silva, R. H. (1998). A «Casa Portuguesa» e os Novos Programas, 1900-1920. In A. T. BeckKer, *Arquitetura do século XX em Portugal - Exposições* (pp. 15-22). Munique: Prestel.
- Silveira, L. E. (1980). *A venda dos bens nacionais in Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciencias Sociais da Universidade de Lisboa.
- Simmel, G. (1967). *A Metrópole e a vida mental in VELHO, Otávio Guilherme, o fenomeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Távora, F. (1982). *Da organização do Espaço* (2ª Edição ed.). Porto: FAUP.
- Território, D. G. (2015). *Museu Virtual*. Obtido em Junho de 2016, de DGTerritório: <http://www.dgterritorio.pt>
- Tomé, M. M. (1995). *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Estudo Histórico-Arquitetónico - Ações para a Salvaguarda do Património Edificado*. 215 f. *Dissertação de Mestrado em recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico*. Universidade de Évora.
- Tomé, M. M. (2001). *Odivelas, um Mosteiro Cisterciense*. Odivelas: Comissão Instaladora do Municipio de Odivelas.
- UCLA, B. D. (2012). *Carolingian, Culture at Reichenau e St. Gall*. Obtido em 07 de Junho de 2016, de <http://www.stgallplan.org/>

Vaz, M. M. (2001). *O Real Mosteiro de S. Dnis*. Odivelas: Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

Vitruvius. (2006). *Tratado de Arquitetura. Traduzido e comentado por Manuel Justino Maciel e ilustrado por Thomas Noble Howe*. Lisboa: Ist Press.

Apêndices

Apêndice I

Cronologia da história conventual na área metropolitana de Lisboa

Edifício Conventual	Ano Const	Ocupação pós 1834	Ocupação atual
Convento de Chelas, Marvila	Séc.07	Real Colég. Cernache	Igreja Paroquial
C. São Vicente de Fora, Lisboa	1147	Ministério do Exército	Arquivo do Exército
C. São Saturnino, Sintra	Séc.12	Paço Episcopal	Paço Episcopal e Museu
C. São Francisco da Cidade, Lisboa	1217	Habitação	Unidade Hoteleira
C. São Domingos de Lisboa	1241	Academia das Belas Artes e Biblioteca	Faculdade das Belas Artes, Museu e Biblioteca
C. N.ª Senhora da Graça	1271	Igreja Paroquial	Igreja Paroquial
C. de Santo Elói, Estrela	1286	Ministério da Defesa	Igreja e Exército
C. Santa Clara, Campo de Santa Clara, Lisboa	1288	Guarda Municipal	Guarda Nacional Republicana
C. da Trindade, em Lisboa	1294	Arsenal Real do Exército	Oficinas Gerais de Fardamento do Exército
Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas	1295	Destruído em parte	Atual Cervejaria Trindade
C. do Carmo, Lisboa	1393	Instituto de Odivelas do Colégio Militar	Igreja e restante sem função
C. São Domingos de Benfica	1399	Guarda Municipal e Tribunal de Direito	Guarda Nacional Republicana
C. da Penha Longa, em Sintra	1400	Colégio S. Vicente da Paula	Igreja e Escola Militar
C. Santo António da Castanheira, Vila Franca de Xira	1402	Exploração agropecuária	Atividade comercial e turística, Hotel
C. da Trindade, em Sintra	1410	Reabilitado para habitação	Hotelaria rural
C. Santa Ana Ordem do Carmo, Sintra	1436	Adquirido p/particular	Residencial:Casa de quinta
C. de Pirescoxe, Loures	1460	Adquirido p/particular	Residencial:Casa de quinta
C. São Francisco de Xabregas	1460	Abandonado	Devoluto para venda
		Regimento de	Teatro Ibérico e Mediateca

C. São Bento de Xabregas	1461	Infantaria n.º1	de Formação Profissional
Mosteiro Santa Maria de Belém ou	1496	Real Hospital Militar	Espaço de eventos
Mosteiro dos Jerónimos		Casa Pia de Lisboa	Igreja, Monumento e Biblioteca
C. São Jerónimo, Sintra	1503	Abandono	Palácio Nacional da Pena
Mosteiro Madre de Deus, Penha de França	1509	Asilo D. Maria Pia	Igreja Paroquial e Museu Nacional do Azulejo
C. Anunciada S. Domingos	1515	Destruído em 1755	Destruído em 1755
C. da Nossa Senhora da Rosa, Lisboa	1519	Destruído em 1755	Edifício residencial com vestígios
C. Nossa Senhora da Esperança	1527	Corpo Municipal de Bombeiros	Destruído parcialmente para originar Av. D.Carlos I
C. de Santo António, Cascais	1527	Igreja Paroquial	Igreja Paroquial
C. N.ª S.ª da Luz, Carnide	1549	Anexo do Colégio Militar	Igreja Paroquial, Teatro e Restauração
C. Santo Antão o Velho, depois o Convento do Coleginho	1553	Ministério da Guerra	Projeto de alojamento turístico e inovação social
C. de Santana, Arroios	1559	Demolido em 1897, deu origem ao Instituto	Instituto bacteriológico
C. dos Capuchos, Sintra	1560	Vendido a particular	Camara Pestana/Demolido Estatal: Função Cultural e Recreativa
C. São José de Ribamar, Oeiras	1562	Abandonado	Quinta agrícola e florestal
C. Santo António dos Capuchos	1570	Asilo de Mendicidade	Hospital dos Capuchos
C. do Espírito Santo de Loures	1574	Abandonado	1990. Museu da Camara Municipal de Loures
C. das Clarissas, em Sacavém	1578	Abandonado	Paróquia de Sacavém
C. Santo Antão o Novo	1579	Hospital Real de S. José	Hospital de S. José
C. Santa Marta, Lisboa	1580	Hospital improvisado	Hospital Santa Marta
C. Flamengas	1582	Instituto Ultramarino	Habitação coletiva e Igreja Paroquial
C. dos Catecúmenos, Lisboa	1584	Asilo de infância	Casa Pia de Lisboa
C. das Mónicas, Lisboa	1586	Casa de correção	Prisão Mónicas/Demolido
C. de Jesus, nas Mercês	1586	Igreja Paroquial	Igreja Paroquial
C. Nossa S.ª de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, Lisboa	1586	Gabinete de História Natural	Academia das Ciências de Lisboa
C. do Desterro, Lisboa	1591	Casa Pia de Lisboa	Hospital Desterro/Devoluto
C. N.ª Senhora da Piedade, em Cascais	1594	Devoluto/Abandonado	Edifício Multiusos: Cultural e Recreativo
C. Penha de França, Lisboa	1597	Igreja Paroquial	Igreja Paroquial e

C. São Bento da Saúde	1598	Palácio das Cortes	Comando da P.S.P.
C. da Cartuxa de Lavadeiras em Caxias, Oeiras	1603	1903, Casa detenção correção de menores	Parlamento de Portugal
C. N.ª S.ª dos Remédios, Estrela	1606	Guarda Nacional (17.º Batalhão)	Edifício prisional: Internato para menores
Mosteiro de Santos o Novo, Penha de França	1609	Escola Primária Superior D. António	Igreja Paroquial, turismo e comércio
C. do Santíssimo Sacramento, Alcântara	1612	Associações de solidariedade	Igreja, Residência estudantil e Lar
C. do Calvário	1617	Recolhimento	Ministério dos Negócios estrangeiros
C. dos Inglesinhos, S. Pedro e S. Paulo	1621	Colégio de S. Pedro e S. Paulo	Escola Prática da P.S.P.
C. São João de Deus, Estrela	1625	Brigada Real da Marinha	Projeto para habitação de luxo
C. Nossa Senhora da Encarnação	1630	Igreja Paroquial	Guarda Nacional Republicana
C. N.ª S.ª Porta do Céu	1633	Devoluto/Abandonado	Igreja Paroquial e Lar
C. N.ª S.ª Boa Hora, Lisboa	1633	Tribunais de Lisboa	Igreja Paroquial
C. N.ª S.ª do Bom Sucesso	1636	Colégio feminino	Devoluto
C. S.º António da Convalescença, S. Domingos de Benfica	1640	Residências veraneio	Colégio feminino
C. Santa Teresa de Jesus (Carnide)	1642	Colégio e Lar 3.ª idade	Antiga Universidade Internacional/devoluto
C. dos Ermidas da Serra de Ossa	1645		Jardim de Infância, Creche e Lar
C. Corpus Christi, em Lisboa	1648	Habitação e comércio	Devoluto, futuro hotel
C. das Inglesinhas	1655	Abandonado	Instituto Superior de Economia e Gestão
C. dos Caetanos, Lisboa	1653	1º Conservatório de Musica	Escola Superior de Musica, Conservatório Nacional
C. dos Paulistas, Lisboa	1654	Ministério do Exército	Biblioteca e Guarda Nacional Republicana
C. das Bernardas do Mocambo à Estrela	1655	Em 1893, Colégio Académico de Lisboa	1996/2000 Reabilitado à traça Seiscentista
C. Corpo Santo, Lisboa	1659	Abandonado	Igreja Paroquial
C. N.ª S.ª da Conceição de Marvila	1660	Asilo D. Luis I	Igreja Paroquial e Lar
C. dos Grilos, Beato	1664	Indústria alimentar	Igreja Paroquial e Recolhimento
C. das Grilas, Beato	1664	Padaria Militar	Manutenção Militar
C. das Francesinhas, Lisboa	1667	Demolido em 1912	Instituto Superior de Economia e Gestão

C. Espírito Santo da Pedreira, Lisboa	1674	Armazéns do Chiado	Centro Comercial Chiado
C. Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara	1679	Guarda Municipal	Demolido para construção do edifício da C.G.D.
C. São Pedro de Alcântara	1681	Misericórdia de Lisboa	Instituto de S. Pedro
C. São João da Cruz, Carnide	1681	Abandonado	Associação d/beneficência
C. Conceição dos Cardais, Lisboa	1681	Asilo para Cegas	Igreja Paroquial e Museu
C. de Santa Joana Princesa, Lisboa	1699	Ministério Finanças	Polícia Segurança Pública
C. N.ª S.ª da Nazaré, Arroios	1705	Hospital de Arroios	Devoluto
C. de Santa Apolónia	1718	Casa Pia de Lisboa e Ministério do Exército	Demolido p/construção da Estação de Santa Apolónia
C. das Salésias, em Belém	1714	Asilo Nuno Alvares	Colégio Nuno Alvares
C. de Francisco da Paula, Estrela	1719	Igreja Paroquial	Igreja Paroquial
C. da Ordem de S. Vicente da Paula, na quinta de Rilhafoles	1720	1835, Colégio Militar e Hospital de “alienados”	2011, Hospital Miguel
C. Trinas do Rato	1721	Asilo Nossa Senhora da Conceição	Bombarda encerra/devoluto Habitação coletiva e Esquadra da P.S.P.
C. Senhor Jesus da Boa Morte, Campo de Ourique	1736	Adquirido por particular	Instituto Particular de Solidariedade Social
C. São João Nepomuceno, Lisboa	1737	Guarda Nacional	Colégio Santa Catarina
C. dos Barbadinhos Italianos	1738	Igreja Santa Engrácia	Igreja Santa Engrácia
C. Nossa Sª das Necessidades, à Estrela	1743	Academia Real das Ciências	Palácio das Necessidades, atual Ministério dos Negócios Estrangeiros
C. e Igreja Nossa S.ª Boa-Hora, Ajuda	1758	Hospital Militar	Hospital Militar de Belém
Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, Lisboa	1780	Colégio da Casa Pia	Escola do Ensino Básico e Jardim de Infância
Mosteiro Coração de Jesus à Basílica da Estrela	1778	Serviços Geodésicos	Igreja Paroquial, Sede de Fundação e Hospital Militar
Abolição das Ordens Religiosas	1834		

Apêndice II

Cronologia do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas:⁷¹

1261	Nascimento do Rei D. Dinis.
1279	D. Dinis aclamado Rei.
1294	Início do ano D. Dinis pede autorização para a construção do mosteiro.
1294	Setembro, Fr. Roberto, abade de Cister responde à proposta de D. Dinis.
1295	27 de Fevereiro, Lançamento da 1. ^a pedra na construção do Mosteiro.
1296	01 de Março, início dos serviços religiosos, com 80 freiras. A 1. ^a abadessa, D. Elvira Fernandes.
1299	8 de Abril, 1. ^o testamento do Rei, fazendo-se sepultar em Alcobaça.
1301	Nascimento de Maria Afonso, filha bastarda e freira do Mosteiro;
1305	Entrega do Mosteiro às freiras de S. Bernardo.
1306	É abadessa D. Constança Fernandes.
1316	16 de Agosto, é eleita a abadessa D. Orraca Paes.
1318	01 de Outubro, o Rei manifesta o desejo de se sepultar no Mosteiro com a Rainha
1320	Morre D. Maria Afonso ficando sepultada no Mosteiro.
1322	20 de Junho, Testamento de D. Dinis, determinando que fosse enterrado no Mosteiro.
1324	Data provável em que o túmulo de D. Dinis é colocado no Mosteiro.
1325	07 de Janeiro, morre o Rei D. Dinis, sendo o corpo sepultado no túmulo já no Mosteiro.
1327	Testamento da Rainha D. Isabel, deixando 1000 libras à enfermaria do Mosteiro.
1348	Lançamento da 1. ^a pedra do Claustro.
1350	Sensivelmente a meio do séc. é sepultado na Capela-Mor o príncipe D. João, filho de D. João IV.
1415	05 de Julho, D. Filipa de Lencastre refugia-se no Mosteiro para fugir à peste que assolava Lisboa.
1415	18 de Julho, falecimento da Rainha D. Filipa de Lencastre.
1415	19 de Julho, D. Filipa é sepultada no antecoro do Mosteiro de Odivelas.
1416	09 de Outubro, é trasladado o corpo de D. Filipa para o Mosteiro da Batalha.
1425	09 de Junho, Infante D. Pedro funda uma capela anexa à cabeceira original, em memória da mãe.
1429	24 de Março, D. João I concede, do Mosteiro de Odivelas, a Beatriz de Góis uma pensão anual de 185 libras.

⁷¹ Para esta cronologia Ver: (Odivelas S. d., 2014); (CMO, Concelho/História, 1999); (Saraiva C. A., 1995); (Tomé, Odivelas, um Mosteiro Cisterciense, 2001); (DGPC, 2001).

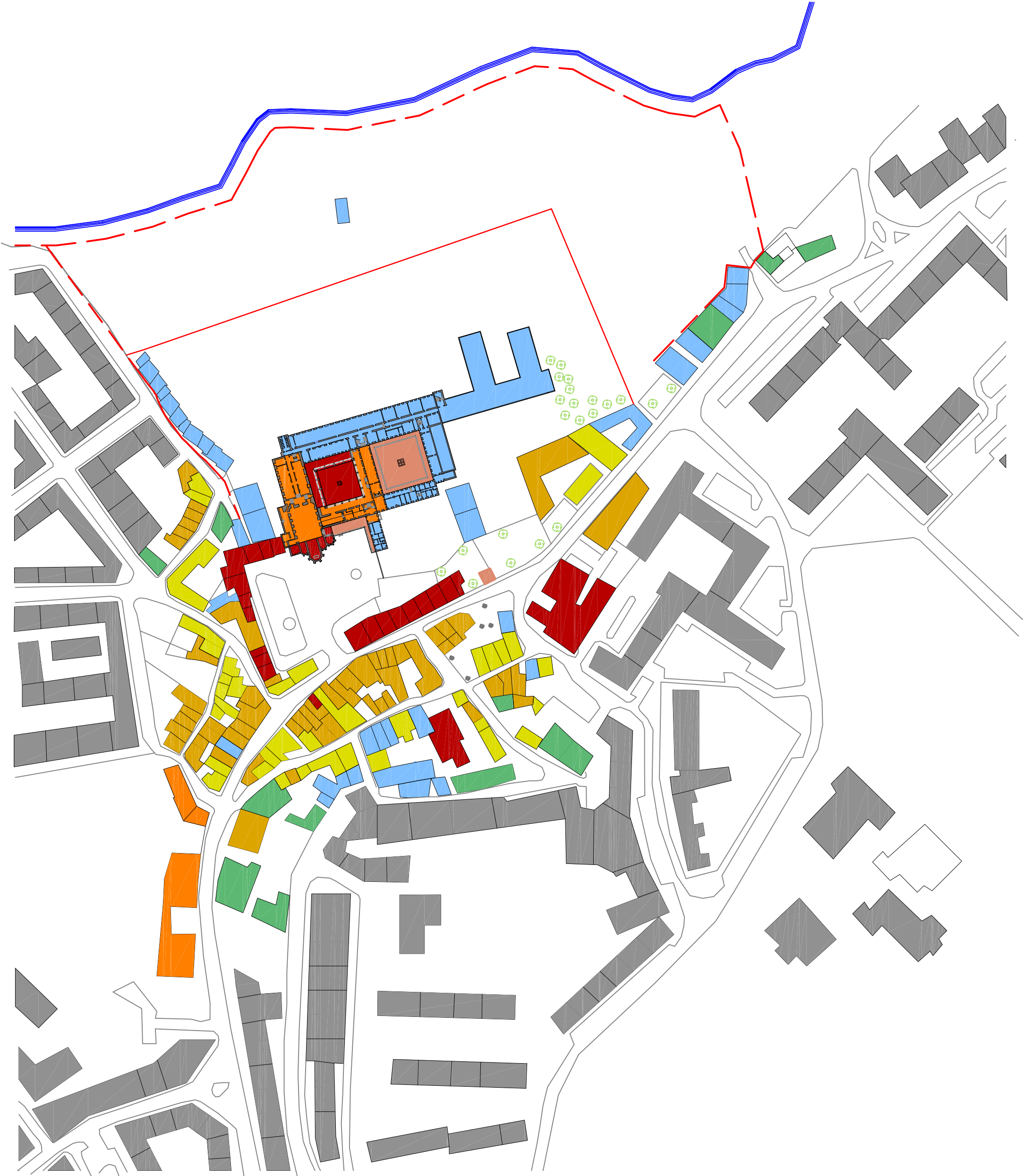
1434	17 de Março, D. Duarte concede privilégios ao Mosteiro.
1439	09 de Fevereiro, D. Afonso V confirmou todos os privilégios ao Mosteiro de Odivelas.
1449	20 de Maio, na sequência da Batalha da Alfarrobeira, D. Filipe, filha do Infante D. Pedro, refugia-se no Mosteiro.
1472	D. Joana, irmã de D. João II, muda-se do Mosteiro para o convento dominicano de Aveiro.
1473	18 de Julho, o Rei privilegiou o Mosteiro, a pedido da abadessa, licença para comprar de raiz até 100.000 reais.
1485	28 de Dezembro, D. João II confirma a concessão dos padroados das igrejas de São Julião de Santarém, Santo Estevão de Alenquer, São Julião de Frielas e de São João do Lumiar.
1496	13 de Maio, D. Manuel I confirma todos os privilégios, as liberdades e graças concedidos pelos seus antecessores.
1497	Morre D. Filipa, ficando sepultada na sacristia.
1501	10 de Março, D. Manuel I doa ao Mosteiro todo o linho arrecadado para o rei, no almoxarifado da Azambuja.
1504	16 de Fevereiro, o rei deixa o emprazamento de bens da capela da Rainha D. Filipa a Diogo Fernandes, morador em Torres Novas.
1510	06 de Fevereiro, confirmação da doação da Mata de Loures.
1516	É nomeada como abadessa D. Violante Cabral, irmã de Pedro Alvares Cabral. Neste abadessado que terminou em 1536, foram feitas várias obras, destacando-se a construção do Claustro da Moura.
1522	São recrutadas religiosas do Mosteiro para reformar os Mosteiros de Santa Maria de Almoester e de São Bento de Cástris.
1531	Tremor de Tera com danos no Mosteiro.
1532	Visita de D. Edme de Salieu, abade de Claraval, a quem pertencia o Mosteiro de Odivelas.
1532	10 de Outubro, o abade de Claraval pede a D. João III que transfira religiosas para Almoester.
1534	Representação, no Mosteiro, do Auto da Cananeia de Gil Vicente.
1535	14 de Março, mais doações de D. João III.
1536	Novo tremor de terra e com danos ainda maiores que no anterior.
1551	O túmulo de D. Dinis está no meio da igreja, pendendo para o lado da Epístola.
1571	Provável data da feitura da <i>Loggia do Frontispício</i> .
1573	Por ordem de D. Guiomar de Noronha é remodelado o alpendre que liga a igreja à portaria.
1611	Construção de um dormitório por ordem de D. Isabel de Meneses.
1639	Terminam as obras do alpendre com a data no brasão da Loggia.
1640	Com D. João IV são iniciadas grandes obras no Mosteiro. Terminam em 1656 e foram dirigidas pelo monge beneditino, Frei João Torriano (1610-1679).
1656	Com o início do seu reinado, D. Afonso VI mantém uma relação muito estreita com as religiosas D. Ana de Moura e D. Feliciano de Milão.
1677	Construção de novo dormitório, o dormitório Corte Real.
1704	Bula de Clemente XI a conceder o título de abade aos priores de Odivelas.
1706	Com D. João V iniciam-se obras de ampliação e alterações no revestimento e peças

	decorativas. As obras terminam em 1750.
1707	Feita a escultura central do Claustro da Moura.
1724	Frei Bernardo de Castelo Branco inicia a reforma do Mosteiro.
1727	03 de Fevereiro é criado o novo regulamento para a reforma do Mosteiro.
1754	Colocação de azulejos no Claustro da Moura, mandado por D. Luísa Maria de Moura.
1755	01 de Novembro, o terramoto provoca a destruição quase total do Mosteiro. Sobreviveu ao flagelo a cabeceira da igreja e o túmulo de D. Dinis. As religiosas viveram, durante as obras de restauração, em tendas e barracas, sendo o culto feito no antigo lagar de azeite. O túmulo de D. Dinis é mudado para o absidíolo.
1758	Novo terramoto com mais estragos no Mosteiro.
1789	Feitura do órgão por António Xavier Machado e Cerveira.
1807	As tropas de Junot, durante as invasões francesas, violam o túmulo de D. Dinis.
1834	30 de Maio, Extinção das Ordens Religiosas.
1850	Nesta altura o Mosteiro de Odivelas apresenta-se em avançado estado de degradação.
1862	Vilhena Barbosa afirma que o túmulo de D. Maria Afonso se encontra numa capela do claustro.
1874	É capelão António Joaquim de Moura Calvão, que cumpre funções até 1886.
1875	Habitam o Mosteiro 8 monjas. Pinho Leal refere que o túmulo de D. Maria Afonso encontra-se na capela-mor e que o de D. Dinis encontra-se muito danificado e vandalizado.
1880	O túmulo de Dinis é mudado para a absidíola da Epístola. Na mudança parte-se um altar.
1884	Obras de conservação na capela D. Filipa.
1886	15 de Junho, último capelão do Mosteiro, Padre António Joaquim de Moura Calvão.
1886	18 de Junho, morte da última abadessa de Odivelas, D. Bernarda da Encarnação Correia.
1886	04 de Agosto, inventário dos bens do Mosteiro
1886	21 de Outubro, doação do sino à igreja do Vilar, em Cadaval.
1887	É elaborada a planta de Borges de Figueiredo
1887	Vários bens do Mosteiro são doados a paróquias e igrejas.
1889	Venda da Quinta Nova, da Cerca do Rapaz e terra de vinha. Aluguer da cerca e as casas do couto passam a particulares.
1898	O edifício é incorporado na Fazenda Nacional.
1899	09 de Março, Criação, por Decreto, do Instituto Infante D. Afonso.
1899	São efetuadas obras de adaptação à nova função.
1900	14 de Janeiro, inaugurado o Instituto Infante D. Afonso.
1902	O Mosteiro é entregue ao Infante D. Afonso que nele promove a instalação do Instituto de ensino.
1902	06 de Agosto, lavrado auto de entrega do extinto mosteiro.
1902	A igreja passa também para o Instituto depois de ter sido administrada pelo Hospital S. José.
1903	Terminam as obras de adaptação às novas funções. Estão no Instituto 57 alunas.
1904	11 de Maio, o Instituto é equiparado ao Colégio Militar e destina-se às filhas dos oficiais do exército.
1909	16 de Abril, morre a última freira, D. Carolina Augusta de Castro e Silva.
1910	16 de Junho, o edifício é considerado Monumento Nacional.

1910	06 de Novembro, É-lhe dada a designação de Instituto Torre e Espada.
1911	25 de Maio, é criada a Obra Tutelar e Social do exercito da Terra e Mar, onde se integra o Instituto.
1911	19 de Agosto, Toda a família militar pode utilizar o Instituto
1911	28 de Agosto, É-lhe dada a designação de Instituto Feminino de Educação e Trabalho.
1922	As janelas do Paço Real desmoronaram-se. Colocação do Escudo real no Claustro da Moura.
1938	Devido a obras, o túmulo de D. Dinis é transportado para a Nave. Inadvertidamente os operários tiraram-lhe a tampa, pondo a descoberto o ataúde. Grande alvoroço social na época. ⁷²
1939	Execução de 3 janelas sob o alpendre para substituir umas que lá existiram anteriormente.
1942	31 de Dezembro, É-lhe dada a designação de Instituto de Odivelas.
1944	São efetuadas grandes obras de remodelação. Terminam em 1950. Durante as obras o túmulo do Rei foi de novo arrastado. Colocado na grande capela ao lado da Igreja. No entanto durou pouco tempo, pois foi levado de novo para a Igreja. Agora na absidiola do lado do Evangelho (Capela de S. Dinis).
1947	O Instituto fica afeto ao Ministério da Guerra.
1950	14 de Outubro, são inauguradas as novas instalações do Instituto de Odivelas.
1951	O túmulo de D. Dinis é deslocado para a capela de Nicolau Ribeiro Soares.
1952	Entre 1952 e 1953 fica igualmente instalado no Mosteiro o Instituto Feminino de Educação e Trabalho.
1955	Execução de trabalhos de terraplanagem com o objetivo de desviar a Ribeira de Odivelas, que confina com o Mosteiro.
1958	Estudo do engenheiro Artur Andrade Mendes Magalhães com vista à expropriação de terras para a construção duma garagem.
1957	26 de Janeiro, É fixada a zona de proteção do Convento de Odivelas.
1958	Projeto de arranjo da zona envolvente.
1961	Os Serviços de Construção e Conservação adquirem um terreno com 926 m2 para arranjo do largo em frente ao Instituto.
1962	01 de Junho, É fixada a nova zona de proteção do Instituto de Odivelas.
1966	São efetuadas de conservação nas coberturas. Terminam em 1969.
1969	Ocorrência de um sismo que provoca alguns estragos no edifício.
1970	Novas obras de conservação.
1973	Colocação no claustro de lápide comemorativa da fundação do Instituto.
1988	22 de abril, passa a usar a designação de Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso).
1990	São efetuadas obras de beneficiação dos claustros. Duram dois anos.

⁷² “Deste modo, pelos olhos de testemunhas dignas de todo o crédito, é-nos dado a ver hoje os despojos do Rei: corpo deitado sobre o lado esquerdo; a cabeça com dentes muito brancos e admiravelmente conservados em repouso sobre uma almofada; os cabelos e a barba ruiva, ainda ligados à pele. O esqueleto estava composto, com exceção dos dos pés espalhados pelos soldados de Junot que, por uma abertura selvaticamente feita, buscavam, certamente, qualquer objeto de valor.”. Ver (Saraiva C. A., 1995, p. 28).

1995	Junho, Obras de beneficiação da cobertura da Igreja e reparação do alpendre do Claustro da Moura.
1998	19 de Novembro, é criado o Município de Odivelas.
1999	20 de Janeiro, é constituída a Comissão Instaladora do Município de Odivelas.
2011	19 de Setembro, é publicado o anúncio do projeto de decisão da fixação da Zona Especial de Proteção do Imóvel, em DR 2.ª Série, n.º 180, anúncio n.º 13023/2011.
2013	25 de Março, por Despacho n.º 4785/MDN/2013 é decretado o fim do Instituto de Odivelas no final do ano letivo 2014/2015.
2016	27 de Fevereiro, decorrem 721 anos após a colocação da primeira pedra, pelo Rei D. Dinis, para a construção do Mosteiro.



Legenda

- Período da construção
- Século XIII
 - Século XVI
 - Século XVIII
 - Século XIX
 - 1900 - 1920
 - 1921 - 1975
 - 1976 - 2000
- Planimetria
- Vedação do Instituto
- Cerca Conventual

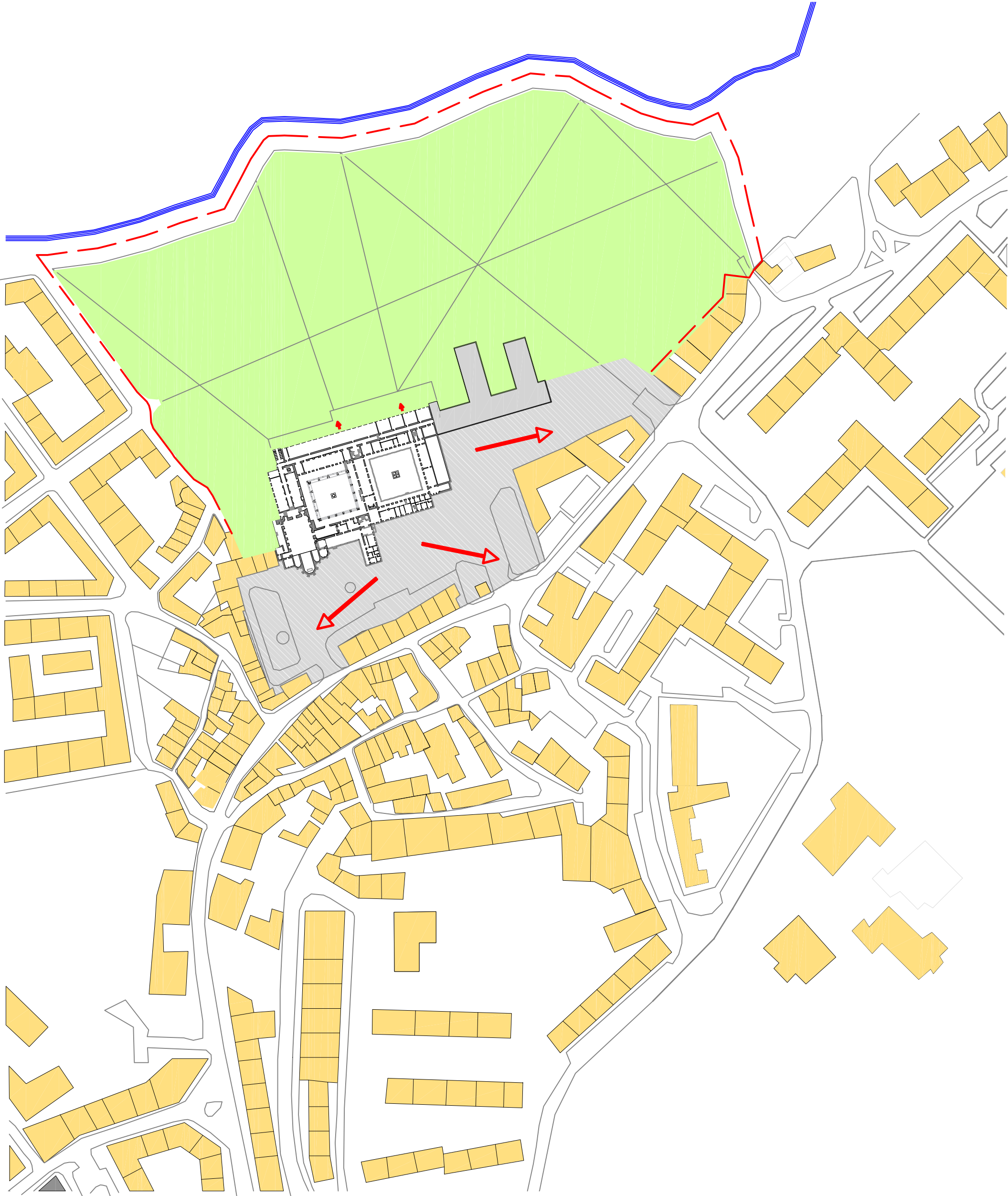
Mosteiro de Odivelas

Planta de Implantação

Escala: 1/2500

Apêndice III





Legenda

- Terreiro
- Parque Urbano
- Cheios da Cidade
- Planimetria
- Cerca Conventual

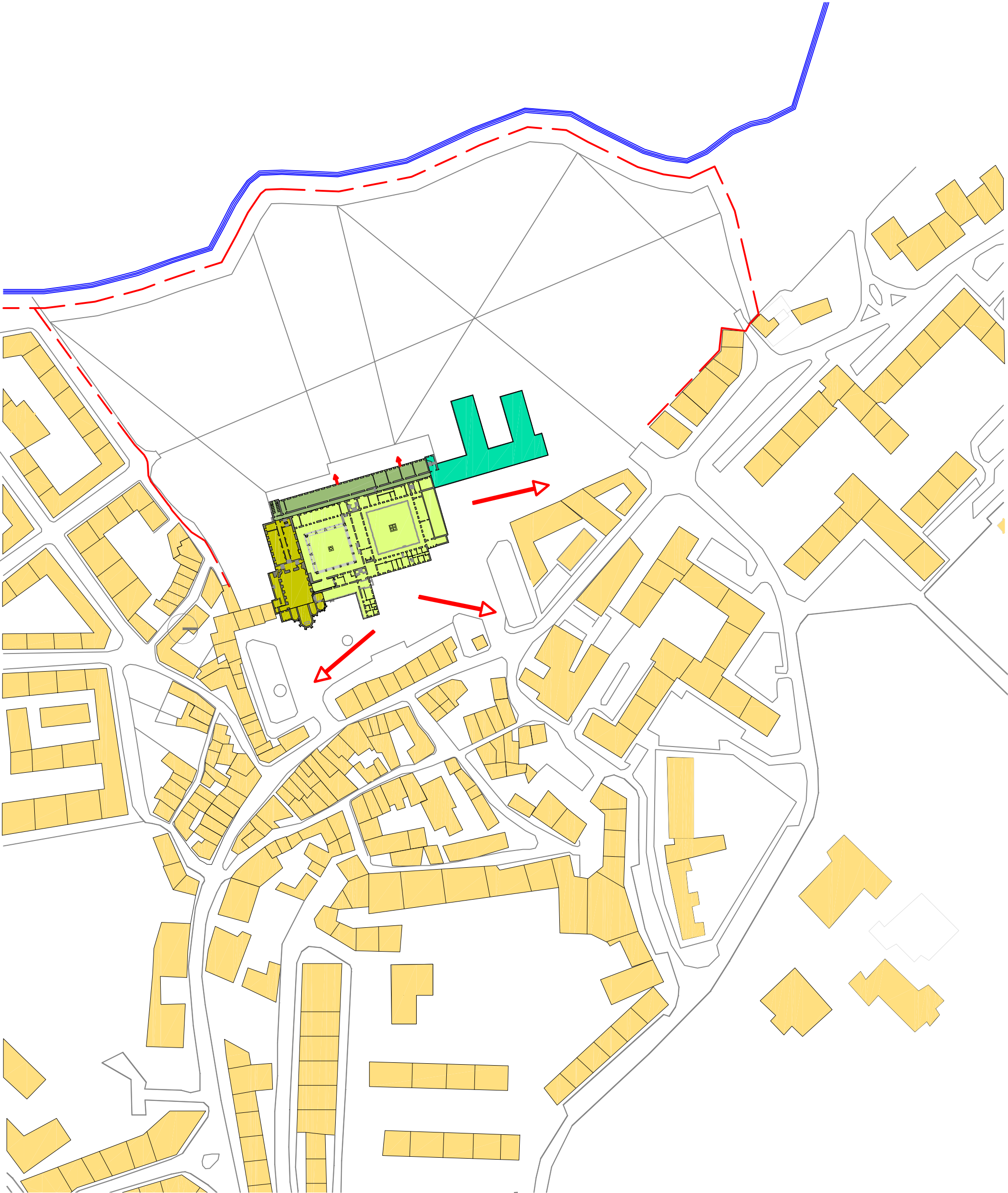
Mosteiro de Odvelas

Novo Desenho Urbano

Escala: 1/2500

Apêndice IV





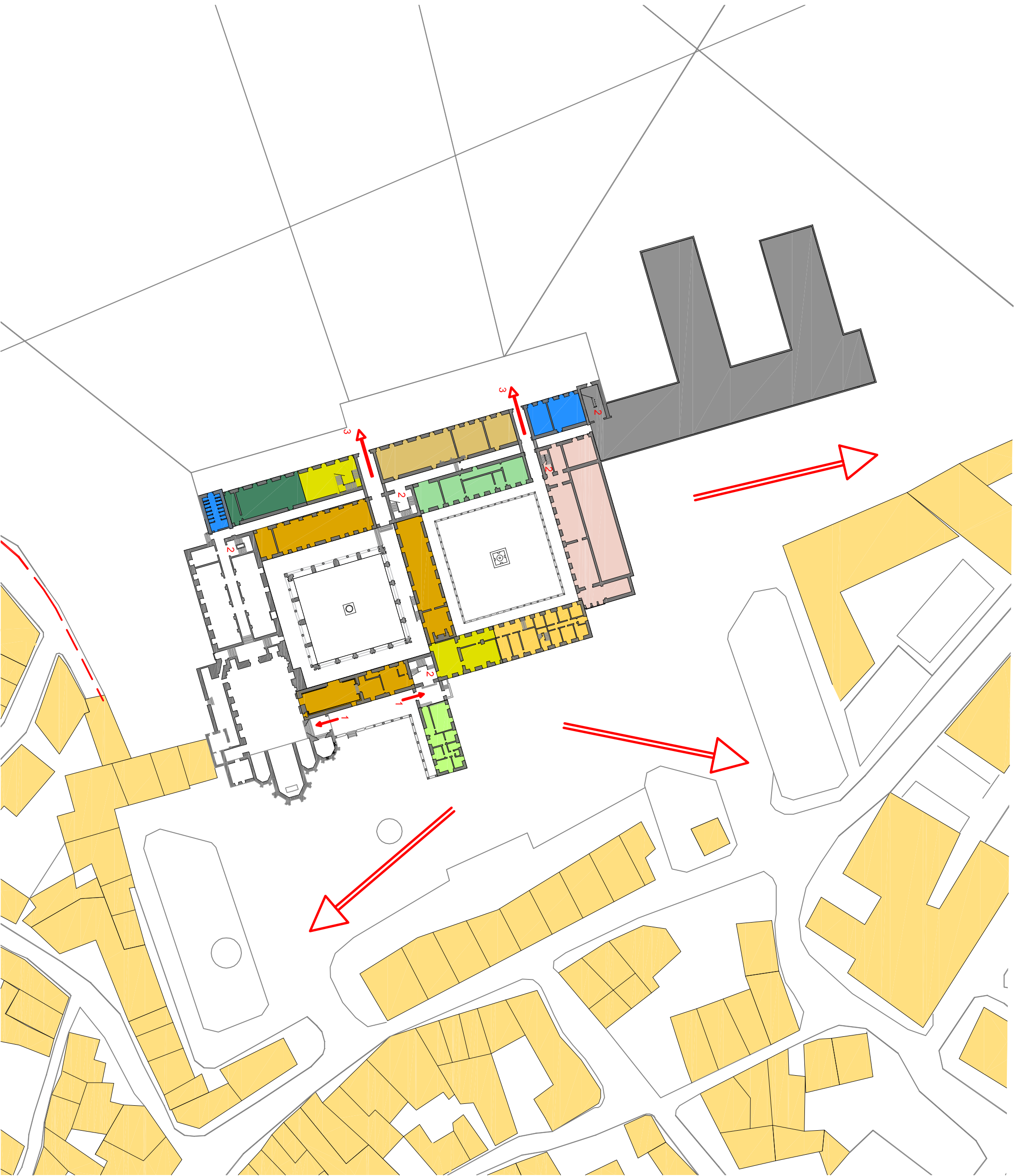
Legenda

- Função Paroquial
- Função Cultural
- Função de Alojamento e Restauração
- Função Académica
- Cheios da Cidade
- Planimetria
- Cerca Conventual

Mosteiro de Odiveelas

Planta de Implantação - Projeto 2

Escala: 1/2500

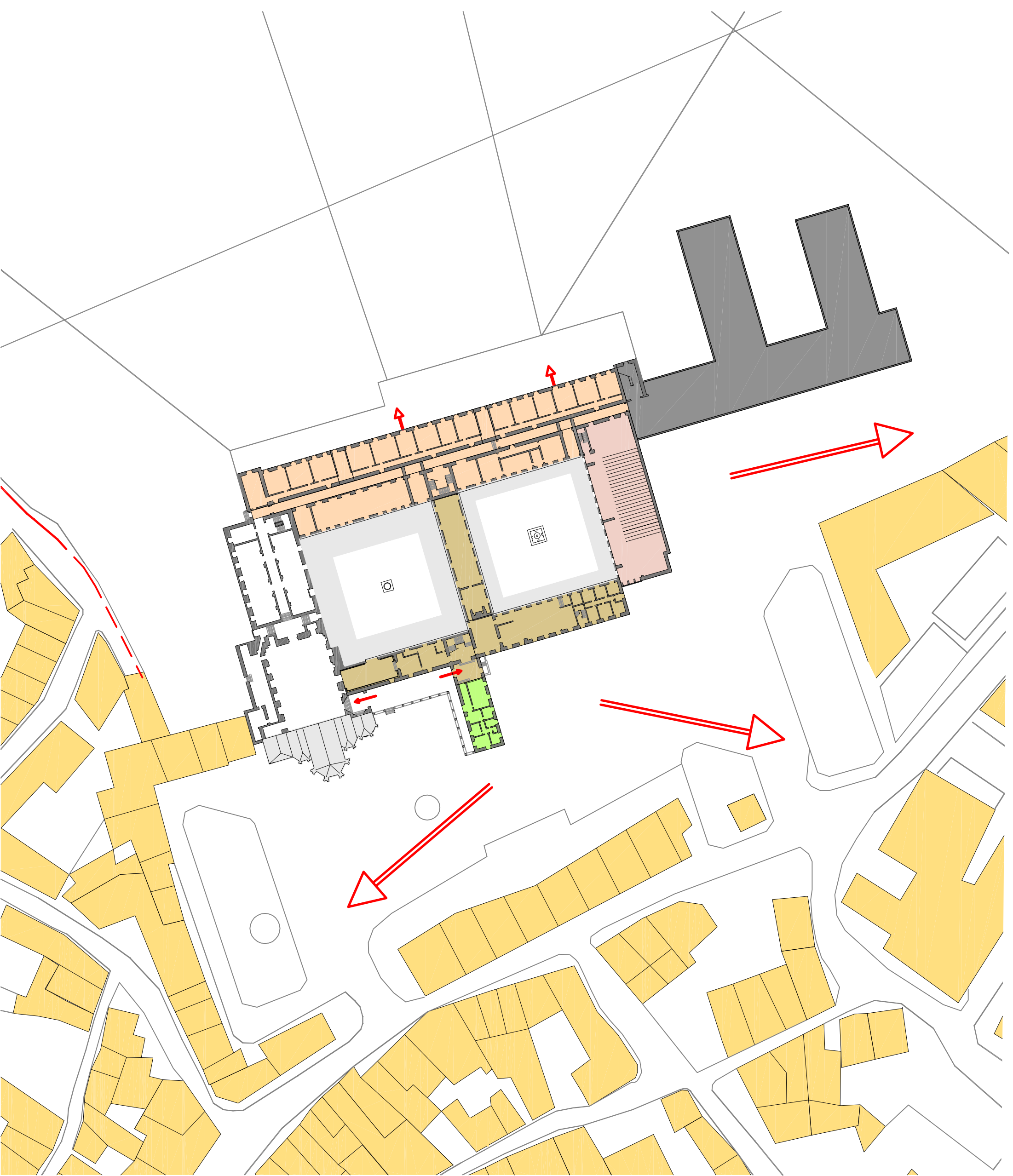


Legenda

- 1. Acessos Principais
- 2. Acessos Verticais
- 3. Acessos Zona Ribeirinha

- Função Administrativa
- Receção
- Museu
- Biblioteca
- Galeria de Doces
- Audatório
- Conservatório de Artes
- Função Social/Lazer
- Função de Apoio
- Função de Serviços
- Cheios da Cidade
- Planimetria

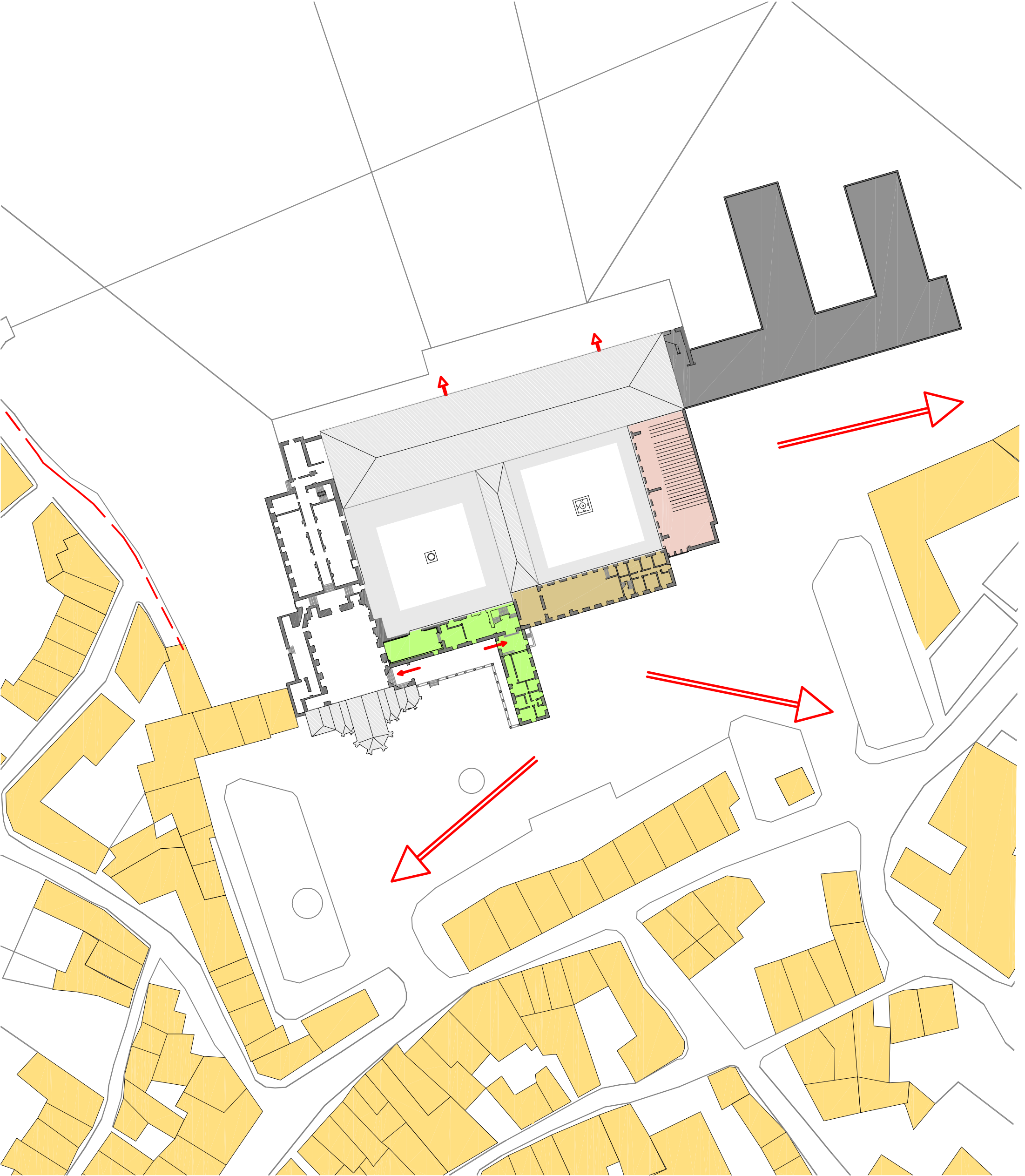
Mosteiro de Odivelas	
Planta de Implantação - Projeto 2	
Escala: 1/1000	Piso 0



Legenda

- Função Administrativa
- Salas e galerias de exposição temporária
- Alojamentos
- Audatório
- Conservatório de Artes
- Cheios da Cidade
- Planimetria

Mosteiro de Odivelas	
Planta de Implantação - Projeto 2	
Escala: 1/1000	Piso 1

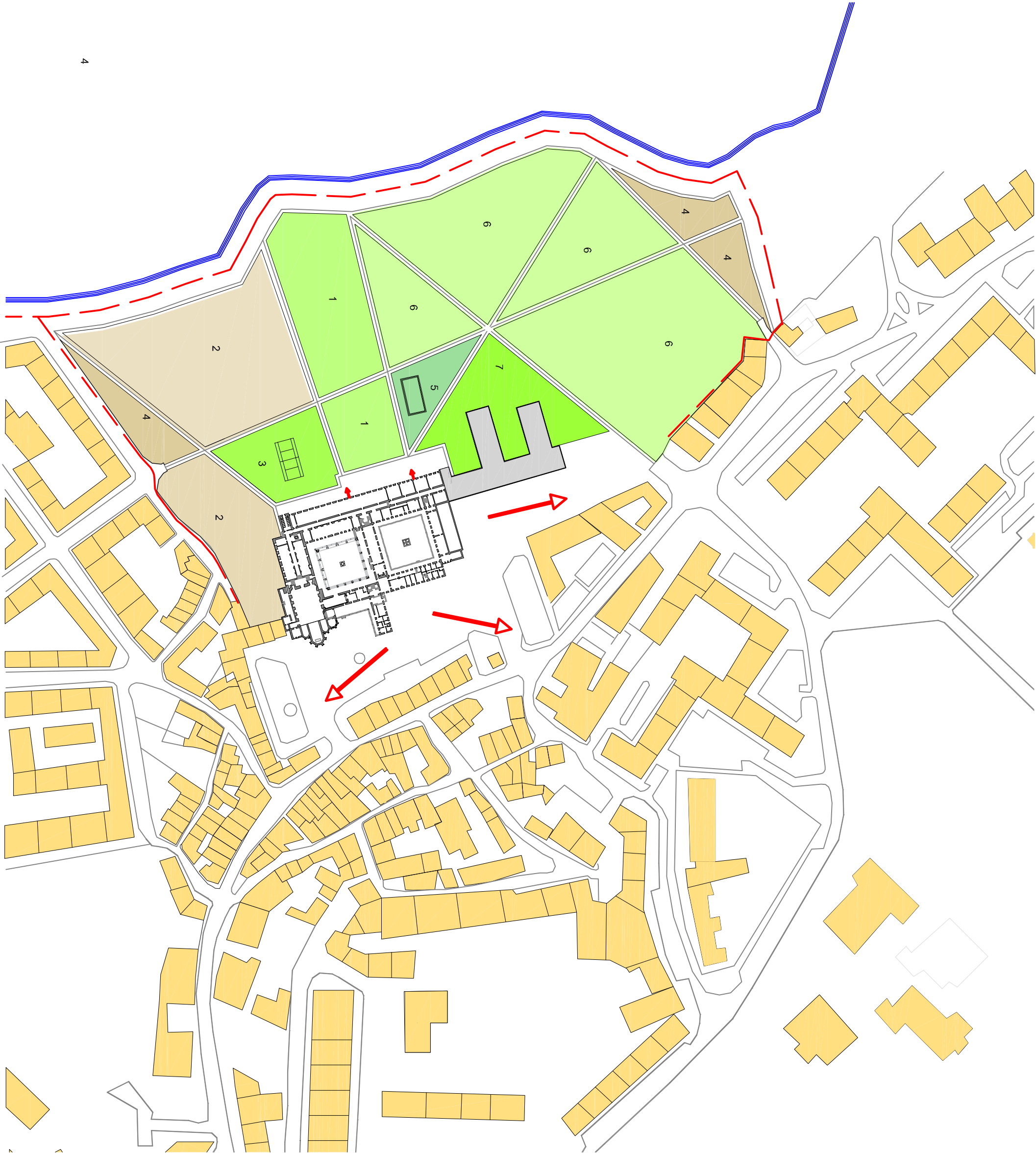


Legenda

- Ateliers de Trabalho
- Salas de Apoio
- Auditório
- Conservatório de Artes
- Cheios da Cidade
- Planimetria

Mosteiro de Odíveas
Planta de Implantação - Projeto 2
Escala: 1/1000
Piso 2
Apêndice VIII





Legenda

- 1. Jardim de Buxo
- 2. Zona de Pomares
- 3. Desporto/Lazer
- 4. Hortas Urbanas
- 5. Piscina
- 6. Mini-golfe
- 7. Privado da Escola de Artes

- Cheios da Cidade
- Planimetria
- Cerca Conventual

Mosteiro de Odivéias
Implantação - Reconstrução do Jardim
Escala: 1/1250